



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Gabriela Esther Nascimento dos Santos

**Democracia e Universidade Pública na Atualidade
da Sociedade Brasileira: o que a União Nacional
Dos Estudantes (UNE) tem a dizer sobre esses temas
hoje?**



Foto: Miguel Schincariol/AFP.

Belém – Pará
2023



Gabriela Esther Nascimento dos Santos

Democracia e Universidade Pública na Atualidade da Sociedade Brasileira: o que a União Nacional Dos Estudantes (UNE) tem a dizer sobre esses temas hoje?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa.

Belém-Pará
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Santos, Gabriela Esther Nascimento dos

Democracia e universidade pública na atualidade da sociedade brasileira /
Gabriela Esther Nascimento dos Santos; orientação de Sérgio Moraes Corrêa -
Belém, 2023

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará.
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 2023.

1.Universidade pública.2.Democracia.3.União Nacional dos Estudantes I.
Corrêa, Sérgio Moraes (orient.). II. Título.

CDD 23ed. 378

Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

Gabriela Esther Nascimento dos Santos

Democracia e Universidade Pública na Atualidade da Sociedade Brasileira: o que a União Nacional Dos Estudantes (UNE) tem a dizer sobre esses temas hoje?

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

Data da defesa: 30/03/2022

Banca Examinadora

_____ - Orientador
Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa
Doutor em Ciências Sociais (Universidade Federal de Campina Grande)
Universidade do Estado do Pará (PPGED-UEPA)

_____ - Examinador Externo
Prof. Dr. Roberto Verás de Oliveira
Doutor em Sociologia (Universidade de São Paulo)
Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB)

_____ - Examinadora Interna
Profa. Dra. Denise Rodrigues Simões
Doutora em Sociologia (Universidade Federal do Ceará)
Universidade do Estado do Pará (PPGED-UEPA)

À minha **Avó Esther** (in memoriam), por
me incentivar a lutar pelos meus sonhos,
por me ensinar a persistir mesmo em
meio as adversidades da vida; pela força,
pelo amor, pelo cuidado.
Te honrarei sempre!

Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor.
Olga Benário Prestes

RESUMO

O presente trabalho tem como questão central de estudo a atuação da União Nacional dos Estudantes no âmbito do debate sobre Universidade Pública e democracia entre os anos de 2015 a 2020. Desse modo, apontamos como questão-problema: É possível identificar, na atualidade, um debate de projeto de universidade pública e de democracia para o país, protagonizado pela União Nacional dos Estudantes? O objetivo geral da pesquisa se apresenta em: analisar a contribuição da União Nacional dos Estudantes, na atualidade, para um projeto de universidade pública e de democracia na sociedade brasileira. E indicamos como objetivos específicos: Identificar a contribuição da UNE em diversos momentos da história brasileira, com enfoque no debate sobre democracia e universidade pública; analisar o posicionamento da UNE, em face da conjuntura de crise na atualidade, no tocante ao debate da universidade pública e da democracia no país; apresentar os avanços e limites da atuação da UNE em relação à defesa da universidade pública e da democracia na conjuntura brasileira. As referências teóricas e epistemológicas estão no campo dos estudos do materialismo dialético e dos estudos decoloniais. A dissertação assume uma metodologia dialética materialista com enfoque decolonial enlaçada com procedimentos metodológicos como pesquisa documental, bibliográfica e entrevista semiestruturada. Assim, os dados analisados em conjunto com as narrativas dos militantes que foram interlocutores da pesquisa revelam a atuação UNE na disputa dos projetos de universidade pública e da democracia brasileira, tanto nos anos anteriores como no recorte analisado. Apontam para a existência de uma pluralidade de posicionamentos políticos que internamente buscam coesionar a atuação desta entidade frente à conjuntura que se apresenta.

Palavras-chave: União Nacional dos Estudantes. Universidade Pública. Democracia.

ABSTRACT

The present work has as a central issue of study the performance of the National Union of Students in the context of the debate on Public University and democracy between the years 2015 to 2020. Thus, we point out as a problem question: Is it possible to identify, nowadays, a debate of a public university project and democracy for the country, led by the National Union of Students? The general objective of the research is: to analyze the contribution of the National Union of Students, currently, to a public university and democracy project in Brazilian society. And we indicate as specific objectives: To identify the contribution of UNE in various moments of Brazilian history, focusing on the debate on democracy and public university; to analyze the position of the UNE, in the face of the current crisis situation, regarding the debate of the public university and democracy in the country; to present the advances and limits of UNE's performance in relation to the defense of the public university and democracy in the Brazilian conjuncture. The theoretical and epistemological references are in the field of the studies of dialectical materialism and decolonial studies. The dissertation assumes a materialist dialectical methodology with a decolonial approach linked to methodological procedures such as documentary research, bibliographic and semi-structured interview. Thus, the data analyzed together with the narratives of the militants who were interlocutors of the research reveal the UNE performance in the dispute of the projects of public university and Brazilian democracy, both in previous years and in the analyzed section. They point to the existence of a plurality of political positions that internally seek to cohesive the performance of this entity in the face of the conjuncture that presents itself.

Keywords: National Union of Students. Public University. Democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - UNE em combate à Ditadura Militar brasileira	24
Figura 2 - Passeata durante o “Diretas Já” pelas eleições	30
Figura 3 - Mobilização em defesa da democracia e contra o golpe à Presidente Dilma Rousseff (2016).....	31
Figura 4 - Mobilizações contra as reformas de Michel Temer (2019).....	32
Figura 5 - Adriano Mendes, estudante da UFPA, militante do JUNTOS, componente do Campo de Oposição na UNE durante os anos de 2017 a 2019.....	60
Figura 6 - Bruna Brelaz, amazonense, estudante de Direito, militante da UJS, atual presidente da UNE (Biênio 2021/2023).....	61
Figura 7 - Ellana Silva, paraense, militante da UJS e compôs a gestão da UNE entre 2017 a 2021, componente do campo majoritário.	61
Figura 8 - Iago Montalvão, militante da UJS, compôs a UNE entre os anos de 2015 a 2021, sendo Presidente da entidade no Biênio 2019/2021	61
Figura 9 - Jessy Dayane, militante do Levante Popular da Juventude, compôs a UNE entre os anos de 2013 a 2019, sendo presidente da entidade no biênio 2017/2019.	62
Figura 10 - Jheny Rodrigues, militante do Levante Popular da Juventude, compõe a entidade atualmente.	62
Figura 11 - Tel Guajajara, estudante da UFPA e diretor de Cultura da UNE na atual gestão (biênio 2021/2023).....	62
Figura 12 - UNE em defesa da democracia e da educação	78
Figura 13 - UNE contra o avanço do nazi-fascismo no Brasil	82
Figura 14 - Ocupação da sede do Clube Germânia	86
Figura 15 - Campanha "O Petróleo é Nosso"	88
Figura 16 - Instauração da Ditadura Militar no Brasil.....	92
Figura 17 - Passeata dos Cem Mil	93
Figura 18 - Campanha Diretas Já!.....	95
Figura 19 - Movimento "Caras Pintadas"	95
Figura 20 - Campanha "Não vai ter golpe!"	99
Figura 21 - Ato Fora Temer!	109

Figura 22 - Atos e Ocupações contra PEC 241	111
Figura 23 - Atos contra as reformas da previdência e trabalhista.....	112
Figura 24 - Tsunami da Educação.....	116
Figura 25 - Campanha Vacina no braço, comida no prato	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções acadêmicas localizadas.....	65
Quadro 2 - Descritores/Termos de busca.....	68
Quadro 3 - Produções acadêmicas selecionadas	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE - Associação Brasileira de Educação
AP - Ação Popular
BIRD - Banco Mundial
CAD - Coligação Acadêmica Democrática
CAS – Centros Acadêmicos
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CODI - Centro de Operação da Defesa Interna
CONLUTE - Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa
CPCS - Centros Populares de Cultura
DCES - Diretórios Centrais dos Estudantes
DEOPS - Departamento de Ordem Política E Social
DOI - Departamento de Operações Internas
DNCS - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Superior
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização Do Magistério
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
ISEB - Instituto Superior de Estudo Brasileiro
JUC - Juventude Universitária Católica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEB - Movimento de Educação de Base
MES - Ministério da educação e saúde pública
MCP - Movimento de Cultura Popular
MP – Medida Provisória
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGS - Organizações Não-Governamentais
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP - Organização Revolucionária Marxista Operária
PPGED-UEPA - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará
PPGED-UFGA - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará
PNE - Plano Nacional de Educação
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso do Ensino Técnico e Emprego
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo
PROUNI - Programa Universidade Para Todos
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PSD - Partido Social Democrático
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN - União Democrática Nacional
UEE - União Estadual dos Estudantes
UEPA - Universidade Estadual do Pará
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRJ - Universidade Federal do Rio De Janeiro

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

USP - Universidade de São Paulo

USAID - *United States Agency For International Development*

SUMÁRIO

1. LEVANTE E LUTE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
1.1 . O PULSAR QUE MOVIMENTA: TRAJETÓRIA E INSPIRAÇÕES.....	19
1.2 “A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ”: CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO.....	23
1.3 QUESTÃO-PROBLEMA, OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	33
2. A TESSITURA E TRILHAS DA PESQUISA	38
2.1. MÉTODO DIALÉTICO-MATERIALISTA.....	40
2.2. ENFOQUE DA PESQUISA E ÁREA TEMÁTICA.....	42
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
2.3.1 Abordagem	55
2.3.2. Pesquisa bibliográfica	56
2.3.3. Pesquisa Documental	57
2.3.4. Pesquisa de Campo.....	57
2.3.5 Entrevista Semi-estruturada	58
2.3.6 Análise Conjuntural.....	58
2.3.7 Lócus da Pesquisa.....	59
2.3.8. Interlocutores da Pesquisa	59
3. A ATUAÇÃO DA UNE NO DEBATE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA DEMOCRACIA PARA O BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA	63
3.1. BASE DE DADOS.....	64
3.2 . TERMOS DE BUSCA/DESCRITORES	64
3.3. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	67
3.4. CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES	68
3.5. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DOS PPGED UEPA E PPGED UFPA.....	70
3.6. DISCUSSÃO DAS PRODUÇÕES SELECIONADAS	70

3.7 . REFLEXÕES E APONTAMENTOS	75
4. UNE: HISTÓRIA E TRADIÇÃO	78
4.1 . ANTECEDENTES E FUNDAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES	79
4.2. UNE E O ESTADO NOVO (1937-1945).....	83
4.3. UNE NA DEMOCRACIA (1945-1964).....	87
4.4. UNE NA DITADURA (1964-1985).....	91
4.5 . UNE E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL	95
5. A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E O SEU LEGADO NAS LUTAS DOS DIAS ATUAIS.....	100
5.2. A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA NOS ANOS DE 2015 A 2020	105
5.3 LIMITES E PONTUALIDADES DA ATUAÇÃO DA UNE: APONTAMENTOS SOBRE TRANSGRESSÕES NECESSÁRIAS	120
5.3.1 O norte do país no centro do debate	120
5.3.2 Luta institucional x Luta nas ruas.....	123
5.3.3 Pluralidade na composição da entidade	125
5.3.4 A luta educacional como via de construção de um Brasil democrático, livre e soberano.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS.....	135

1. LEVANTE E LUTE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa, que tem como produto essa dissertação, ocorreu entre 2020 a 2023, durante o curso de mestrado em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED – UEPA), com o apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A centralidade do estudo aqui proposto gira em torno da atuação da União Nacional dos Estudantes no âmbito da universidade pública e da democracia brasileira, dentro do recorte temporal de 2015 a 2020, para compreender qual a sua contribuição no cenário político e social, na construção de políticas públicas e na disputa de narrativa dentro da conjuntura atual brasileira.

A metodologia adotada orienta-se no método dialético materialista com enfoque decolonial, o que garante uma análise da sociedade brasileira e dos atores políticos enquanto uma sociedade capitalista periférica, com as particularidades e demarcadores a compõe.

Assume-se o compromisso político e epistemológico de produzir uma pesquisa a partir de uma visão contra-hegemônica, o que significa valorizar as narrativas dos sujeitos invisibilizados e marginalizados, buscando a construção de um conhecimento fincado nos saberes e lutas populares e que tem como finalidade apresentar uma leitura da atualidade brasileira sob a ótica desses sujeitos, especificamente aqui, sob a ótica da entidade estudantil que mobiliza a classe estudantil brasileira, a União Nacional dos Estudantes.

Analizamos documentos produzidos pela UNE, as redes sociais da entidade, os posicionamentos por meio de notas e construção de atos, além da revisão da literatura, das obras publicadas, etc. Ocorreu também as entrevistas com militantes e representantes de organizações políticas. Foram entrevistados 7 (sete militantes) que compuseram as gestões da entidade dentro do lapso temporal analisado.

Na primeira seção do texto, há a descrição das motivações políticas, acadêmicas, sociais que impulsionaram a pesquisa, assim como, a exposição do o que é o fenômeno social que estamos estudando, apresentando a entidade, situando sua formação, atuação e estruturação. Por fim, apresentamos de forma sistematizada a questão-problema, os objetivos geral e específicos.

A segunda seção trata sobre a estrutura metodológica que ergue esta

pesquisa, apresenta qual visão epistemológica e ontológica que nós partimos, bem como, o método dialético materialista, o enfoque decolonial e os procedimentos metodológicos de coleta, sistematização e análise dos dados que fecundam a discussão deste trabalho.

O terceiro capítulo apresenta a primeira etapa da pesquisa desenvolvida, trata sobre a revisão da literatura feita a partir da busca no Banco de Dados da CAPES e nos Bancos de Dados dos Programas de Pós-graduação em Educação da UEPA e da UFPA. Essa busca nos situou sobre as pesquisas que foram desenvolvidas sobre a atuação da UNE no âmbito do debate sobre a universidade pública e a democracia brasileira. Teses e dissertações que apresentaram ricas contribuições sobre a trajetória histórica da UNE e suas bandeiras de luta.

Na quarta seção deste texto, é feito um resgate histórico da trajetória da UNE, desde a sua formação até os dias atuais. É dividida em antecedentes da formação da entidade, sua atuação durante o Estado Novo, depois durante a era da democracia populista, o período ditatorial, e por fim, o período da redemocratização. Esse olhar para trás em compreender como a UNE foi demarcando a sua presença nos espaços político é importante para entender como a entidade é hoje e como ela chegou até o presente momento.

A quinta seção é onde se concentra a análise da atuação da UNE entre 2015 a 2020. É apresentada a análise das entrevistas em diálogo com autores, buscando expor a conjuntura política brasileira e destacar a presença da entidade dentro desse cenário, indentificando as lutas travadas e as pautas defendidas. Nesta seção, também apresentamos como a entidade está estruturada, como está a divisão das forças políticas, os limites e os avanços da atuação da entidade apontado pelos militantes que acompanharam o movimento estudantil através das gestões da UNE.

Encerramos a dissertação com as considerações finais, buscando sintetizar o material debatido nas seções anteriores, apontando para os resultados que foram alcançados com a pesquisa, abordando a transversalidade da maior visibilidade e potencialização da luta ambiental e da maior aproximação da entidade com o norte do país.

É um estudo que busca apresentar os acúmulos do que tem sido estudado sobre o tema, um resgate histórico da entidade e, por fim, apresenta as lutas travadas durante 2015 a 2020, bem como as reflexões que a militância traz sobre a entidade. Boa leitura!

1.1. O PULSAR QUE MOVIMENTA: TRAJETÓRIA E INSPIRAÇÕES

“[...] Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”.

(FLORESTAN FERNANDES, 1997)

O pulsar que movimenta essa pesquisa circula por um conjunto de experiências e inquietações agrupadas em minha trajetória de vida e que me levam à olhar criticamente para a realidade que estou inserida, buscando compreender a atualidade da realidade brasileira, com ênfase na crise da democracia e da universidade pública.

De forma mais direcionada, nos últimos anos, minha trajetória mergulhou no mundo educacional universitário e me proporcionou enxergar mais de perto a construção e a disputa por projetos de educação no Brasil. Como uma jovem que acessa a universidade pública em 2013 (época em que o Brasil passou por alguns avanços na implementação de políticas públicas favoráveis à democratização do ensino superior), a minha chegada à universidade materializa o início do sonho comum aos grupos subalternos e a classe trabalhadora brasileira. O furar da bolha.

Esse movimento de atravessar uma malha e adentrar em outro mundo, despertou em mim dois sentimentos viscerais: a esperança e a curiosidade. A esperança na construção de um futuro e a curiosidade de desvendar o mundo da universidade pública.

Essas duas implicações mais subjetivas, mais internas, me impulsionaram a mergulhar no mundo como um ser social que buscava vivenciar a universidade de forma mais política, pois o acesso à educação superior não significava para mim apenas o acesso à capacitação profissional, mas para além, significava que os aprendizados ali obtidos tinham uma finalidade social, uma contribuição na construção coletiva da sociedade brasileira.

Durante os anos da minha graduação (2013 – 2018), houve muitas mudanças no cenário político do país e que desestabilizou por muitas vezes o que era dado como algo seguro. A democracia brasileira, que mostrava sinais de avanço, rapidamente, sofre profundos abalos e entra numa espiral de crise. E com isso, a

universidade pública sofre os impactos da implementação de outros projetos (conservadores e reacionários) de país e de educação.

A partir de então, inicia-se uma caminhada acadêmica e militante voltada para a compreensão da realidade social e educacional brasileira: Como e por que chegamos a esse cenário de retrocesso democrático e educacional profundo na sociedade brasileira hoje e de forma tão rápida? Como as classes e grupos sociais se movimentam nesse tabuleiro e formulam/defendem seus projetos para a sociedade e educação? Quem são esses atores? Como ocorre essa disputa? E de forma mais central, pra mim, como o movimento estudantil universitário vem se posicionando diante dessa conjuntura brasileira em relação à democracia e à universidade pública? A minha busca por entender esse movimento passou por várias etapas e que vou detalhar a partir daqui.

A minha trajetória no ensino superior inicia-se na graduação de Licenciatura Plena em Filosofia na Universidade Federal do Pará (UFPA) entre os anos de 2013 a 2018. Ao longo dos anos durante o curso, pude observar que a estrutura educacional foi se mostrando como um campo de disputa de narrativas e de reformulações teóricas e políticas que avançam, estagnam e/ou retrocedem (como na atualidade) de acordo com a movencia da sociedade brasileira.

O projeto educacional brasileiro é disputado por diversos meios e setores, dentro e fora dos processos institucionais. Como uma via de atuação, há a disputa dos currículos e diretrizes que orientam a estruturação da educação brasileira, essa estruturação é assegurada através de um conjunto normativo de leis, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394 de 1996) que traz as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Superior (DNCs). Nesse documento legal específico, são abordadas as competências referente ao ensino superior e básico do país.

Assim como esta lei supracitada, há outras legislações que servem como documento regulamentador dos parâmetros da educação brasileira. É importante frisar que essas legislações não surgem no horizonte jurídico brasileiro de forma pronta e acabada, conforme apresenta Mascaro (2015), há na sociedade efervescências e potencialidades que são impulsionadoras das políticas públicas, das legislações, e de outras formas de reivindicar os direitos ao Estado.

Essas efervescências e potencialidades surgem na disputa social como fruto da dinâmica da luta de classes, definida por Marx (2008) como forças antagônicas

que se colocam em disputa e que dependendo da correlação de forças promovem revoluções sociais. Gramsci (2012) afirma que essas forças antagônicas (classe trabalhadora x classe burguesa) possuem forças sociais, políticas e militares que formam a base de sua resistência e disputa da estrutura do sistema capitalista. Essas forças sociais são expandidas no entendimento de Santos (2011), quando traz para a análise dessa correlação de forças, os grupos subalternos, sujeitos marginalizados pela lógica do capital, do imperialismo, da colonização e do racismo.

Dessa forma, é possível apontar para a presença de forças que movimentam o cenário político-social da sociedade para, dentro de um esforço coletivo, conseguir efetivar proposições de políticas públicas, inclusive as educacionais que, de acordo com a atuação de instituições, coletivos, partidos, movimentos e organizações da sociedade civil, conseguem propor novos parâmetros para a educação no Brasil.

Especificamente quanto à formação e ao ensino em filosofia, no últimos anos, as ações coletivas de movimentos sociais, coletivos e partidos políticos progressistas têm se esforçado em conseguir assegurar alguns direitos como a garantia do ensino de filosofia na educação básica; a reformulação da matriz curricular de disciplinas que compõe a graduação em filosofia; a defesa do pensamento crítico e autônomo; reafirmação da relevância do exercício filosófico, entre tantas outras demandas e bandeiras de lutas que foram defendidas no decorrer da história.

A filosofia, como disciplina de caráter eminentemente crítico-reflexivo, luta para se estabilizar no currículo da educação básica, pois historicamente sua supressão é requerida quando há a vigência de governos mais conservadores. Durante a ditadura militar, retirou-se o ensino de filosofia da educação básica por meio da Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971) e a sua recolocação somente voltou a ocorrer em 2008 por meio da Lei 11.684/08 “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio” (BRASIL, 2008).

Em uma luta mais recente, enquanto futura professora de filosofia, construímos resistência durante o governo de Michel Temer (2016-2018), que através de uma Medida Provisória (MP) 746 de 2016 (em 2017 se transformou na Lei nº 13.415/17) determinou uma reestruturação do ensino médio, na qual excluía a previsão da disciplina de filosofia e sociologia como obrigatória no ensino médio. Apenas “o ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio”, promovendo a abertura de uma flexibilização na oferta das demais

disciplinas (BRASIL, 2016).

Por outro prisma, a minha inserção no movimento estudantil foi de importância imprescindível na minha formação durante esse período. A graduação em filosofia me mostrou que nossa educação está sempre em disputa, mas foi a atuação no movimento estudantil que me mostrou como disputar esse projeto educacional e sociopolítico dentro da universidade e da sociedade num sentido mais macro, considerando as relações de poder entre classes/grupos sociais que compõem uma estrutura de sociedade capitalista dependente (FERNANDES, 2020).

Minha vivência também perpassa pela participação na composição do movimento social *Levante Popular da Juventude*¹ atuando na frente estudantil. A luta coletiva organizada no âmbito universitário se mostrou como uma forma de intervenção política e social nos espaços de debates e deliberações universitárias.

Além de ter tido a oportunidade de ser eleita pela comunidade estudantil da Universidade Federal do Pará (UFPA) como Coordenadora Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no período de 2017 a 2018, entidade máxima da representação discente dentro da universidade. Esta experiência mostrou de forma visceral como a atuação militante, através da auto-organização estudantil, é capaz de adentrar os espaços institucionais e participar da construção do ambiente universitário, possibilitando a presença da classe estudantil nas instâncias da universidade.

Entre tantas outras questões que fui aprendendo nessa caminhada militante, uma das mais interessantes foi compreender a relevância do papel exercido pelo movimento estudantil universitário que, ao ser atravessado visceralmente por conflitos de posições e interesses, formula um pluriverso político fundamental para a construção contínua de uma universidade pública e de uma sociedade democrática.

O conjunto dessas experiências, cada uma com a sua peculiar contribuição, me impulsionou a buscar entender como essas questões se formam na história, como se entrelaçam, como se constroem, como se influenciam. A busca para compreender o processo histórico da atuação dos movimentos sociais, especificamente o movimento estudantil universitário, visando entender os seus

¹ Uma organização de jovens militantes, fundada em 2005 pelo esforço mútuo dos movimentos da Via Campesina e da Consulta Popular, com o objetivo de organizar os jovens da periferia urbana. Nacionalizado em 2012, o movimento atua em três frentes: estudantil, territorial e camponesa. Objetiva organizar força social de combate as políticas imperialistas e neoliberais no território brasileiro.

limites e possibilidades de atuação na proposição e contribuição de um projeto de sociedade e de educação pública democrática no Brasil.

No percorrer desta trajetória, muitas inquietações surgiram. A militância é um estilo de vida, um modo de existir, uma versão da existência humana que é capaz de despertar o olhar mais alienado, de historicizar nossas condições sociais e, portanto, dar sentido às coisas que vivenciamos através da contextualização dos fatos sociais. Diante de tantas descobertas, lutar se torna um movimento inerente a nós, a busca incessante por reparação histórica, ações que visam transformar a estrutura da sociedade e, especificamente movimento estudantil universitário progressista, as ações em defesa de uma educação emancipatória, democrática, conscientizadora etc., são basilares para a proposição e construção de uma sociedade democrática (CHAUÍ, 2001; FLORESTAN, 2010).

Dentro de toda essa movência que é o viver com intencionalidade revolucionária e da relevância da formação do sentimento de justiça para a vida social, surge um despertar pesquisador que, ao olhar e sentir essa experiência, busca elevar a sua visão e tentar compreender como o verbo *militar* tem se conjugado no tempo da sociedade brasileira, de que forma esse movimento tem promovido ações capazes de intervir nos projetos de sociedade que foram implementados ao longo da história do Brasil, refletindo sobre os limites e possibilidades de sua atuação na atualidade educacional brasileira.

1.2 “A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ”²: CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO

² Palavra de ordem utilizada pela militância estudantil ao se referirem a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Figura 1 - UNE em combate à Ditadura Militar brasileira



Fonte: Site da UNE (2021)

A conjuntura brasileira, desde o primeiro contato com o imperialismo europeu, é marcada por constantes disputas, avanços e retrocessos na conquista de direitos sociais, diversas mudanças de regimes e formas de governo, inúmeras revoltas populares, dentre tantos outros acontecimentos que constroem a nossa história.

De acordo com Santos (2022) com a colonização portuguesa em nosso território, ocorreu diversas consequências e uma delas foi a ocorrência da “colonialidade legal”, que segundo a autora, se caracteriza pela presença da lógica colonial na formação do direito brasileiro, presente tanto em seu sistema normativo quanto no pensamento jurídico. Afirma que:

A colonialidade legal fundamentou-se na visão de superioridade europeia, que se materializou nos processos de estabelecimento do direito ocidental/eurocêntrico como um modelo jurídico tradicional e ‘desenvolvido’ (baseado no positivismo, legalismo e universalidade) que deveria ser utilizado como parâmetro para regular a sociedade brasileira, desconsiderando as relações sociais, culturais, históricas, econômicas e costumeiras que preexistiam a invasão portuguesa (SANTOS, 2022, p. 27).

Assim, de forma multifacetada, o processo colonizador no Brasil nos conduziu a uma constante exclusão de direitos, negação da existência dos povos tradicionais e um apagamento das nossas culturas, dos nossos modos de viver e existir. Diante deste panorama, foi construído ao longo dos anos formas de resistência, meios populares para combater essa lógica imperialista, capitalista e colonial. Herkenhoff (1999) afirma que a legislação brasileira foi estruturada, a fim de garantir privilégios a uma elite, conforme evidencia abaixo:

O Direito vigente é um direito conservador. No Brasil, as leis asseguram privilégios seculares, geração sobre geração, quando não criam novos privilégios. Mantém-se a quase intocabilidade da propriedade privada e torna-se inviável ou bastante difícil a mobilidade na escala social. Os vales não pertencem aos que podem irrigar, nem a terra aos que lançam nela o seu trabalho (HERKENNHOFF, 1999, p. 35).

A resistência popular frente a esse poderio se materializou através da atuação dos movimentos sociais em toda a história brasileira, como forma de disputar o poder estatal e lutar pela garantia dos seus direitos. Sobre o papel dos movimentos sociais, Raquel SpareMBERGER e Indira Rodrigues (2015, p. 399) afirmam:

Os movimentos sociais são tentativas coletivas de buscar mudanças em determinadas instituições sociais ou estipular uma nova ordem social [...]. Tiveram, como já dito, demasiada importância na formação histórica social, representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como um campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. Os frutos das reivindicações dos movimentos sociais resultaram, quase que geralmente, em amplas conquistas sociais. Na relação Estado e sociedade, os movimentos sociais sempre foram o mais forte, e talvez último, meio de buscar um equilíbrio de forças. Apesar da força estatal ter, quase sempre, larga vantagem sobre a sociedade, e que pelas movimentações sociais esta vantagem é reduzida.

Dessa forma o campo político-social brasileiro é constituído por uma pluralidade de organizações, movimentos, sindicatos, Organizações não-governamentais (ONGs), coletivos, partidos políticos, grupos culturais, etc, que atuam na arena pública visando disputar as políticas públicas do país. Uns de caráter mais progressistas, outros de caráter mais conservadores; uns mais radicais outros mais conciliadores; uns mais estatais, outros mais liberais, entre outros. Historicamente o Brasil é impulsionado por essas movimentações que causam frissões, rupturas, fortalecimentos, combate e defesa de governos, projetos, valores, etc.

Ao longo da história os movimentos sociais tem implementado reivindicações por políticas públicas que visassem, por exemplo, a democratização da educação, do serviço público, da política institucional, como por exemplo, a Lei das cotas para ingresso ao ensino superior e nos processos seletivos do serviço público, incentivos a participação eleitoral das camadas populares, projetos destinados aos negros, lgbtqiap+, mulheres, etc. como forma de diminuir os impactos oriundos da desigualdade social fundamentada na lógica imperialista e colonizadora imposta ao Brasil.

Marini (1970) pontua que o movimento estudantil se apresenta como um dos atores que mais se fazem presente dentro desta disputa de projeto de educação e de sociedade, tanto no Brasil como no restante do mundo. Chama a atenção para a forte influência que o movimento de auto-organização dos estudantes ao redor do mundo corroborou para o fortalecimento do movimento no Brasil.

Desde os primórdios de sua formação, está intrinsecamente comprometido com a defesa pela democratização das universidades brasileiras que, necessariamente, transversalizava com o debate político institucional, uma vez que a defesa da educação pública, da democratização do acesso ao ensino superior, do fortalecimento de políticas de cotas, etc são elementos que compõe um projeto de nação, um plano de governo que, para torná-las possíveis, devem ser comprometidos com o fortalecimento de um Estado Social Democrático de Direito, do fortalecimento da democracia mais participativa, em combate a políticas neofacistas, reacionárias e conservadoras que tinham o interesse comum de manter o *status quo* do poder social e da educação superior como uma educação limitada a alta classe brasileira (BRAGHINI; CAMESKI, 2015; MORAES FREIRE, 1989; PITTS, 2014). Pauliane Freire (2010, p. 23) relata que:

para os estudantes, de nada adiantava somente discutir, fazer manifestações e tomar conta somente de seus interesses. Para eles, era importante também agir e ir além dos muros da universidade, lutar pela democracia, pelos direitos do cidadão, enfim, por aquilo que faria diferença para a sociedade em si.

Portanto, o movimento estudantil se forja como um dos atores em disputa pelo projeto de sociedade e de educação no país. Sua atuação marcou definitivamente o cenário político e social brasileiro, como uma das principais expressões da juventude em momentos cruciais na história do país como a conquista do direito ao voto direto, a luta da abolição, a luta pelo direito ao petróleo extraído no terreno nacional, luta pela redemocratização, a implementação de políticas de cotas, etc. (FORACCHI, 1972; 1977).

O movimento estudantil, apesar de predominantemente de caráter mais progressista, internamente apresenta uma infinidade e variedade de grupos, coletivos, partidos, organizações, movimentos, etc que compõe uma diversidade de correntes, posicionamentos políticos, ideologias, etc. Essa pluralidade potencializa e enriquece o debate político dentro do movimento e o impulsiona politicamente para

propor transformações sociais através dos acúmulos proveniente da troca de saberes, visões e opiniões sobre a sociedade brasileira. Arroyo (2003); Caldart (2000) e Gohn (2005) apontam que os movimentos sociais contribuem para a aquisição de saberes e experiências, que são fundamentais para a formação política, cidadã, uma vez que sujeitos educativos por excelência.

É evidente que diante de uma vasta diversidade de organizações políticas que compõe o movimento, não há apenas um entendimento único sobre a conjuntura brasileira, pelo contrário, há várias leituras políticas, vários apotamentos e inúmeras sinalizações de soluções para os problemas da sociedade brasileira (BRAGHINI; CAMESKI, 2015). Dentre as organizações é possível notar a presença tanto de coletivos de direita quanto de esquerda, liberais e estatais, progressistas e conservadores, reformistas e radicais, estadistas e anarquistas, economistas e culturalistas, etc.

A pluralidade e a vasta diversidade do movimento estudantil é que o torna um terreno fértil para o fomento ao ser social e a democracia. O monólogo pode parecer mais confortável do que o diálogo por não gerar atritos, mas o diálogo tem a capacidade de nos enriquecer e de promover o debate, de trazer informações para além do que as que estão em nós; é capaz de nos expandir, de nos provocar, de questionar convicções e promover conflitos também. É o diálogo do movimento estudantil que nos mostra que o monólogo autoritário pode até se apresentar como o modo mais fácil de lidar, mas não é o melhor cenário, a democracia participativa se finca na necessidade do respeito ao diálogo.

Silva (2006) ainda define o papel do movimento estudantil como sendo o de despertar o cidadão discente para a luta e garantia de seus direitos, além de refletir em suas atitudes e ações na sociedade, evidenciando que o objetivo ou finalidade do movimento estudantil é tornar-se a ponte que liga a vida acadêmica à vida política, possibilitando espaços de diálogos que iniciam-se a partir de demandas estudantis imediatas e que posteriormente se expandem para uma postura crítica mais macro. Sobre isso, Gohn (1999, p. 45) comenta,

a partir do envolvimento em Movimentos Sociais ou Estudantis, os sujeitos apropriam-se da linguagem, esquemas e concepções institucionais, assim como adquirem diversos conhecimentos e saberes. Sendo que, essa apropriação tem como objetivo (ou deveria ter) um projeto de construção de alternativas à nossa realidade, onde as relações de poder não mais determinarão nossos caminhos.

Ressalta-se que a pluralidade existente dentro do movimento estudantil além de ser uma diversidade de organizações e tendências políticas acima apontadas, também se manifestam na diversidade socio-cultural dos jovens que fazem parte, os militantes estudantis são multifacetados com diferentes demarcadores de classe, raça, localidades, culturas, graus de ensino, etc. (SIMÃO, 2015; SANFELICE, 2013, 2008; POCHMANN, 2004; FERRARO, 2011). Mesquita (2003, p. 120) evidencia:

Analisar o movimento estudantil é antes de tudo, analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita as suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes. Assim, acreditamos que não exista um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter cruzam.

Dentro desta extensão que é o movimento estudantil, é preciso diferenciar conceitos que comumente são tidos como sinônimos: movimento estudantil e entidades de representação estudantil. Como já vimos, o movimento é a ampla manifestação de auto-organização dos estudantes, porém as entidades de representação estudantil são organismos que buscam estruturar as instâncias representativas desse movimento em âmbito nacional, estadual, regional, por cursos, dentre outros.

Nesse universo, entidades são organizações representativas de um conjunto de pessoas, de uma classe, de um setor. Representativas no sentido de estabelecer-se como uma instância organizativa daquele conjunto, que o representa perante outra instância. Devem ser permanentemente abertas possibilitando participação das mais diversas opiniões e orientações políticas e ideológicas (RODRIGUES; GUGLIANO, 2017, p.97).

Assim sendo, é possível identificar várias entidades representativas como a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), União Estadual de Estudantes (UEE), Grêmios Estudantis, Federações e Confederações de Cursos, Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Executivas de cursos, etc. essas entidades de representações são preenchidas pelos coletivos, partidos, movimentos, tendências, e outras formas de organização que disputam a direção dessas instancias de representação estudantil.

Entretanto, nossa pesquisa está focada na análise da atuação de uma dessas organizações representativas: a União Nacional dos Estudantes (UNE). Como a maior organização estudantil da América Latina, a UNE se apresenta na conjuntura nacional como a maior entidade estudantil do Brasil e, portanto, como a maior ferramenta de mobilização dos estudantes da América Latina.

Internamente na UNE há instâncias de debates e deliberações que são ocupadas por outras entidades representativas que estão espalhadas por todo o território nacional. O principal fórum deliberativo da UNE é o Congresso da UNE (CONUNE), realizado a cada 2 anos e é o momento em que elegem a nova diretoria executiva da entidade. Outro fórum deliberativo é o Conselho Nacional das Entidades Gerais (CONEG), ocorre anualmente e é nesse espaço que se reúnem os representantes dos DCEs, UEEs, Federações, Executivas, etc com o objetivo de traçar as próximas ações e para a elaboração do CONUNE e da BIENAL. Por fim temos o Conselho Nacional de Entidades de Base, ocorre a cada dois anos e reúne os Diretórios Acadêmicos (DAs) e Centros Acadêmicos (CAs) para discutir e aprovar as resoluções e ações do movimento estudantil (UNE, 2022).

Transversalmente a entidade possui outros espaços e encontros ligados a cultura como é a Bienal da UNE e o CUCA da UNE, além do Encontro de Mulheres Estudantes da UNE (EME) e o Encontro de Estudantes Negras, Negros e Cotistas da UNE (ENUNE) (UNE, 2022).

Porém, esta estrutura que se apresenta atualmente é fruto de um acúmulo histórico de organização que teve suas primeiras manifestações durante a Inconfidência Mineira (1788), quando estudantes se posicionaram contra os abusos impostos pela Corte de Portugal (POERNER, 2004), e mais tarde, em 1901 foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros, que apesar de ter exercido uma breve atuação, esta marcou a história como o primeiro esforço da classe estudantil em estabelecer uma entidade representativa nacionalmente.

É no início dos anos 1990 que o movimento estudantil ganha maior fôlego após forte influência europeia de intelectuais e da proliferação dos movimentos espalhados pelo resto do mundo. No âmbito nacional, as reivindicações por mudanças sociais e educacionais tiveram seu demarcador com a criação da Associação Brasileira de Educação (1924) que visavam aglutinar forças para propor modificações na estrutura educacional brasileira, assim, impulsionando os estudantes a se auto-organizarem nacionalmente (POERNER, 2004; ARAÚJO,

2007; JUNIOR, 1982).

Assim, é entre os anos de 1937 e 1938 que surge a União Nacional dos Estudantes como fruto de um esforço coletivo de estabelecer uma entidade estudantil que fosse capaz de organizar os estudantes brasileiros e coesionar suas ações políticas em âmbito nacional e, o mais importante, capaz de promover organicidade as mobilizações. É a partir de então que aos poucos vai se estruturando as insituições/entidades representativas e se espalhando pelos estados brasileiros (JUNIOR, 1982).

O cenário político em que a criação da UNE se deu foi marcado pela Segunda Guerra Mundial e os consequentes protestos contra os governos totalitários, mas é durante o período da Ditadura Militar que a UNE se coloca como um dos principais atores na luta pela redemocratização do país e na garantia das liberdades individuais, o que levou a entidade ser perseguida, posta na ilegalidade e ter sua sede invadida e incendiata (ARAÚJO, 2007; JUNIOR, 1982).

Apesar das retaliações que sofreu, a UNE protagonizou um dos movimentos mais importantes no processo de abertura democrática pós Ditadura Militar, os movimentos das “Diretas Já!” que defendia a eleição direta para presidente. Outro importante movimento foi dos Caras-pintadas que protestaram contra as medidas implementadas pelo presidente Fernando Collor, por meio do Plano Collor (ARAUJO, 2007).

Figura 2 - Passeata durante o “Diretas Já” pelas eleições



Fonte: Movimento Revista (2012)

No período mais recente, há a presença da UNE nos protestos contra o aumento do valor das passagens de ônibus, ocorridos durante o ano de 2013 e que depois desencadearam pelo país com bandeiras mais abrangentes e que buscavam maiores recursos financeiros para a educação por meio da vinculação dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal para a educação.

Figura 3 - Mobilização em defesa da democracia e contra o golpe à Presidente Dilma Rousseff (2016)



Fonte: site da UBES (2022)

Entretanto, em 2016, o cenário político brasileiro começa a estruturar o golpe parlamentar da Presidente Dilma Rousseff, nesse mesmo período, a UNE organiza mobilizações pelo país contra o golpe "Não vai ter golpe!", porém no final do mesmo ano o golpe é efetivado e inicia-se o governo interino de Michel Temer. O governo provisório de Temer foi marcado por muitos protestos organizados pelo movimento estudantil em oposição as (contra)reformas implementadas, os cortes orçamentários das universidades e programas sociais.

Figura 4 - Mobilizações contra as reformas de Michel Temer (2019)



Fonte: Site da UNE (2022)

O golpe engendrado em 2016 teve seu apogeu com a prisão do ex-presidente Luis Inácio da Silva e a posterior eleição de Jair Bolsonaro, consolidando a partir de 2019 a gestão conservadora e ultraneoliberal. A UNE se manteve durante esse período com muitas mobilizações como “Lula Livre!” “Ele Não” “Vira-Voto” e “Fora Bolsonaro”. O governo de Jair Bolsonaro vem se apresentando como conservador, de extrema direita, populista, reacionário e neoliberal.

O setor público é o que mais vem sofrendo com os cortes orçamentários além de uma investida forte na privatização de vários serviços públicos. A UNE tem se colocado no cenário como ator político de forte oposição as medidas implementadas e fortalecendo mobilizações por todo território nacional.

Portanto, como um movimento plural, dinâmico, dialético e político, o movimento estudantil, nacionalmente representado pela UNE, se mostra como importante ator político no cenário brasileiro, participando de momentos históricos determinantes e defendendo os interesses dos estudantes, da classe trabalhadora e da democracia brasileira. Mas essa construção também não se dá forma uniforme, internamente há muitas forças políticas conflitantes que no decorrer da história exercem maior ou menor influência dentro desta entidade (e que veremos mais detalhadamente mais a frente).

Ante o exposto, tem-se que o estudo e reflexão acerca do papel que este ator

exerce na conjuntura brasileira, na disputa e construção da educação do país, proporciona conhecer de que forma a classe estudantil organizada tem conseguindo se inserir no espaço público e qual a sua capacidade de intervenção nos parâmetros que guiam a formulação dos projetos vigentes na sociedade brasileira. A análise a partir desta óptica, nos possibilita uma mudança de perspectiva fundamental para a compreensão social do poder de intervenção das massas na implementação das políticas públicas para o país.

Há de ressaltar a urgência de olhar cientificamente para esses fenômenos sociais, entendendo-os como atores, motores, protagonistas da história política, social, econômica, educacional, científica, etc brasileira. Portanto além de uma urgência de carácter social, político, há uma urgência também epistemológica em se explorar a temática que se circunscreve no campo entre educação e movimentos sociais, aqui com o enfoque especificamente no movimento estudantil por meio da atuação da União Nacional dos Estudantes.

1.3 QUESTÃO-PROBLEMA, OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.

O cenário econômico, social, político, cultural, educacional atual do Brasil, assim como do mundo, tem passado por transformações profundas com consequências significativas para a sociedade e educação, e exigem um esforço interpestivo crítico conjuntural, estrutural e (inter)subjetivo. Tais transformações intensificaram-se mediante o cenário pandêmico instaurado pela disseminação mundial do Covid-19 que, escancarou a desigualdade social, econômica, etc existente no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, nossa tarefa é de compreender os acontecimentos que influenciam os mais diversos âmbitos da vida social e conseqüentemente formam uma conjuntura que precisa ser encarada. Compreender os processos em que estamos inseridos para que possamos fazer apontamentos quanto ao futuro que queremos e assim, nos possibilitar agir de forma propositiva e intencional na construção da realidade que almejamos, esse é o intuito desta pesquisa.

O Brasil, entre os anos de 2015 a 2020, vivenciou um cenário político, social, econômico, cultural e educacional de grandes mudanças (retrocessos): a interrupção do mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011 – 2016) em 2016, por meio de um golpe parlamentar (SANTOS, 2017), a instauração de um governo interino (Michel

Temer) de direita e conservador, e a ascensão de um governo populista de extrema direita, em 2018, conservador e reacionário do Presidente Jair Bolsonaro. Este cenário político gerou inúmeras mudanças significativas para a nossa história, muitas consequências para a democracia e para a educação pública do país.

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil iniciou com a eleição à Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, e findou com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Foram 13 anos de governo e de muitas mudanças de caráter mais social e progressista, apesar de também apresentar características de conciliação de interesses com a elite brasileira, os governos do PT, dentro das limitações de sua atuação, foram capazes de promover muitas ações sociais, programas de distribuição de renda, democratização da educação, etc.

Motivo pelo qual, pontua Wanderley Santos (2017), ser o desencadeador do golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff. Em suas palavras “Sucessivas derrotas levaram a elite econômica do país, embora altamente compensada durante os governos trabalhistas, a associar-se aos setores preconceituosos da classe média no desespero de eleições como recurso para interromper a supremacia eleitoral trabalhista (SANTOS, 2017, p. 47)”.

A título de exemplificação, durante o governo de Lula, no âmbito da educação houve várias iniciativas, como: do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), do PROUNI (Programa Universidade para Todos); a aprovação da Emenda Constitucional nº. 53/06 que cria o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); a insituição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Piso Salarial para os profissionais do magistério público da educação básica, a regulamentação do estágio, a Reforma Universitária, o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), etc.

E, durante o governo de Dilma Rousseff, houve a continuidade das políticas de fortalecimento da educação pública brasileira, como as alterações na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) que estabeleceu oferta de educação superior para os povos indígenas, incluiu nos currículos do ensino fundamental e ensino médio os componentes de proteção e defesa civil e educação ambiental (Lei n. 12.608, de 2012); instituiu o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo), o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), dentre outras políticas

que vizavam a expansão econômica e o fortalecimento de políticas sociais, caracterizando-se como um modelo neodesenvolvimentista.

Com a instituição do golpe parlamentar em 2016 e o estabelecimento do governo interino de Michel Temer, a sociedade brasileira e, em particular a educação, sofreram grandes impactos com a implementação de diversas (contra)reformas orientadas conforme o receituário neoliberal, dentre as quais, destacam-se a Proposta de Emenda Constitucional nº 55, aprovada em 2016, e popularmente conhecida como “Teto de Gastos”, pois limitou por 20 anos o aumento dos gastos públicos, afetando diretamente setores prioritários como a educação e saúde; em 2017 aprovou a Medida Provisória que estabelecia a Reforma do Ensino Médio, a Reforma Trabalhista, além de, em 2016 aprovar projeto que desobrigava a Petrobrás da exclusividade de exploração do pré-sal, abrindo-a para o mercado internacional.

Para além dessas medidas, houve também o enfraquecimento de projetos sociais implementados pelo governo petista que, por meio de cortes orçamentários, precarizaram seus serviços, os mais afetados foram o Programa Minha Casa Minha Vida, Programa Mais Médicos, e no âmbito da educação, os Programas PROUNI e FIES, e os cortes no orçamento das Universidades Federais.

Wanderley Santos (2017) afirma que se deu devido a implementação de um programa de governo pautado na austeridade fiscal. Programa este que foi recusado nas urnas, pelo voto popular, porém apoiado pelas forças políticas e econômicas que garantiram a execução do golpe parlamentar.

O golpe parlamentar proporcionou a abertura necessária para inserção de um governo de ultra direita. Sob a vigência do governo Bolsonaro (2019 – 2022), a educação pública sofreu vários cortes de verbas públicas, enfraquecimento de programas e políticas educacionais. Em 2020 o Governo Federal investiu 5,2% do seu total de gastos em Educação, o ENEM teve o pior índice de participação em 16 anos, o FIES atendeu menos de 10% do público que atendia em 2014, os cortes orçamentários nas Universidades Federais, no orçamento da ciência, nos programas de pós graduação, de pesquisa, etc foi reduzido em 34% (APUB, 2021).

Leonardo Avritzer (2020) pontua que para além dos cortes orçamentários, precarização dos serviços públicos, dos programas sociais, etc há também um discurso político muito forte e presente que se baseia no ataque a ciência, a educação crítica, aos valores democráticos, a pluralidade social, destilação de ódio

às minorias, etc que demarcam a atuação do governo bolsonarista como ultraconservador e reacionário.

Como vimos acima, nos últimos cinco anos a educação no Brasil foi ponto central na implementação de projetos de sociedade pautados em programas de governos e essas modificações de investimento, rupturas e direcionamentos causados por mudanças no cenário político, social, econômico do país nos convocam a compreender os processos que a educação pública vem enfrentando.

Se debruçar no estudo da construção política da educação, visando compreender os fatores que a modificam, os atores envolvidos na disputa e proposição dos modelos e parâmetros, as forças sociais que compõe a elaboração e proposição da educação pública, é fundamental para que se possa compreender a realidade em que estamos inseridos, analisar como isso nos afeta e de que forma é possível contribuir ativamente na construção do projeto de nação e da educação pública que queremos.

Dessa forma, ao encarar o contexto histórico brasileiro atual e a atuação do movimento estudantil universitário progressista nesse cenário, identificando a urgência e a necessidade de refletir sobre a conjuntura que se impõe, este estudo delimita a temporalidade de análise entre os anos de 2015 à 2020, anos que concentram a queda de um governo progressista, a instauração de um governo transitório de caráter conservador/liberal/direita e que propiciou a ascensão de um governo populista de extrema direita, liberal, ultraconservador e reacionário.

A dinâmica dessas variações de projetos nos mostrará como o debate da educação e da democracia sofrem modificações profundas e como a União Nacional dos Estudantes tem se posicionado e atuado nesse cenário de crise da democracia e da educação pública.

Assim, em face da crise da sociedade brasileira na atualidade, em particular no tocante ao seu retrocesso democrático e educacional, e, também, de alternativas a essa crise, coloca-se a seguinte questão-problema: ***é possível identificar, na atualidade, um debate de projeto de universidade pública e de democracia para o país, protagonizado pela União Nacional dos Estudantes?***

Deste modo, trago como **objetivo geral**:

- Analisar a contribuição da União Nacional dos Estudantes, na atualidade, para um de projeto de universidade pública e de democracia na sociedade brasileira.

E como **objetivos específicos**:

- Identificar a contribuição da UNE em diversos momentos da história brasileira, com enfoque no debate da universidade pública e democracia;
- Analisar o posicionamento da UNE, em face da conjuntura de crise na atualidade, no tocante ao debate da universidade pública e da democracia no país;
- Apontar avanços e limites na atuação da UNE em relação à defesa da universidade pública e da democracia nessa conjuntura brasileira.

2. A TESSITURA E TRILHAS DA PESQUISA

É bem verdade que a pesquisa científica necessita de um aparato metodológico que orienta os procedimentos da pesquisa, esses aparatos tem como alicerce visões de mundo e de conhecimento científico diversos, por isso, achamos importante iniciar essa seção destacando qual o caminho teórico vamos percorrer, fincando a abordagem teórica que orienta esse estudo.

Esta pesquisa se assenta no **olhar ontológico**, que tem como finalidade compreender a própria realidade, na compreensão da realidade enquanto histórica, contraditória e social. Esta concepção esta baseada nos estudos Karl Marx (2003) que demonstra a dinâmica que estrutura a sociedade em que vivemos. Para ele, a realidade é fundamentada por relação conflituais entre classes e grupos sociais que defendem interesses antagônicos, essa correlação de forças movimentam a conjuntura de tempos em tempos o que lhe garante um processamento histórico e social, conforme busca explicar Lefebvre (2009).

Marx (2003) traz essas categorias para explicar a realidade social após profundo estudo acerca do funcionamento da sociedade capitalista. Com o objetivo de desvendar o mecanismo de estruturação do sistema capitalista, ele promove uma teoria científica acerca da lógica do capital que orienta a realidade social e as relações sociais proveniente dessa estrutura.

Dessa forma, ao partir desse entedimento acerca da realidade, Marx (2003) estabelece que o conhecimento científico para dar conta da análise dos fenômenos sociais presentes nesta sociedade precisa assumir o caráter dialético materialista. Assim, o olhar epistemológico desta pesquisa se assenta materialista marxista.

Esta concepção assume como compromisso a interpretação crítica da sociedade capitalista e tem como finalidade a sua transformação social. Essa proposição teórica crítica surge, portanto, como uma via interpretativa da realidade social, e também, como horizonte de transformação e superação do modelo capitalista.

Ao estabelecer esse pano de fundo, o marxismo, encara o desafio de propor uma teoria científica que estabeleça um método capaz de abranger a totalidade dessa realidade e também seja capaz de impulsionar a transforma-la. Essa dupla finalidade, teórica e política, é característica da teoria marxista e propõe outra ruptura, com a concepção de conhecimento científico como neutro e *a priori*. Pelo

contrário, para Marx o conhecimento científico é também fruto da luta de contrário, e em sua proposição, o conhecimento científico assume uma posição de contraponto aos métodos e modelos vigentes, afirmando *o conhecimento como fruto de uma realidade social e história* e, portanto, é um conhecimento comprometido socialmente e com intencionalidade transformadora (MARX, 2008; LEFEBVRE, 2009).

Em contraposição ao positivismo que se fundamenta na pretensão de importar rigorosidade e previsibilidade científica das ciências naturais às ciências sociais, através de uma postura neutra e objetiva, Marx, ao contrário, buscou a superação desta proposição, alicerçando sua teoria na defesa da construção histórica, dialética e materialista como pilares para estruturação do conhecimento científico social (MARX, 2010).

Assim, Marx (1985) ao estabelecer a realidade como histórica, os sujeitos como históricos, também compreende o conhecimento como histórico e transitório, pois todos são produtos das condições históricas que estão sempre modificando. Em uma passagem do livro *A miséria da Filosofia*, Marx (1985, p. 108) discorre:

Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem também os princípios, as idéias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Por isso, essas idéias, essas categorias, são tão pouco eternas como as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios.

Desta forma, esse construto teórico de Marx pode se resumir em uma proposição teórica alicerçada no entendimento de que a realidade social é histórica e dinâmica, construída por meio da luta entre contrários, ou seja, para ele, a realidade não é fruto de uma abstração da razão humana, mas fruto de condições históricas. Assim, o conhecimento que busque compreender o real deve ter isso em vista, além de que, ele próprio também será fruto das condições históricas e sociais.

Logo, ao assumir essa postura (de que a realidade não é produto da razão humana), Marx afirma que a construção teórica sobre o ser social é, na verdade, uma (re)produção ideal que ele intitula de *concreto pensado*. Assim sendo, a construção teórica sobre o ser social é uma (re)produção da totalidade social de forma idealizada (no sentido de cognitivamente reorganizada). Netto (1989, p. 92-93) busca explicitar esse entendimento da seguinte forma:

Antes de mais, esta teoria articula-se sobre a perspectiva da totalidade: a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade – de maior ou menor complexidade. A categoria da totalidade, nesta angulação, é simultaneamente a categoria central da realidade histórico-social e a categoria nuclear da sua reprodução teórica.

É, portanto, a partir desta compreensão de realidade e de conhecimento científico que partimos para a apresentação do método científico dialético materialista proposto por Marx como a via, o mecanismo, para conduzir a formulação do conhecimento científico nos moldes acima expostos.

2.1. MÉTODO DIALÉTICO-MATERIALISTA

O aporte **teórico-metodológico** que utilizado nesta pesquisa é o **dialético-materialista**. Ao alicerçar nossa pesquisa neste campo metodológico, afirmamos o compromisso de estudar a manifestação social da União Nacional dos Estudantes a partir de um contexto histórico, reconhecendo-a como produto de condições históricas, situada dentro de uma correlação de forças antagônicas que compõe a estrutura e conjuntura da sociedade brasileira.

Os pressupostos do método científico proposto por Marx se assentam na noção de realidade e de conhecimento científicos acima expostos. Assim, o autor estrutura como método científico a **dialética materialista**, como via de formulação do conhecimento científico.

Hegel conceituou o *movimento dialético* como um movimento composto por contradições e contraposições de ideias que conduzem a novos entendimentos. Esse movimento entre ideias se repete sucessivamente, Hegel chama de tese, antítese e síntese (MARX, 2010). Entretanto, dentro da proposição hegeliana, a dialética é abordada em uma perspectiva idealista, pois considera que esse movimento dialético se manifesta internamente na consciência do sujeito e que as “sínteses/novos entendimentos/novas ideias” determinam a realidade social.

Marx, ao contrário, considera a realidade *anterior* à consciência subjetiva, ou seja, na concepção marxista, as contraposições de ideias não são atividade estritamente abstrata fruto da consciência racional mas, a realidade participa conjuntamente com a consciência e dessa forma, na produção da síntese da dialética, há a realidade pensada, refletida.

O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si [...] enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado (MARX, 1982, p. 14).

Assim sendo, a dialética materialista surge como um método, caminho para o conhecimento científico social interpretar e explicar a realidade social, compreendida como dinâmica e histórica. No posfácio a obra “O Capital” há uma melhor sistematização do método marxista, apresenta a dialética materialista como uma composição do método de investigação e do método de exposição, conforme excerto abaixo:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori. Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 1998, p. 26).

É possível entender que o *método de investigação* consiste em um estudo detalhado da realidade material enquanto o *método de exposição* representa a síntese obtida da análise do real. Kozik (2002), em sua obra *Dialética do Concreto*, apresenta o método de investigação como sendo uma apropriação da matéria por meio dos detalhes históricos, análise do desenvolvimento do próprio material e a investigação da coerência interna. Enquanto o método de exposição seria a apresentação da “síntese” como realidade pensada, isto é, a apresentação da realidade através de um encadeamento lógico que possibilite uma melhor

compreensão do real e para que o conhecimento possa ser instrumento de uma *práxis* transformadora.

Logo, Marx, aponta para a realidade como um complexo de relações e de forças econômicas que se manifestam em infraestrutura e superestrutura e que o método deve fornecer uma análise detalhada que levará ao *concreto refletido*. “Partindo daqui, é necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo ao real, que não é mais a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (MARX, 2008, p.247).

Assim, a análise dialética materialista se aprofunda nos contextos históricos, nas determinações socioeconômicas das situações de vida, relações e contradições sociais sob o prisma da dialética entre interioridade e exterioridade, interpretação subjetiva e realidade objetiva (FRIGOTTO, 1989; LEFERVRE, 2009; MARX, 1998; 2003).

A ciência social proposta por Marx se circunscreve na tradição crítica científica da modernidade ocidental, porém destaca-se como uma ruptura teórico, epistemológica, metodológica, política e social, da tradição positivista e liberalista e com toda abordagem teórica ahistórica e acrítica que sustentou o modelo de sociedade dominante da época e, hoje em dia, sustenta o neoliberalismo.

2.2. ENFOQUE DA PESQUISA E ÁREA TEMÁTICA

O enfoque e a área temática desta construção se circunscreve dentro do pensamento decolonial, assumindo-o como diretriz na produção de uma pesquisa comprometida epistemologicamente e politicamente com a trajetória dos sujeitos subalternos. Ao definir esse caminhar temático, nos propomos a elaboração de uma pesquisa que busca interpretar a realidade brasileira através dos saberes e vivências do movimento estudantil, especificamente, da entidade de organização estudantil, a UNE.

Ao buscar estabelecer o fazer científico através da narrativa dessa forma de organização popular, decorre da pesquisa a ruptura da narrativa hegemônica e colonial sobre a realidade brasileira e, também, o fortalecimento de narrativas outras, oriunda dos sujeitos subalternos que constroem resistência no território brasileiro.

Costa (2006), em seu escrito *Desprovincializando a sociologia – a contribuição pós-colonial*, apresenta uma sistematização sobre as relações entre os

paradigmas teóricos, pontuando algumas construções que contribuíram para a formação dos estudos pós-coloniais, matriz teórica diretamente ligada ao pensamento decolonial dentro dessa esfera científico-acadêmica

Para Costa (2006) os estudos pós-coloniais surgem entre a transição paradigmática dos pensamentos pós-estruturalistas e os estudos culturais. Peters (2000) aponta que o pós-estruturalismo surge no horizonte do debate teórico tecendo críticas ao pensamento estruturalista por este descentralizar/deslocar/afastar a subjetividade da construção social.

Em busca de reposicionar o papel do sujeito, da subjetividade, o pós-estruturalismo “[...] reafirma a importância da estrutura, não na constituição do Sujeito, mas sim na determinação das diferentes posições de sujeito, que emergem nos momentos de tomada de decisão” (PEREIRA, 2010, p. 422).

Portanto, a partir do reposicionamento do enfoque na subjetividade promovida pelo pensamento pós-estruturalista, e a compreensão da existência de diferentes contextos sociais, os estudos culturais emergem questionando a hierarquização da cultura. Hall (2010) afirma que a cultura passa a ser conceituada como algo que entrelaça sujeitos e contextos sociais que, ao se inserirem dentro de uma dinâmica/lógica desigual que corroboram para o estabelecimento de formas/grupos culturais hegemônicos e/ou dominantes.

Segundo Costa (2006), esse é o pano de fundo que favorece o surgimento do pensamento pós-colonial. Cita o livro *Orientalism* escrito pelo palestino Said (1978), que apresenta a distinção entre Ocidente e Oriente alicerçada na dominação ocidental ao se auto-representar e de definir o Oriente como tudo que não é Ocidente.

Stuart Hall (1996) amplifica a polaridade entre Ocidente/Oriente e propõe estender a dicotomia, inserindo o debate entre Ocidente e o resto do mundo (West/Rest). Hall aponta os principais recursos utilizados através da colonização como os conhecimentos clássicos, religiosos, mitologias, relatos de viajantes, etc que corroboraram para estabelecer a visão do Ocidente como civilizado e o resto do mundo como selvagem, atrasado, subdesenvolvido (COSTA, 2006).

Outra importante contribuição foi a tessitura do conceito de saberes sujeitados, formulado por Foucault (1999) chamados de “*savoirs assujettis*” que inseriram que a relação de dominação econômica, cultural, geográfica, política, etc., também assume mais uma faceta, a dominação epistêmica, que será trabalhada

posteriormente por Santos (2002) ao elaborar a teoria do pensamento abissal e a marginalização dos “outros” saberes.

Soma-se a estas construções, o ensaio proposto por Spivak (2010) “Pode o Subalterno falar?” que insere no debate pós-colonial a presença do sujeito subalterno que, vítima da violência epistêmica colonial, precisa ser reposicionado como um sujeito que fale por si mesmo.

Assim, Spivak demarca a crítica que vai gerar a cisão entre os estudos pós-coloniais e os estudos decoloniais, pois vai afirmar que a construção pós-colonial não deve limitar-se a ser apenas anticolonial, no sentido da denúncia e combate, mas de promover a desconstrução dessa antinomia *West/Rest*, através da construção teórica para além dos legados do colonialismo (COSTA, 2006).

De acordo com a exposição de Ballestrin (2013) é em decorrência desse esforço, de potencializar construções teóricas para além das matrizes eurocêntricas que surge a formação de grupos de estudos, como podemos destacar o Grupo de Estudos Subalternos no sul asiático (1970) e o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos (1992).

A autora resgata que em 1998, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos publica uma coletânea de artigos que teciam críticas acerca da influência de correntes do pensamento europeu na construção das teorias pós-coloniais. Mignolo (1998) denuncia que os estudos culturais, pós-coloniais e subalternos não romperam com a lógica imperialista dos autores eurocêntricos. É a partir dessas divergências teóricas, o grupo latino se separou e deu origem ao grupo *Colonialidade/Modernidade (M/C)*.

Dentro dessa nova configuração, o esforço teórico foi direcionado para o estudo colonial da América Latina, contou com autores como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Boaventura Santos, Catherine Walsh, etc. que trouxeram grandes contribuições como a Filosofia da Libertação, a Teoria de Dependência, a Teoria do Sistema-Mundo, a Colonialidade do Poder, etc.

Quijano (2005) apresenta o conceito de colonialidade e o difere de colonialismo, entendendo colonialismo como um sistema econômico vigente em um período histórico e a colonialidade como uma estrutura mais intersubjetiva que assume de forma multifacetada a manutenção do poder colonial, conforme explica o excerto abaixo:

[...] refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado [...] (QUIJANO, 2010, p. 74).

Mignolo (2010) complementa o entendimento da colonialidade e diz que ela se reproduz em diversas dimensões “a colonialidade do poder (econômico e político) a colonialidade do saber e a colonialidade do ser (do gênero, sexualidade, subjetividade e conhecimento)” (MIGNOLO, 2010, p. 11), e assim, ela promove a continuidade de um controle da subjetividade e do conhecimento.

Assim os estudos promovidos pelo grupo Modernidade/Colonialidade vão se estabelecendo como um esforço de construção teórica a partir de uma realidade, a partir de um olhar, de uma perspectiva da América Latina. Dentro desse panorama Mignolo (2010) apresenta como pensamento decolonial como as construções teóricas contra-hegemônicas produzidas por sujeitos subalternos e que devido a colonialidade do poder e saber, não foram produções potencializadas.

Nessa proposição, é possível evidenciar a diferenciação entre os estudos pós-coloniais e o pensamento decolonial:

Colonialidade e descolonialidade introduzem uma fratura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como projetos no meio do caminho entre o pensamento pós-moderno francês de Michel Foucault, Jacques Lacan e Jacques Derrida e quem é reconhecido como a base do cânone pós-colonial: Edward Said, Gayatri Spivak e Hommi Bhabba. A descolonialidade - em contrapartida - arranca de outras fontes. Desde a marca descolonial implícita na Nueva Crónica y Buen Gobierno de Guamán Poma de Ayala; no tratado político de Ottobah Cugoano; no ativismo e crítica decolonial de Mahatma Ghandi; na fratura do Marxismo em seu encontro com o legado colonial nos Andes, no trabalho de José Carlos Mariátegui; na política radical, o giro epistemológico de Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre outros (MIGNOLO, 2010, p. 14-15).

Assim, o pensamento decolonial se apresenta como o conjunto de construções teóricas, epistemológicas, políticas e intelectuais contra hegemônicas, de povos subalternizados que promovem outra perspectiva a partir de reflexões de sujeitos e regiões que foram excluídas, marginalizadas pelo imperialismo colonial. Como Ballestrin (2013, p. 108) afirma: “aquilo que é original dos estudos decoloniais

parece estar mais relacionado com as novas lentes colocadas sobre velhos problemas latino-americanos do que com o elenco desses problemas em si”.

Assim, dentro dessa abordagem, surge os construtos de Boaventura de Souza Santos, direcionados a contribuir para reinvenção crítica das ciências sociais no continente, assumindo uma posição epistemológica e política e social de combate à globalização hegemônica e o comprometimento de fazer emergir a valorização de narrativas outras, saberes outros, perspectivas alternativas contra-hegemônicas a partir da luta dos grupos sociais subalternos do Sul Global (SANTOS, 2006; 2014; 2019).

Santos (1994) tece críticas ao paradigma hegemônico da ciência moderna no que tange a sua concepção de universalidade do conhecimento científico, da cisão sujeito-objeto, da neutralidade e da hierarquização de saberes. E assim, insere a compreensão de ecologia dos saberes, uma articulação sistêmica entre saberes que formam o conhecimento, conforme melhor descrito no excerto abaixo:

Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem o sistema aberto do conhecimento em processo constante da criação e renovação. O conhecimento é reconhecimento, é autoconhecimento (SANTOS, 2006, p.157).

Ao expor as condições teóricas e sociais que levaram a crise do paradigma dominante, Boaventura Santos (2000) defende que precisamos de um novo modo de produção de conhecimento, não de alternativas ao pensamento, mas em sua essência um pensamento alternativo ao que se estabelece o pensamento dominante moderno. Assim, Boaventura Santos o caracteriza como uma *razão indolente*, preguiçosa que ao se considerar via única e exclusiva do pensamento verdadeiro acaba por ser redundante frente à diversidade epistemológica do mundo.

A razão indolente apresenta duas características: A primeira é considerar a parte como o todo, promove um conceito restrito de totalidade por ser construído por conhecimentos homogêneos. Boaventura Santos caracteriza-a como *metonímica* e dela decorre uma hierarquização dicotômica entre norte/sul, cultura/natureza, etc. Ao associar a noção de totalidade a partir de uma parte homogenia, hegemônica e reducionista, gera a exclusão de saberes outros, realidades outras. A segunda consiste na característica *proléptica* que se assenta a pretensão de previsibilidade

do futuro por meio da noção de progresso e linearidade do tempo (SANTOS, 2010, 2000, 2006).

Destas adjetivações que qualificam a razão do paradigma dominante moderno, são geradas monoculturas. A primeira é a *monocultura do saber* é do *rigor*, ela se desdobra na ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico (SANTOS, 2000, 2007).

Boaventura Santos (2007) afirma que essa delimitação da validade do conhecimento por via científica gera uma monocultura do saber que exclui como válidos os conhecimentos populares, indígenas, camponeses, etc., que por vias outras, produzem saberes por meio de práticas sociais, condicionando-os a uma inexistência por considera-los ignorantes.

Propõe-se, portanto, a superação monocultural do saber por uma *ecologia de saberes* que possibilita o diálogo horizontal entre o conhecimento científico e o saber laico, popular, indígena, marginais, camponês, etc e concebe o conhecimento como uma construção heterogênea por meio de uma interação sistêmica, dinâmica e horizontal entre saberes.

A outra monocultura apontada é a da *linearidade temporal* que consiste na ideia de que a história tem um único sentido, uma única direção e que os países europeus são os mais desenvolvidos (SANTOS, 2006). É possível identificar que o entendimento do tempo como linear implica noções de progresso, desenvolvimento, modernização, disto decorre a dicotomia entre desenvolvidos/atrasados, moderno/primitivo, civilizados/selvagens e como superação desta noção, Boaventura Santos apresenta a *ecologia das temporalidades* como um encontro de temporalidades plurais e que por serem diferentes não deixam de ser contemporâneas (SANTOS, 2006; 2010). Desta forma, rompe com a *lógica progressista* e instaura uma *lógica de simultaneidades plurais*.

A outra monocultura gerada pela racionalidade moderna é a *monocultura da escala dominante* que privilegia o conhecimento universal em detrimento do saber particular, local. A tradição moderna ocidental se assentava no entendimento de que toda ideia para ser válida deve ser independente do contexto em que se insere.

Em contraposição, Santos (2006; 2010) apresenta a *ecologia da transescala* como forma de conceber o conhecimento por meio da articulação entre escalas de saberes locais, nacionais e globais. Afirma que o importante é analisar como é possível enxergar através das escalas, e assim articula-las por meio da lógica de

complementariedade. Para Santos (1997, p. 48) “o conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico; sendo local, não é descritivo. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade”.

Outra reflexão importante que Boaventura Santos traz à baila é sobre a cisão entre sujeito e objeto, pautado na necessidade de conceber um conhecimento rigoroso e objetivo não admitia-se a interferência da subjetividade humana, das particularidades do sujeito empírico (SANTOS, 2011).

Santos (2011) aponta que a busca pela objetividade na ciência moderna gerou a desumanização do objetivo por meio da cisão entre humano (sujeito) e não-humano (objeto). Desta forma, a objetividade que foi inserida para garantir a neutralidade científica, estabeleceu um conhecimento desumanizador. Por outro lado, o esforço de apenas garantir as subjetividades dos objetos somente ampliou a completude da análise dos mesmos, e que continuaram a ser analisados segundo a distinção sujeito/objeto.

Portanto, Boaventura Santos aponta para a superação desta relação dicotômica através da proposição de uma concepção de conhecimento como autoreferencial, como autoconhecimento “é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e, antes, nos una pessoalmente ao que estudamos” (SANTOS, 1997, p. 53). E ressalta a necessidade de diferenciar objetividade de neutralidade.

Vamos, portanto, discutir como podemos, no que diz a respeito a ciência, ser objetivos nas não neutros; como devemos distinguir entre objetividade e neutralidade. Objetividade, porque possuímos metodologias próprias das ciências sociais para ter um conhecimento que queremos que seja rigoroso e que nos defenda de dogmatismos; e, ao mesmo tempo, vivemos em sociedades muito injustas, em relação as quais não podemos ser neutros (SANTOS, 2007, p. 23).

As críticas ao paradigma dominante, as ecologias propostas por Boaventura Santos se agrupam no que ele intitula sociologia das ausências e sociologia das emergências, concretizando-se por meio do procedimento de tradução intercultural que consiste em uma forma de relacionar conhecimentos, criando inteligibilidade respeitando a diversidade de saberes.

Esse procedimento de tradução é um processo pelo qual vamos criando e dando sentido a um mundo que não tem realmente um sentido único, porque é um sentido de todos nós; não pode ser um sentido que seja

distribuído, criado, desenhado, concebido no Norte e imposto ao restante do mundo, onde estão três quartos das pessoas. É um processo distinto, e por isso o chamo de Epistemologias do Sul, que tem consequências políticas – e naturalmente teóricas – para criar uma nova concepção de dignidade humana e de consciência humana (SANTOS, 2007, p.41).

Portanto, ao propor o diálogo entre o enfoque decolonial e método dialético, busca-se apontar o construto teórico marxista como uma denúncia a estrutura de dominação e opressão, que a classe burguesa capitalista e suas frações de classe operam sobre a classe trabalhadora ainda é válida e atual nessa globalização do capital financeiro e por aplicativo, contudo, é preciso, também, somar a esta compreensão, outras lógicas e formas de dominação e opressão (étnico-racial, gênero/sexual) que se dão historicamente nessa sociedade capitalista, assim como as lutas e resistências a ela, que o marxismo não conseguiu identificar e problematizar, sobretudo em relação as regiões/sociedades coloniais, como a América Latina, em particular a brasileira, que exigem uma formulação teórica que considere as dinâmicas e particularidades históricas, que ainda hoje vivem um tipo de capitalismo periférico e dependente sem romper com a lógica (neo)colonial (MARIATEGUI, 2010; FERNANDES, 2020).

O processo colonizador que de acordo com os estudos de Quijano (2005), Mignolo (2010), Lander (2005), Santos (2004; 2006; 2010), etc., reside somente na injustiça social, política, econômica e cultural, mas, também, epistêmica, impedindo esses povos, classes e grupos sociais (violentados e subalternizados pelo sistema-mundo moderno-colonial), de se autorepresentar e de terem reconhecidos seus saberes e modos outros de vida.

Ao fazer a crítica ao paradigma hegemônico da ciência moderna (positivismo), Boaventura (2004; 2006), também, chama atenção para a necessidade de se descolonizar o marxismo, que se insere numa crise epistemológica. O referido autor apresenta construções teóricas que provocaram reflexões sobre o alicerce do pensamento moderno eurocêntrico, do domínio da ciência e dos modelos de investigação científica.

A centralidade das suas críticas esta associada ao vínculo da ciência moderna aos processos de colonização e industrialização do capital. Denuncia que a relação com o poder econômico, social e político levou a ciência moderna a construir um monopólio do saber verdadeiro a custa da invisibilização de saberes e modos de vida outros (SANTOS, 2000; 2006).

Desta forma, o aporte dialético materialista tomado como referencial para a interpretação do fenômeno social em questão aqui nessa pesquisa (o movimento social estudantil) é abordado sob um *enfoque decolonial*, a fim de poder partir dessa realidade concreta e alargar o debate em face dessas lacunas de interpretação sobre essas classes e grupos sociais subalternizados do Brasil profundo.

Dessa forma, o enfoque decolonial soma-se a essa estrutura ao estabelecer que esta pesquisa compreenda o conhecimento a partir de uma relação horizontal entre os saberes, e que as condições históricas e sociais que compõe os sujeitos e a realidade são plurais, assim, direciona a nossa análise a realidade social brasileira e, ao trazer os saberes e narrativas do movimento estudantil, assume o compromisso de produção de uma pesquisa contra-hegemônica.

Assim sendo, ao adotar o enfoque decolonial assumo uma posição político-social de produzir academicamente um conhecimento pautado em subjetividades contra hegemônicas, com a contribuição de saberes para além do monopólio estabelecido pela influência imperialista e colonizadora do capitalismo europeu.

No que tange a conjuntura brasileira, é preciso fazer um esforço histórico de visualizar a formação da sociedade como fruto de um processo colonizador que preparou nosso território para uma dependência estrutural. O que significa dizer que, desde o período do Brasil colônia, o projeto de “nação” e por consequência o projeto de educação implementada aqui não tinham como finalidade a promoção de uma emancipação social, pelo contrário, a implementação destes “projetos” estavam intrinsecamente ligados a manutenção de um poder que determinava a dependência política, econômica, social e educacional brasileira (FLORESTAN, 2020).

Arroyo (2012) aponta que no decorrer da história os coletivos populares foram vítimas intencionais de ocultamentos e inferiorizações de suas culturas e saberes, em prol da perpetuação da ação hegemônica colonizadora que visava “traze-los para a cultura e o conhecimento legítimos, para a civilização e maioria” (p. 29), pois “Reconhecer que esses povos têm Outras Pedagogias produtoras de saberes, de modos de pensar, desestabilizaria a própria autoidentidade da pedagogia hegemônica” (ARROYO, 2012, p. 30). Nessa perspectiva, a “identidade é vista como força e resistência, assim como fonte de conflitos, é também elemento de construção de emancipações” (GOHN, 2019, p. 46).

Florestan (1966) evidencia a urgência em repensar a estrutura do modelo educacional brasileira de forma intencional, tendo em vista parâmetros

democráticos:

A inexistência da educação popular está na raiz dos males com que nos defrontamos e que nos revelamos impotentes para resolver. Sem perdermos de vista que a reconstrução educacional não é tudo e que ela jamais deve ser encarada como um fim em si mesma, temos de concentrar boa parcela de nossas energias na criação de um sistema de ensino capaz de responder positivamente aos requisitos materiais e morais da educação democrática (FERNANDES, 1966, p. 353).

Identificar a necessidade de reconstrução da educação, repensar os valores que a norteiam, abre terreno para apresentar esses novos moldes pautados em um entendimento de sociedade e educação democráticas com intencionalidade emancipatória (FERNANDES, 2020).

Freire (2005) apresenta uma proposta de educação baseada em uma concepção crítica humanista e libertadora, emancipatória, no sentido em que proporciona “os oprimidos a buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores” (FREIRE, 2005, p. 30).

Dessa forma, ao entendermos que a esfera educacional, como dimensão da sociedade, é um campo em disputa fruto da correlação de forças sociais e políticas atuantes e contraditórias e, no que tange ao Brasil e sua construção histórica, as classes e grupos sociais dominantes mantiveram a implementação de um projeto educacional que visava (e visa) à manutenção de poder, de privilégios e o ‘desenvolvimento’(dependente) desigual e combinado.

Evidencia-se, assim, a necessidade de pensar criticamente um projeto social e educacional de país na atualidade capaz de fomentar valores democráticos e a emancipação da sociedade brasileira. Sobre isso, Florestan Fernandes (1966, p. 534) afirma:

A educação serve à democracia na medida em que se decide usar as técnicas pedagógicas democraticamente, para amparar e expandir as convicções fundamentais da concepção democrática do mundo, formar personalidades democráticas e robustecer tendências do comportamento fundadas no estilo democrático de vida.

É nesse momento, diante de tal compreensão e cenário de profunda crise, que este trabalho volta o seu olhar aos atores que podem se inserir no campo de disputa por projetos democratizantes e pautar novos moldes para a educação no

Brasil. Esses atores são os movimentos sociais que, segundo Gohn (2008), consistem em ações sociais coletivas de caráter sociopolítico que viabilizam formas da população se organizar e expressar suas demandas.

Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos” [...] Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. (GOHN, 2011, p. 336).

Faz-se imprescindível compreender a realidade brasileira sob esse outro prisma, sob o prisma da atuação dos movimentos sociais, que se inscrevem num campo da subalternidade, dos/das “de baixo”, dos/as excluídos/as, oprimidos/as (ARROYO, 2012; FLORESTAN, 2020; FREIRE, 2005; SANTOS, 2004; 2007).

Como realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram como forças sociais organizadas geradoras de criatividade, inovação e saberes (GOHN, 2011). Como forças sociais, os movimentos não têm sua constituição *a priori*, portanto para entender sua movência se faz necessário também compreender a conjuntura política, econômica e sociocultural em que estão inseridos.

Arroyo (2003) pontua que a brutal exclusão da população aos serviços públicos provocou desde a década de 50 reações e mobilizações populares organizadas. Os movimentos sociais foram inserindo os serviços públicos básicos no campo dos direitos, rompendo com a visão mercadológica e impondo a lógica de direitos humanos fundamentais para serviços de saúde, moradia, educação, etc. Assim, o acesso à políticas públicas vai deixando de ser visto como uma política clientelista e vai sendo exigida como um direito, e não privilégio.

Ao visualizar essas interações podemos compreender que a análise da construção histórica dos projetos de educação não podem ser vistas como análises analíticas e lineares, mas como uma relação conflituosa, sistêmica de interações de forças que compõe uma estrutura sempre em disputa e movimento.

Essas vivências totalizantes revelam à pedagogia o ser humano como totalidade existencial. Revelam e repõem dimensões perdidas na pesquisa, reflexão e ação pedagógica, tão centrada em formar o sujeito parcelado, instrumental, competente e hábil nos conhecimentos úteis, fechados. Revelam e repõem a educação como formação de sujeitos totais, sociais, culturais, históricos (ARROYO, 2003, p. 37).

Nesse caso, os movimentos sociais, como lembra Arroyo, “reeducam” por meio de suas lutas e interpelam tanto o pensamento social e educacional como a sociedade no seu conjunto. Por isso, é importante conceber esses movimentos como importantes *sujeitos-interlocutores* para narrar e trazer à baila histórias outras não contadas pela história oficial e eurocêntrica.

De alguma forma os movimentos sociais reeducam o pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica. Um pensamento que tinha como tradição pensar essa história como apêndice da história oficial, das articulações do poder, das concessões das elites, das demandas do mercado... Seria de esperar que a reconstrução da história da democratização da escola básica popular na América Latina não esquecesse de que ela é inseparável da história social dos setores populares. De seus avanços na consciência dos direitos (ARROYO, 2003, p. 30).

A atuação dos movimentos sociais, segundo Gohn (2011), se perpassa de duas formas: na interação com as instituições educacionais e na esfera interna educativa dos próprios movimentos. Na interação com as instituições educacionais destaca-se a atuação do movimento estudantil.

Nessa breve lista de movimentos sociais na América Latina da atualidade, é preciso registrar ainda a retomada do movimento estudantil, as ocupações em universidades no Brasil, sobretudo nas públicas, em luta pela melhoria da qualidade do ensino, contra reformas da educação, atos de corrupção e desvio de verbas públicas (GOHN, 2011, p. 13).

Nos espaços de produção acadêmica, fóruns de pesquisa e na produção epistemológica o estudo dessa relação é relativamente recente, configurando uma novidade em algumas áreas, como na própria educação (GOHN, 2011) sendo imprescindível o estudo sobre como esse movimento estudantil tem articulado os temas e problemas que envolvem a sociedade e a educação, como fazem usos de diversas estratégias para fortalecer as lutas em torno da conquista de direitos e/ou da efetivação dos direitos já positivados, bem como lutas que configuram processos de resistência em relação ao avanço dos processos de exploração capitalista.

No atual contexto latino-americano embate colocado para o campo da esquerda e, portanto, para as forças políticas progressivas é a luta contra a hegemonia neoliberal e, igualmente, a construção de alternativas a esse projeto que está levando à barbárie o mundo todo (ZITKOSKI; MORIGI, 2011, p. 12).

Com o panorama exposto, tem-se que é preciso enfrentar o debate aberto acerca das relações de poder presente na atualidade brasileira, entendendo o papel do movimento estudantil e de que forma a produção de conhecimento e a *práxis* política têm sido construídas em busca da renovação das práticas e da reinvenção da emancipação social (SANTOS, 2006).

Nesse horizonte, Boaventura Santos (2000; 2010; 2019) alarga e vai além desse pensamento de Gohn, pois, para ele, o conhecimento se produz, sim, na luta e resistência, mas, é relevante fazer emergir essas lutas e saberes ausentes e silenciados pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado, a fim de descolonizar essas relações e aflorar uma ecologia de saberes e ontologias outras, que passam a alargar o horizonte de perspectivas de emancipação social a partir do Sul Global.

Daí que, para esse autor, a luta, historicamente, não vem se dando somente contra o capitalismo, mas, também, contra o colonialismo e patriarcado, em especial nessas sociedades coloniais e, por conseqüente, é preciso atenção as diversas lutas dos movimentos sociais para a denúncia dessas várias formas de dominação e opressão. Ele defende que esses movimentos subalternos são fundamentais para construir um caminho descolonial e pós-abissal, por isso, são construtores de conhecimento e de pedagogias pós-abissais (SANTOS, 2019).

Por isso, é necessário a construção de epistemologias de resistência e alternativas contra-hegemônicas, propondo-se a analisar a educação sob a ótica dos subalternizados, dos movimentos populares, especificamente o movimento estudantil, e entender a proposição e a luta pela implementação de um projeto de sociedade e educação emancipatórios para o Brasil.

Junta-se a essas colocações, o avanço do debate sob uma perspectiva da decolonialidade. Isso visa reinventar a teoria social crítica e o debate sobre educação e promover avanços significativos em torno do repensar a emancipação social por meio da compreensão das relações de poder existentes.

[...] o processo de humanização requer ser consciente da possibilidade de existência e atuar responsabilmente e conscientemente sobre – e sempre contra – as estruturas e condições sociais que pretendem negar sua possibilidade. A humanização e libertação individual requer (sic) a humanização e libertação social, o que implica a conexão entre o subjetivo e o objetivo; quer dizer, entre o interiorizado da desumanização e o reconhecimento das estruturas e condições sociais que fazem esta desumanização (WALSH, 2009, p. 33).

Partimos do pressuposto que a finalidade do movimento estudantil progressista é enfrentar o avanço das políticas capitalistas neoliberais na educação, propor um projeto de educação brasileira que perpassa por pilares progressistas, emancipatórios e libertadores. Temos também que, como protagonistas da luta por direitos, os movimentos sociais têm muito a contribuir para a compreensão da nossa história, da história das lutas e conquistas populares.

É nesse entendimento que este projeto de pesquisa se finca e propõe a construir uma leitura, a partir da visão do movimento estudantil progressista, sobre a disputa, as lutas, as conquistas, os avanços e retrocessos da disputa de um projeto de democracia e educação/universidade pública para o Brasil atual.

[...] ou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas. O trabalho delas é libertador (hooks, 2013, p. 103).

Dessa forma, situamos nossa pesquisa teórica e metodologicamente, e partiremos para apresentar os procedimentos metodológicos, os procedimentos instrumentais que auxiliaram na coleta, organização e análise dos dados que serão abordados durante nossa pesquisa.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.3.1 Abordagem

Nossa abordagem adotada na pesquisa foi a *qualitativa*, pois ela fundamenta-se na relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, aprofundar-se nos significações presentes nas ações e relações humanas, conforme Minayo (2019, p. 21-22) aponta:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares (...), ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2019, p. 21-22).

Nesse sentido, adota-se a abordagem qualitativa, pois a ênfase desta

pesquisa se circunscreve na análise das relações sociais. Para Bogdan e Biklen (1994), o objeto/sujeito de estudo deve ser analisado no seu contexto histórico e tratado na pesquisa qualitativa como um espaço que está inserido em diversos aspectos sociais. Triviños (1987, p.128) nos chama a atenção para que seja “observado numa perspectiva que o vincula a realidades sociais maiores. O pesquisador é importante à medida que não esquece esta visão ampla e complexa do real social”.

A escolha da abordagem qualitativa se fundamenta na forma em que lida com os elementos que compõe a pesquisa, buscando os sentidos e significados, e isso é de suma importância porque valoriza a compreensão do modo como as pessoas vivem, vivenciam, sentem e pensam a sua realidade, o seu contexto histórico-social. Os dados são analisados de forma contextualizada, ou seja, as palavras, os documentos são discutidos a partir da riqueza do significado, respeitando a forma e o conteúdo, para que possam se aproximar da realidade.

2.3.2. Pesquisa bibliográfica

No que tange a pesquisa bibliográfica, partimos do entendimento segundo Gil (2008) que diz que a pesquisa bibliográfica se define como um trabalho desenvolvido a partir de um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica alicerçou a construção do referencial teórico deste trabalho, auxiliando nas questões norteadoras, no embasamento do estudo e na pesquisa de levantamento de dados em bases acadêmicas por meio da confecção do estado do conhecimento.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica desse estudo divide-se em : *Revisão da literatura e produção do estado do conhecimento*. No que tange a revisão da literatura, buscamos aglutinar autores que nos auxiliassem a fundamentar o referencial teórico da pesquisa. Assim, para tratar de movimentos sociais trouxemos a baila Maria Glória Gohn, Miguel Arroyo, Florestan Fernandes; acerca de democracia e educação brasileira com Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Saviani, José Carlos Mariátegui; e para abordar movimento estudantil e União Nacional dos Estudantes fizemos aporte de Maria Paula Nascimento Araújo, Arthur José Poerner, entre outros.

O estado do conhecimento foi construído durante o primeiro semestre de 2021, nos debruçamos nas pesquisas que constituíram o Estado do Conhecimento, por meio da busca nos Bancos de Dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Banco de Dados dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará – UEPA e Universidade Federal do Pará – UFPA.

2.3.3. Pesquisa Documental

A pesquisa documental propõe-se a produzir conhecimentos por meio da análise de materiais que ainda não foram objetos de pesquisa, para isso o investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. May (2004) diz que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

Dessa forma, faremos a análise por meio do levantamento de documentos legais (Leis, Decretos, Medidas Provisórias, etc.), documentos das redes sociais da UNE, como fotos, notas, moções, entrevistas, dentre outros, para que contribuíssem para uma análise conjuntural mais profunda, associada ao referencial teórico e demais produções bibliográficas.

2.3.4. Pesquisa de Campo

A perspectiva adotada por nós acerca da pesquisa de campo a compreende como uma fase do estudo que proporciona uma maior aproximação entre o pesquisador e o assunto/sujeito/movimento estudado (MATTAR, 1996). Por isso, foi utilizada como forma de aproximar o contato e buscar as impressões mais subjetivas dos sujeitos que compuseram o movimento estudado, buscando cada vez mais trazer o outro olhar para contar a nossa história.

Entretanto, tendo em vista o cenário pandêmico mundial em que vivemos instaurado pela disseminação do COVID-19 e que a medida de segurança adotada nos colocou em um regime de distanciamento social, a pesquisa de campo ficou limitada predominantemente a meios virtuais. Isso significa dizer que nossas entrevistas foram feitas através de aplicativos de conversação, acompanhamento

das reuniões e mobilizações virtuais organizadas pela UNE.

2.3.5 Entrevista Semi-estruturada

Como forma de conseguir efetivar as entrevistas com os sujeitos, a proposta que se apresentou como mais acessível é a da entrevista semi-estruturada via *WhatsApp*, haja vista o cenário pandêmico, a diversidade de localidade em que se encontram os interlocutores e por serem militantes, estes encontravam-se com uma agenda muito difícil devido as movimentações políticas das eleições deste ano e as tarefas acima durante o transição de governo. Dessa forma, apresentamos o roteiro de questões e os interlocutores foram nos respondendo através de audios e na medida em que necessitava de complementação de algum tema específico, fomos direcionando as perguntas.

A entrevista semi-estruturada possibilita gerar as informações sem muita rigidez porque faz com que os sujeitos entrevistados sintam-se confortáveis para responder os questionamentos relacionados temática abordada. Para Mazzotti-Alves e Gewandsznajder (2001), as entrevistas têm a possibilidade de gerar os dados de maneira informal, de modo que o pesquisado sinta-se à vontade para falar, expressar aquilo que venha a contribuir para a pesquisa, informações que se aproximam da realidade em torno do fenômeno de pesquisa.

2.3.6 Análise Conjuntural

O procedimento utilizado para análise de dados é a análise de conjuntura. Segundo Branquinho *et al.* (2005), uma análise que alicerça-se na valorização dos detalhes de uma situação, visando observar suas peculiaridades. No que diz respeito ao conceito de conjuntura, Queiroz (2015) e Souza (2014) apresenta a ideia de união entre fatos e acontecimentos, em um determinado período de tempo, e que são capazes de explicar uma dada realidade, podendo ser entendida como uma luta entre atores inseridos em uma realidade em comum.

Segundo Corsi, Camargo e Santos (2015), uma conjuntura é caracterizada a partir de um agrupamento de acontecimentos interligados, que são capazes de explicar o processo histórico, sendo que este último determina quaisquer alterações em uma conjuntura, evidenciando as influências temporais.

Cruz (2000) apresenta sua perspectiva dizendo que mesmo que a ciência política não trate diretamente do conceito de análise de conjuntura, estudiosos renomados como Norberto Bobbio, Karl Marx, Max Weber, entre outros, realizavam análises de conjuntura constantemente, para que pudessem elaborar e sustentar suas teorias.

Dessa forma, o modelo de análise de conjuntura proposto surge como uma metodologia que apresenta cinco categorias que devem ser consideradas em uma análise, sendo elas a análise dos acontecimentos, dos cenários, dos atores, das relações de força e da articulação entre estrutura e conjuntura.

2.3.7 Lócus da Pesquisa

Nosso lócus de pesquisa se situa na entidade de representação nacional do movimento estudantil, a União Nacional dos Estudantes - UNE, entidade de máxima representação estudantil no Brasil e maior entidade de representação estudantil da América Latina.

Nosso recorte temporal da pesquisa é o período entre 2015 a 2020, analisamos a atuação desta entidade dentro desse lapso temporal. Assim sendo, nossa geração dos dados foi direcionada ao levantamento documental das ações e entrevistas com os componentes de gestões que ocorreram e atuaram no período e 2015 a 2020.

O critério posto para selecionar os interlocutores que foram entrevistados foi buscar militantes paraenses que compuseram as gestões da UNE durante o nosso recorte adotado e, para além, buscar entrevistar presidentes e vice-presidentes como forma de proporcionar uma visão mais nacional da atuação da UNE. Nossas escolhas foram pautadas também no critério de paridade de gênero e que também contemplasse a diversidade política das correntes que compõe a entidade, bem como a diversidade etnico-racial e territorial, abaixo apresentados.

2.3.8. Interlocutores da Pesquisa

As entrevistas foram feitas durante o 1º semestre de 2022, por via *whatsapp*, orientada por um roteiro de perguntas que guiou o diálogo com os interlocutores. Ao apresentar as narrativas trazidas por eles, essa pesquisa assume a posição de

encarar-los como sujeitos que interlocutam essa pesquisa, ou sejam trazem a pluralidade de saberes e experiencias fronteiriças para compor o construto teórico desta pesquisa, cosntituindo o que Santos (2009) entitula como epistemologias do Sul.

Na oportunidade, foram promovidos diálogos com 7 (sete) militantes. A escolha dos sujeitos pautou-se na prioridade de estudantes paraenses que participaram da entidade dentro do recorte temporal proposto da pesquisa e de dirigentes nacionais que participaram da gestões de forma mais nacionalizada. Assim, chegamos ao quantitativo de 4 (quatro) militantes paraenses, estudantes de graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA) e, mais 3 (três) militantes que compuseram a Presidência ou Vice-Presidência da UNE.

Ressalta-se também que houve a preocupação de ter a participação de no mínimo um militante de cada campo político que constroi a entidade. Dessa forma tivemos a colaboração de militantes do Campo Majoritário, sendo 4 (quatro) militantes da UJS, do Campo Popular, sendo 2 (dois) militantes do Levante Popular da Juventuda e, do Campo de Oposição, sendo 1 (um) militante do JUNTOS.

Para além, destaca-se que nesse conjunto de sujeitos, 6 (seis) militantes são pessoas negras e, também, quanto a paridade de gênero, apontamos para o quantitativo de 4 (quatro) mulheres interlocutoras da pesquisa. Abaixo se apresenta detalhadamente cada um.

Figura 5 - Adriano Mendes, estudante da UFPA, militante do JUNTOS, componente do Campo de Oposição na UNE durante os anos de 2017 a 2019.



“[...] continuei minha trajetória militante, depois me identifiquei mais com o movimento JUNTOS, movimento amplo de juventude, me filiei ao PSOL, e quando eu já estava estudando na UFPA, fui Coordenador Geral do DCE da UFPA e, em seguida, fui convidado a ser diretor da UNE, da diretoria plena, na cadeira de movimentos sociais na gestão de 2017/2019 e, na gestão de 2019/2021, eu fui da executiva nacional da UNE na cadeira de políticas educacionais”.

Adriano Mendes, 2022.

Figura 6 - Bruna Brelaz, amazonense, estudante de Direito, militante da UJS, atual presidente da UNE (Biênio 2021/2023).



“[...] Eu sou a Bruna Brelaz, tenho 26 anos, sou do Amazonas, pedagoga, estudante de direito e militante da União da Juventude Socialista (UJS). Eu sou presidenta da União Nacional dos Estudantes, sou a primeira nortista, mulher negra a assumir a entidade, sendo eleita, nesses 84 anos de entidade.”.

Bruna Brelaz, 2022.

Figura 7 - Ellana Silva, paraense, militante da UJS e compôs a gestão da UNE entre 2017 a 2021, componente do campo majoritário.



“Sou Ellana Silva, militante da UJS, filiada ao Pcdob. Bem, antes de ser da UNE, eu participei do movimento estudantil da UFPA, fui do meu centro acadêmico de Ciências Sociais, depois fui diretora do DCE UFPA e, em seguida, entrei na composição da UNE, fui da gestão da Mari Dias (2017/2019), e fui diretora de pesquisa e extensão na gestão do Iago Montalvão (2019/2021).”.

Ellana Silva, 2022.

Figura 8 - Iago Montalvão, militante da UJS, compôs a UNE entre os anos de 2015 a 2021, sendo Presidente da entidade no Biênio 2019/2021



“[...] na universidade foi que eu comecei a me organizar politicamente dentro de uma organização de fato que foi a UJA, passei a participar do meu centro acadêmico de história, depois fui coordenador geral do DCE UFG, depois disso passei a atuar na diretoria da UNE, em 2015, fiquei 2 anos em Brasília como diretor de relações institucionais, depois fui a São Paulo e fui novamente diretor da UNE e aí em 2019 me elegi como Presidente até 2021.”.

Iago Montalvão, 2022.

Figura 9 - Jessy Dayane, militante do Levante Popular da Juventude, compôs a UNE entre os anos de 2013 a 2019, sendo presidente da entidade no biênio 2017/2019.



“[...] militei na frente secundarista da minha cidade, depois militei no meu centro acadêmico, fui presidente do DCE da UFS na gestão de 2014, aí no ano de 2013 foi minha primeira gestão da UNE que foi a primeira gestão do Levante na UNE, eu assumi uma cadeira da diretoria plena, que é uma cadeira de mulheres, depois de 2015 eu fui pra cadeira de políticas educacionais e fui pra direção executiva da UNE, aí me mudei pra São Paulo em 2015, e depois em 2017 eu assumi a vice-presidência da UNE que foi a primeira vice-presidência do Levante, que foi de 2017/2019”.

Jessy Dayane, 2022.

Figura 10 - Jheny Rodrigues, militante do Levante Popular da Juventude, compõe a entidade atualmente.



“Eu sou Jheny Rodrigues, tenho 28 anos, sou discente de administração da UFPA, estou inserida dentro do movimento estudantil desde 2015/2016, acompanhando processos em centros acadêmicos e no DCE UFPA. Por duas gestões eu ocupo cadeira na UNE, na gestão de 2019 a 2021 eu ocupei a cadeira de Movimento Sociais do pleno e hoje na de 2021 a 2023 eu to ocupando a cadeira de Universidades Públicas do pleno também.

Jheny Rodrigues, 2022.

Figura 11 - Tel Guajajara, estudante da UFPA e diretor de Cultura da UNE na atual gestão (biênio 2021/2023)



“E aí militei na UBES, fui presidente da associação de estudantes da minha cidade, fui do grêmio da minha escola, fui da associação maranhense dos secundaristas, participei de todas as esferas dos estudantes secundaristas até conseguir chegar de fato na universidade em 2019, participo do congresso da UNE em julho, da eleição do lago, fui convidado da mesa dos povos tradicionais. Na eleição seguinte de 2021, é eleita a nova gestão e eu assumo a cadeira de cultura da UNE.”.

Tel Guajajara, 2022.

3. A ATUAÇÃO DA UNE NO DEBATE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA DEMOCRACIA PARA O BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

O nosso objetivo nesta seção é analisar as produções acadêmicas das pós-graduações brasileiras que se debruçam sobre a atuação da UNE no cenário brasileiro especificamente quanto a sua participação na construção política da universidade pública e da democracia no Brasil.

Para que isso fosse possível, foi necessário utilizar um procedimento metodológico que estabelecesse os parâmetros de busca, mapeamento, seleção e análise das produções. Esse procedimento é o **Estado do Conhecimento**, conforme evidencia Romanowski e Ens (2006, p. 39) “[...] o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o [que] tema estudado vem sendo denominado de estado do conhecimento”.

A escolha por esse caminho metodológico se fundamenta na capacidade procedimental que o Estado do Conhecimento tem de nos possibilitar uma visão panorâmica das pesquisas acerca do nosso fenômeno de estudo, nos permitindo conhecer as pesquisas já existentes e entender como a nossa pesquisa poderá somar-se a construção das demais, bem como expandir o estudo sobre a temática.

Dessa forma, durante o primeiro semestre de 2021 foi feito o levantamento e em janeiro de 2023 ele foi revisado e atualizado com algumas modificações. Nos debruçamos nas pesquisas que constituíram o Estado do Conhecimento, por meio da busca nos Bancos de Dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Banco de Dados dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará – UEPA e Universidade Federal do Pará – UFPA.

A pesquisa, seleção e análise das produções seguiu um rito descrito detalhadamente abaixo, que contou com a escolha dos Bancos de Dados, a definição dos descritores de busca, a elaboração de critérios de inclusão/exclusão, e a análise das pesquisas selecionadas.

Ao procedermos desta forma, por meio da análise das produções científicas selecionadas, conseguimos identificar as contribuições existentes, os caminhos percorridos, as lacunas e as potencialidades que ainda precisam ser exploradas, o que nos auxiliou a conectar a nossa pesquisa ao campo das discussões científicas voltadas ao nosso fenômeno em estudo e contribuir com a análise crítica acerca da

atuação da UNE, com ênfase em seu debate sobre a crise da Universidade pública e da democracia brasileira na atualidade.

3.1. BASE DE DADOS

Nosso primeiro passo foi selecionar quais as Bases de Dados que seriam utilizadas para a busca dos trabalhos científicos. Como nosso objetivo era direcionar a seleção para os trabalhos construídos em programas de pós-graduação *stricto sensu*, admitindo-se mestrado e/ou doutorado, o critério para a escolha do banco de dados se centrou na busca por uma plataforma digital que disponibilizasse tais produções.

Assim sendo, foi selecionado o **Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, por ser esta a plataforma digital com maior concentração de produções científicas produzidas nas pós-graduações brasileiras.

Outro Banco de Dados selecionado foi o **Banco de Dissertações do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará (PPGED – UEPA)** por ser a plataforma digital que aglutina as produções presentes no PPGED-UEPA e que nos possibilitou compreender a contribuição da nossa pesquisa para o programa.

Além destes, foi escolhido também o **Banco de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED - UFPA)** por entendermos que a contribuição da análise deste Banco de Dados em conjunto com o do PPGED-UEPA nos possibilitou compreender o panorama geral das pesquisas sobre o tema, no Estado do Pará.

3.2. TERMOS DE BUSCA/DESCRITORES

Os descritores ou Termos de busca utilizada para o levantamento das teses e dissertações foram selecionados após pesquisas na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES, buscando selecionar os que geraram uma busca de produções mais direcionada para a temática discutida neste trabalho.

Em um primeiro momento, buscou-se utilizar o descritor “**movimento estudantil**” associado a “**universidade**” e/ou “**democracia**” por meio da utilização

do conectivo “AND”. Ao efetuar a pesquisa observou-se um número expressivo de produções, localizando 355 produções quando utilizamos os descritores **“movimento estudantil” AND “universidade pública”**; 26 produções quando utilizado **“movimento estudantil” AND “democracia”**.

Após a análise nos títulos e resumos localizados foi possível perceber que a maioria dos trabalhos tratava da atuação do movimento estudantil de forma genérica, com experiências sobre a atuação de Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretórios Acadêmicos, Federações, Grêmios Estudantis, greves estudantis, etc. Dentre estes, poucos estavam direcionados especificamente a atuação da UNE referente a educação pública e a democracia brasileira.

Assim, visando delimitar e lapidar mais o campo investigativo, optamos em inserir o descritor **“união nacional dos estudantes”** e combiná-lo com os demais descritores (**“movimento estudantil”**; **“universidade pública”**; **“democracia”**).

Com a nova combinação de descritores foram localizados: 12 produções com **“movimento estudantil” AND “união nacional dos estudantes”**; 1 produção com **“união nacional dos estudantes” AND “universidade pública”**; 2 produções com as combinações **“união nacional dos estudantes” AND “democracia”**; nenhuma produção localizada utilizando **“união nacional dos estudantes” AND “universidade pública” AND “democracia”**, porém as últimas duas combinações localizaram produções que já haviam sido selecionadas na primeira combinação de descritores, sendo assim foram localizadas 15 produções, excluindo as repetidas, resultaram no total **13 produções** localizadas na busca e abaixo detalhadas.

Quadro 1 - Produções acadêmicas localizadas

Título	Autor	Ano	Tipo	Programa	Instituição
O Mito do Poder Jovem: A Construção Da Identidade Da Une.	José Alberto Saldanha De Oliveira	2001	Tese	Programa De Pós-Graduação Em História	Universidade Federal Fluminense
O Movimento Estudantil e a Transição Democrática Brasileira: Memórias de uma geração esquecida	Gislene Edwiges De Lacerda	2015	Tese	Programa De Pós-Graduação Em História	Universidade Federal Do Rio De Janeiro
A União Nacional dos	Laura	2007	Dissertação	Programa De	Universidade

Estudantes e a Reforma Universitária no Governo Lula: A Educação Pública em Debate.	Karine Maia Dos Santos			Pós-Graduação Em Educação	Federal Do Ceará
RADICALISMO DE ESQUERDA E ANTICOMUNISMO RADICAL: A União Nacional dos Estudantes Entre 1945 E 1964	Andre Luis Rodrigues De Rossi Mattos	2013	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em História	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho
A História da Comissão Parlamentar de Inquérito da União Nacional dos Estudantes CPI da UNE (1964)	William Marcos Botelho	2017	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em Educação	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
Movimento Estudantil e o ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60	Flávia Angelis Santana	2014	Tese	Programa De Pós-Graduação Em História	Universidade de São Paulo
O Sentido do Movimento Estudantil Contemporâneo pela Voz dos Estudantes da Saúde	Alessandra Martins Dos Reis	2007	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em Enfermagem	Universidade De São Paulo
Entre o Estado e a Sociedade: A Política de Juventude de Vargas e a Fundação e Atuação da UNE Durante o Estado Novo.	Angélica Muller	2005	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em História	Universidade Estadual Do Rio De Janeiro
As Reformas da Universidade Pública e o Movimento Estudantil: Um Abordagem Discursiva	Natália Santos Freitas	2010	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em Educação	Universidade Federal De Alagoas
O Jornal 'O Estado De São Paulo' e a Educação Brasileira no Período de 1961-1965	Anna Maria Lucchesi Carvalho	2010	Diseertação	Programa De Pós-Graduação Em Historia	Universidade De São Paulo
Caminhos Pedregosos: A	Nelson	2003	Dissertação	Programa De	Universidade

Tentativa De Organização Do Movimento Estudantil No Tocantins Na Década De 1990 (1988/1999)	Soares Dos Santos			Pós-Graduação Em Educação	Federal De Goiás
Atividades Extensionistas Do Centro Popular De Cultura Da Une (1961-1964)	Maria Lucimara Dos Santos Pereira	2007	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em Educação	Universidade Tuiuti Do Paraná
A Une e os Partidos Políticos no Governo Lula (2003-2010)	Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva	2011	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em Educação	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após a análise dos títulos e resumos, foi possível perceber que os trabalhos localizados através desta combinação de descritores estavam mais direcionados para a temática da atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), da sua contribuição em momentos da história brasileira e que algumas traziam o debate associado à universidade pública e a democracia brasileira.

Ante o exposto, fixamos os termos de busca no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES como: **"movimento estudantil" AND "união nacional dos estudantes"**; **"união nacional dos estudantes" AND "educação"**; **"união nacional dos estudantes" AND "democracia"**.

No que refere ao Banco de Dados de Teses e Dissertações do PPGED – UEPA e PPGED – UFPA, por não terem em suas plataformas o campo de busca refinado por descritores, a análise e seleção das produções foi feita por meio da leitura individual dos títulos e/ou resumos dos trabalhos, identificando a proximidade com a temática abordada nesta dissertação, para incorporá-los neste levantamento.

3.3. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como forma de filtragem da seleção das teses e dissertações localizadas através dos descritores e da análise individual estabelecemos três critérios de inclusão/exclusão: O primeiro foi aplicado no momento da busca com os descritores, ele consiste em eliminar do quantitativo as produções que já haviam sido localizadas em busca anterior; o segundo critério foi utilizado é foi o de selecionar somente as

produções que tinham como objeto de pesquisa análise da atuação da UNE associado ao debate de universidade pública e democracia brasileira; em seguida, o terceiro e último critério aplicado foi de selecionar somente as produções que tinham a disponibilização/divulgação online para consulta do material na íntegra.

3.4. CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES – CAPES

Nossa busca inicial pelas teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi realizada durante o primeiro semestre de 2021 e atualizada no primeiro semestre de 2023. O levantamento de dados foi realizado mediante a utilização dos termos de busca que gerou o quantitativo de 15 trabalhos encontrados no portal da CAPES:

Quadro 2 - Descritores/Termos de busca

DESCRITOR	Nº DE DISSERTAÇÕES	Nº DE TESES	TOTAL
"movimento estudantil" AND "uniao nacional dos estudantes"	10	2	12
"uniao nacional dos estudantes" AND "universidade pública"	1	0	1
"uniao nacional dos estudantes" AND "democracia"	2	0	2

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, pode-se observar que nas buscas foram localizadas produções tanto no nível de mestrado quanto no nível de doutorado, assim como é possível notar que o quantitativo de dissertações é bem mais expressivo comparado ao quantitativo de teses.

Após serem localizados os 15 trabalhos foram submetidos à aplicação dos critérios de inclusão/exclusão³, sendo descartadas aquelas produções acadêmicas que não que preencheram os critérios. Como resultado desta triagem, foram selecionadas 6 produções, abaixo descritas:

³ Conforme apresentado anteriormente, os critérios de inclusão/exclusão são: 1. Produções não repetidas; 2. Ter como objeto de pesquisa a atuação da UNE no âmbito da universidade pública e democracia brasileira; 3. Disponibilização online da íntegra da produção científico-acadêmica.

Quadro 3 - Produções acadêmicas selecionadas

TÍTULO	AUTOR	ANO	TIPO	PROGRAMA	INSTITUIÇÃO
O Movimento Estudantil E A Transição Democrática Brasileira: Memórias De Uma Geração Esquecida	Gislene Edwiges De Lacerda	2015	Tese	Programa De Pós-Graduação Em História	Universidade Federal Do Rio De Janeiro
A União Nacional Dos Estudantes E A Reforma Universitária No Governo Lula: A Educação Pública Em Debate.	Laura Karine Maia Dos Santos	2007	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em Educação	Universidade Federal Do Ceará
Radicalismo de Esquerda e Anticomunismo Radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964'	André Luiz Rodrigues De Rossi Mattos	2013	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em História - PPG- HISTÓRIA	Universidade Estadual Paulista – UNESP
Movimento Estudantil e o ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60	Flávia Angelis Santana	2014	Tese	Programa De Pós-Graduação Em História	Universidade de São Paulo
As Reformas da Universidade Pública e o Movimento Estudantil: Um Abordagem Discursiva	Natália Santos Freitas	2010	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em Educação	Universidade Federal De Alagoas
A Une e os Partidos Políticos no Governo Lula (2003-2010)	Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva	2011	Dissertação	Programa De Pós-Graduação Em Educação	Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

É possível notar a diminuição do quantitativo de trabalhos resultantes após a aplicação do critério de inclusão/exclusão que foram de 13 trabalhos localizados, para 6 trabalhos selecionados. Disto decorre o número de trabalhos que foram localizados repetidamente e também o quantitativo de trabalhos não disponíveis de forma íntegra na Plataforma Sucupira⁴ pois são publicações de anos anteriores a implementação da mesma, e que também não foram disponibilizados de forma virtual no repositório de suas Instituições de Ensino Superior.

Outra questão foi o refinamento feito para selecionar pesquisas que tivessem

⁴ A Plataforma Sucupira entrou em vigência em 2014. Ela é um sistema destinado a coletar informações dos programas de pós-graduação em tempo real e tornar publicamente acessíveis, além de estabelecer os procedimentos de avaliação com transparência para toda a comunidade acadêmica (MEC, 2014).

como objeto a atuação da UNE no debate da Universidade Pública e da democracia. Dentre as produções localizadas algumas apresentavam a UNE como um assunto transversal em sua pesquisa, um elemento que aparecia nas discussões, mas não tinham como centralidade a análise da atuação desta entidade no âmbito da universidade pública e da democracia brasileira.

Assim, findamos no quantitativo de 6 produções selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e que nos trazem algumas informações importantes para partimos rumo a discussão do Estado do Conhecimento.

3.5. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DOS PPGED UEPA E PPGED UFPA

O levantamento feito no Banco de Teses e Dissertações dos Programas de Pós Graduação em Educação da UEPA e da UFPA nos mostraram a ausência de trabalhos que abordam à atuação da UNE relacionada à universidade pública e a democracia brasileira. No Banco de Dados do PPGED-UFPA, há um quantitativo de apenas 4 trabalhos que envolvem a atuação do movimento estudantil, entretanto, estes restringem a atuação de outras entidades estudantis como Centros acadêmicos e DCE's. Enquanto no Banco de Dados do PPGED-UEPA não há produções referente a atuação do movimento estudantil.

3.6. DISCUSSÃO DAS PRODUÇÕES SELECIONADAS

A partir deste momento, após a leitura e análise dos trabalhos selecionados, apresentaremos de forma breve as contribuições de cada produção, apontando os temas centrais, os caminhos metodológicos e os resultados das pesquisas, para a partir de então termos uma visão mais detalhada do andamento das pesquisas relacionadas ao nosso fenômeno de estudo.

Dentre as produções selecionadas temos o estudo intitulado “Radicalismo de esquerda e o anticomunismo radical: A União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964” com autoria de André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos, dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, que se debruça sobre a atuação da UNE entre 1945 e 1964, com foco na análise das forças políticas que disputavam internamente a direção da entidade dentro deste recorte temporal.

Mattos (2013) apresenta sua pesquisa com foco na análise da composição da UNE, mapeando as forças políticas que estavam inseridas na entidade e que disputavam a narrativa e os posicionamentos políticos, dentre os quais se destacam as campanhas pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a luta contra o fascismo, o apoio a João Goulart, promoção das demandas nacionalistas, reforma universitária, combate à ditadura militar, etc.

No decorrer do texto, são apresentadas as maleações políticas, as mudanças na direção da UNE, as cisões oriundas de discordância políticas na leitura da conjuntura brasileira e mundial. O trabalho evidencia os reflexos da conjuntura política na forma de organização do movimento estudantil, nas bandeiras de lutas, nos partidos e coletivos que surgem, etc.

Aponta que durante o período final da década de 40, com a crise do Estado Novo instaurado e da política mundial reverberando o combate à ideologia comunista, há a ascensão dentro do movimento estudantil do movimento conhecido como “udenistas” que compuseram a União Democrática Nacional (UDN), com o discurso de combate à ameaça comunista e em defesa da soberania nacional.

Nos anos que se seguem do início da década de 50, a direção da UNE é ocupada por grupos anticomunistas mais radicais, e que só perderá sua hegemonia em 1956, quando os movimentos de esquerda se reorganizam, incorporam pautas como a defesa da democracia, da escola pública, da soberania nacional e montam uma coalização de forças capaz de retomar a direção da entidade.

Nos anos 60, é apresentada a ascensão de grupos católicos progressistas como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP), entre outras. A UNE chega à década do golpe militar com uma grande pluralidade de forças políticas e com a direção da entidade comandada pelo campo progressista majoritariamente ocupado pela JUC e AP, favorecendo o posicionamento contra o regime ditatorial, a ideologia conservadora e fascista que se formava no Brasil.

Esta dissertação nos apresenta com riqueza de detalhes que os posicionamentos políticos da UNE durante o período estudado foram fruto de disputas de narrativas, de articulações entre organizações que atuaram em seu interior. Por meio de análise de documentos, como atas, notas, teses etc., a pesquisa aponta a entidade como um campo político plural, não homogêneo, composto de conflitos e consensos, um campo em disputa por diversas forças políticas que estruturaram a atuação da UNE na conjuntura brasileira.

Avançando na linha temporal da história brasileira temos a pesquisa de doutorado em História de autoria de Flávia Angelis Santana, produzida no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, intitulada “O movimento estudantil e o ensino superior no Brasil: A reforma Universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60”.

A tese nos traz um rico acúmulo sobre a atuação da UNE nos anos 60, apresenta a relevância da militância no debate político e educacional no cenário brasileiro, com a centralidade da discussão na Reforma Universitária. O estudo aponta como os estudantes por meio da articulação nacional da UNE conseguiram influenciar o debate acerca da urgência de reestruturar o ensino superior brasileiro, apontando para a articulação entre a pauta educacional e o cenário político.

Santana (2014) demonstrou as insurgências oriundas da mobilização estudantil como potencialidades de luta na construção de outro Brasil. Traz a análise da década de 60 como um período conjuntural ímpar, haja vista que entre ele se passou por mudanças bruscas de governo entre Jânio Quadros, João Goulart e em seguida a instauração do período ditatorial, tendo como primeiro presidente Castelo Branco.

A autora apresenta de forma minuciosa como a atuação desta entidade influenciou na pauta da Reforma Universitária. Demonstrando que o debate não se limitou apenas às discussões institucionais sobre a LDB, mas por meio da retomada da direção da UNE pelos estudantes progressistas foi possível à promoção dos Seminários Nacionais da Reforma Universitária que possibilitaram espaços políticos de debate que interligavam a necessidade de repensar a estrutura educacional universitária à necessidade de repensar a estrutura da sociedade brasileira como um todo.

Por meio das análises de documentos realizadas pela entidade nos Seminários, notas e manifestos, leis e decretos, depoimentos de militantes, dentre outras fontes, o trabalho apresentou a atuação da UNE nesse cenário, a investida do setor militar no desmonte e desarticulação do movimento estudantil, a contribuição dos estudantes no debate da Reforma Universitária e o apontamento da intrínseca relação entre as ações políticas e educacionais construídas por esse setor.

Com outra abordagem, porém ainda no período da ditadura militar, temos a tese de Gislene Edwiges de Lacerda, produzida durante seu doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, intitulada “O movimento

estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida”.

Nesta pesquisa, é apresentada a atuação do ME a partir da memória dos militantes, pois é pressuposto basilar da pesquisa de que o período histórico da ditadura militar visou ofuscar dos registros e documentação a resistência política exercida pelos movimentos sociais, especificamente o movimento estudantil.

Com foco no recorte entre 1973 e 1985, Lacerda (2015) analisa o papel deste grupo no processo de transição democrática a partir da sua reorganização e das táticas na luta política nos anos 1970, por meio da análise de documentos e entrevistas orais com 20 ex-militantes que atuaram no período em estudo.

A pesquisa buscou apresentar como os as mobilizações estudantis atuaram na disputa política em prol das liberdades democráticas e em combate à política autoritária, militar e repressiva imposta pelo regime ditatorial. Utilizou-se da memória estudantil como forma de reconhecimento e disputa de narrativa histórica e política sobre o período.

Seguindo nesta mesma linha, temos a produção de Natália Santos Freitas, produzida no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Alagoas, intitulada “As reformas da universidade pública brasileira e o movimento estudantil: uma abordagem discursiva”. A pesquisa desenvolvida fez uma análise da atuação da UNE na luta pelo ensino superior em dois momentos históricos: nos anos 60 por ocasião da reformulação da LDB e nos anos 2000, durante o governo do Luís Inácio Lula da Silva. Orientada por procedimento metodológico documental, analisou o acervo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes/UFRJ) e no acervo da própria UNE.

Apontou para um debate sobre a inserção de políticas neoliberais no âmbito educacional. A autora chamou de neoliberalismo à brasileira.

Temos a dissertação de Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva, produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação na UNIOESTE com o título “UNE e os partidos políticos no Governo Lula (2003-2010)”, esta pesquisa buscou analisar a relação da UNE com o Governo Lula por intermédio da atuação de partidos políticos no interior da entidade estudantil.

O trabalho se debruçou na análise dos documentos produzidos pelo movimento estudantil, nas assembleias e congressos organizados pelo ME, assim como também na análise de entrevistas de lideranças de diversas tendências que

atuaram no interior da UNE durante o recorte temporal que se debruça nesta pesquisa.

Assim, Paiva (2011) fez um breve contexto histórico e conjuntural da entidade, apresentou diversas concepções sobre movimento estudantil e apresentou a pluralidade de forças políticas presentes no interior da UNE optando por analisar os partidos: Partido Comunista do Brasil, Partido dos Trabalhadores, Partido Socialismo e Liberdade e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, para assim conseguir identificar as aproximações e distanciamentos de leitura política entre as tendências dentro da UNE e entre o posicionamento da UNE e o Governo Federal.

Complementando essa análise temos a dissertação de Laura Karine Maia dos Santos “A união nacional dos estudantes e a “reforma universitária” do governo lula: A educação pública em debate”, produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, que teve como enfoque o estudo da atuação da UNE na participação da reforma universitária proposta pelo Governo Lula.

Para isso, Santos (2007) fez um resgate histórico da atuação da UNE em relação às proposições de Reforma Universitária feitas desde os anos 60, passando pela reforma universitária proposta durante a ditadura militar e seguindo até 2007, analisando o avanço das políticas neoliberais nos governos FHC e Lula assim como pontuando a participação da UNE da disputa desses projetos.

O trabalho aponta para a proposição de que as políticas neoliberais tiveram seu ápice na reforma proposta pelo Governo Lula com as políticas do REUNI, PROUNI, FIES, etc., e que contaram com a colaboração das alas hegemônicas de dentro da UNE, levando a oposição a romper com a entidade e propor uma nova instância de organização chamada Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes - CONLUTE⁵, na busca de construir outra entidade estudantil que não estivesse tão aparelhada com o Governo Federal.

Esses trabalhos, apresentados nesta sessão, formam o conjunto das pesquisas selecionadas para constituir o *Estado do Conhecimento*. Nota-se que há um esforço preponderante, uma prevalência, em estudar a atuação do movimento estudantil entre anos 60 a 80, período apontado como um dos mais significativos de atuação dos estudantes no cenário brasileiro.

⁵ Fundada em 2004, a Coordenação Nacional de Luta Estudantil (CONLUTE), surgiu do Encontro Nacional contra a Reforma Universitária, formada majoritariamente pelos militantes filiados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

Outra constatação relevante que se coloca em todas as produções apresentadas é que todas são conduzidas por autores que atuaram no movimento estudantil em diferentes esferas, e que trouxeram suas vivências enquanto militantes como motor de inquietação científica para promover pesquisas que visassem apresentar o movimento estudantil como ator relevante para se compreender a história, a política, a educação e a sociedade brasileira.

O conjunto destas pesquisas nos ensinam e auxiliam a recontar nossa história sob a perspectiva subalterna, da juventude militante estudantil brasileira, mostrando a participação dos estudantes na construção dos rumos desse país.

Além de apontar para o estudo da própria entidade, entender a conjuntura interna da UNE nos auxilia a compreender suas ações. Ao conhecer as forças políticas que estão inseridas na UNE e quais orientam sua atuação, podemos entender sua movimentação na conjuntura política brasileira e mundial.

É importante perceber que a composição política da UNE é dinâmica, no sentido de que hoje ela pode ser mais progressista, mas antes já foi dirigida por movimentos conservadores, então o que determina a linha política de sua atuação é a dinâmica interna da correlação de forças políticas, os blocos que se formam, as inserções dos partidos, os movimentos sociais, entre outras organizações que disputam politicamente a direção da entidade.

3.7. REFLEXÕES E APONTAMENTOS

É entre o conjunto dessas produções apresentadas que visamos incorporar nossa pesquisa, a fim de contribuir com esse campo de discussão. A análise dessas produções visa valorizar suas contribuições e nos situar dos debates até aqui feitos para que possamos somar ao estudo da atuação da UNE no cenário político e educacional brasileiro. E, portanto, partindo desta concepção de cooperação, colaboração e coletividade é que faremos alguns apontamentos importantes a seguir.

O primeiro impacto que a produção deste estado do conhecimento nos trouxe foi perceber que nos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFPA e UEPA há a ausência de produções relacionadas a construção política da educação brasileira através da atuação do movimento estudantil, especificamente quanto a participação da entidade estudantil, a UNE, na disputa dos projetos de sociedade e

de educação para o Brasil.

Esta lacuna nos aponta para a necessidade em fomentar pesquisas sobre a construção política da nossa educação, nos convoca a buscar incentivar esses debates dentro dos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFPA e UEPA, enquanto espaços de pesquisa e discussão.

A educação como produto social não está dissociada do debate político, pelo contrário, é por meio das disputas que se estabelecem no cenário político que a educação estabelece seus parâmetros de atuação e sua estrutura social. Assim, pesquisar acerca dos atores que se colocam na arena pública para disputa dos projetos político-educacionais nos conduz a compreender a educação como produto de condições históricas, políticas e sociais, entendimento basilar para proporcionar uma melhor compreensão da formação da educação brasileira.

Na medida em que identificamos a existência dessa lacuna, nos propomos a exploração de sua potencialidade, centralizando nosso estudo na UNE como ator/entidade que disputa o projeto de educação brasileira e focando na atuação do campo progressista desta entidade, para compreender como foi/é pautado a educação dentro desse setor e quais os limites e possibilidades de disputa no cenário político brasileiro.

Outra importante observação a ser levantada é que dentre as produções selecionadas nesta pesquisa não há estudos direcionados à atuação da UNE durante o período de 2015 a 2020, recorte temporal que propomos estudar em nossa pesquisa. Disto deriva-se que além da emergência temática do nosso estudo, também há o ineditismo em tratar de um recorte temporal ainda não explorado, o que traz grande contribuição ao campo acadêmico, haja vista que o estudo mais atual sobre a atuação da UNE é o de Paiva (2011) que analisa a relação da UNE com o Governo Lula entre os anos de 2003 a 2010.

Outra constatação é que através das informações contidas no Quadro 2, nota-se que a discussão acadêmica sobre a atuação da UNE está presente predominantemente no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História. Dentre as 11 produções selecionadas, apenas 4 produções são fruto de pesquisas em Programas de Pós-Graduação em Educação, evidenciando que a lacuna anteriormente apontada no PPGED-UFPA e PPGED-UEPA é também reflexo de uma lacuna nacional nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil.

É importante frisar que este apontamento se circunscreve sobre a

constatação acerca de pesquisas que centralizam seu estudo na atuação do movimento estudantil por meio da atuação da entidade estudantil UNE na disputa política do projeto de educação pública e da sociedade brasileira.

Nota-se também que, de acordo com o nosso levantamento, os estudos que foram encontrados que tratam da atuação da UNE tem construído uma cultura metodológica de buscar analisar os documentos produzidos pelo próprio ME, coletar entrevistas dos militantes, produzir dados a partir do protagonismo e vivência desse movimento.

Essa postura metodológica se mostrou fundamental na construção dos estudos pois é capaz de trazer a subjetividade do ME para compor o entendimento acerca da história (SOUSA, 2001; MOTA, 2013; LACERDA, 2015; DE PAULA, 2009), da política (MATTOS, 2013; PAIVA, 2011; SANTOS, 2007), da educação (TEIXEIRA, 2008; SANTANA, 2014), dentre outros.

Esta postura metodológica compõe também nossa pesquisa na medida em que buscamos analisar os documentos produzidos pela UNE durante o período de 2015 a 2020, além de conversar com as lideranças da entidade, e com lideranças de diferentes tendências políticas que constroem a UNE, a fim de conseguir trazer para nossa pesquisa o universo plural que constitui a entidade.

Ressaltamos também que priorizamos manter essa troca por meio do diálogo com lideranças que atuaram na UNE durante o recorte temporal proposto e que também são militantes da região Norte do país, da região amazônica brasileira, a fim de conseguir apontar a capacidade de atuação da UNE nesta região, destacar as particularidades que constituem a luta estudantil paraense-amazônida e articulá-la em uma conjuntura nacional.

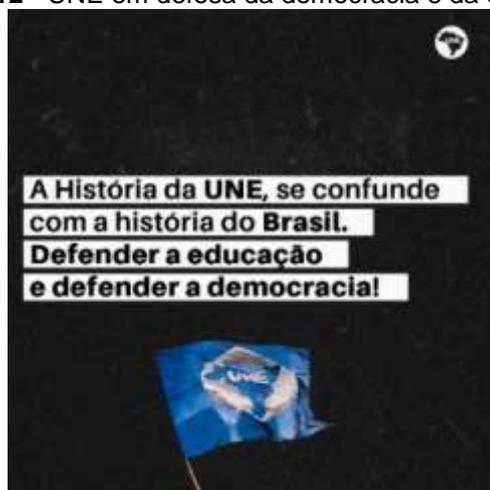
Ante o exposto, findamos esta seção com o entendimento da importância dessa pesquisa para o campo acadêmico que se debruça sobre a temática, da originalidade que este trabalho traz para às pesquisas no campo da educação e quanto a sua atualidade na proposição do recorte temporal escolhido.

4. UNE: HISTÓRIA E TRADIÇÃO

"Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado."

Emília Viotti da Costa (1998)

Figura 12 - UNE em defesa da democracia e da educação



Fonte: Instagram da UNE (2021)

Vimos na seção anterior, após análise das produções, que muitos estudos acadêmicos têm se debruçado sobre a atuação da UNE na política brasileira, abordando suas mobilizações e bandeiras de luta que auxiliaram a defesa da democracia e do Estado democrático de Direito. Nosso esforço a partir de agora, é de se somar a esses estudos, porém partindo para uma análise mais direcionada para a educação brasileira, especificamente a Universidade Pública e sua relação com a democracia brasileira. Aglutinando a compreensão da conjuntura política brasileira com a atuação política da UNE como ferramenta de disputa da educação pública e da democracia brasileira.

Portanto, a construção desse capítulo tem como objetivo apresentar a atuação da UNE no decorrer da história brasileira, desde a sua fundação até o período que antecede o golpe parlamentar orquestrado contra a presidente Dilma Rousseff. Apresentando as variações políticas de cada período histórico, as mudanças sofridas no âmbito educacional e como a atuação do movimento estudantil por meio da UNE foi se colocando nesses diferentes momentos da história.

Para isso, dialogamos com importantes autores como Poerner (2004), Araujo (2007), Junior (1982), Romagnoli e Gonçalves (1979), Medeiros (2020), etc., para nos auxiliarem na exposição histórica da formação da UNE desde a fundação da entidade, sua consolidação no Estado Novo, o enfrentamento a Ditadura Militar, a oposição as políticas neoliberais pós-ditadura, dentre outros momentos que constituem a nossa história, formam a nossa educação e colocam o movimento estudantil como um ator político importante na construção de nossa democracia e educação pública, ainda que com todos os retrocessos que vivemos na atualidade. Vamos lá!

4.1. ANTECEDENTES E FUNDAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Conforme expõe Poerner (2004) e Araujo (2007), a União Nacional dos Estudantes se constitui entre 1937 e 1938 como fruto de acúmulo das mobilizações estudantis que se proliferaram no território brasileiro no início do século XX, motivados pela conjuntura mundial e pelas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que estavam ocorrendo no Brasil.

Segundo apresenta Medeiros (2020), na década de 30, o Brasil vivenciou uma fase de disputa de poder entre as algarquias cafeeiras e a nova burguesia industrial, que culminou em levante orquestrado pela burguesia com o apoio dos militares que conduziram Getúlio Vargas a presidência do Brasil, estabelecendo-o como governo provisório, e implementaram um projeto político centrado no desenvolvimentismo industrial e nacionalismo.

Cano (2015) afirma que com o intuito de transformar a economia e difundir o modelo de produção industrial, o Estado assume característica intervencionista e impõe um conjunto de reformas públicas nacionais que modificaram aspectos políticos, econômicos e educacionais, visando promover a transformações que suprissem as demandas do novo modelo de produção industrial que estava entrando em vigor no território brasileiro.

É mediante este cenário que o Governo Provisório de Vargas na busca por propor ações para a educação cria em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), decreta o fim da laicidade nas escolas públicas primárias, secundárias e normais, e implementa a primeira reforma educacional de caráter nacional. A estruturação nacional da educação era um dos principais desafios a

serem enfrentados, pois desde as reformas de Marquês de Pombal (século XVIII) as aulas passaram a ser ofertadas de forma aleatória em algumas províncias (CANO, 2015).

Durante a fase imperial, foram abertas algumas escolas secundárias, porém de maneira desordenada e centrada somente em algumas capitais. Portanto, desde o Império até o final do século XIX, o Brasil não contava com um plano de uniformização, nacionalização e democratização da educação (FAGUNDES, 2011).

É importante dizer que, embora essas experiências de política educacional se dessem de forma fraguimentada, elas continuavam a ser hegemonicamente orientadas por uma base eurocentrica religiosa e científica como marcas do projeto colonialista eurocêntrico. No entanto, é, também, relevante destacar que as lutas e resistências de povos e grupos sociais subatenizados, nesse processo colonial, já indicavam caminhos de contestar tais políticas, assim como apontar outros caminhos de sociedade e educação.

É durante o século XX que as organizações e movimentos sociais potencializam as lutas em prol da implantação de um outro modelo de educação. Destaca-se a *Associação Brasileira de Educação* (ABE)⁶ que fomentou amplos debates acerca do modelo educacional brasileiro, aglutinou intelectuais e partidos políticos, e aproximou a pauta da reforma da educação às políticas públicas brasileiras (SANFELICE, 2007).

Neste mesmo cenário, surge o movimento da Escola Nova na luta por uma educação democrática, laica, gratuita e universal e, em contrapartida, o movimento católico que lutava para manter a educação sob o domínio da Igreja Católica, que defendia a educação diferenciada para homens e mulheres, educação privada e ensino religioso obrigatório nas escolas.

É com a efervescência do acúmulo desses debates que se implementa a Reforma Francisco Campos em 1931 por meio de publicação de uma série de decretos que em conjunto consituíram a reforma. Os decretos eram emanados do Poder Executivo e versavam sobre a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto n. 19.850/31); a estruturação do ensino superior (Decreto n. 19.851/31); a organização do ensino secundário (Decreto n.19.890/31); insituição do ensino religioso no ensino público (Decreto n. 19.941/31); e regulamentação do ensino comercial (Decreto n. 20.158/31) (SAVIANI, 2008), entre outras mudanças.

⁶ Fundada em 1924, como a principal entidade a promover debates no âmbito educacional.

Nesta reforma, é possível perceber que há um esforço preponderante em estabelecer os parâmetros da educação secundária e superior, além de instituir o ensino religioso nas escolas públicas.

Ressalta-se que, neste momento, grande parte da população brasileira era *rural* e analfabeta e não tinha acesso nem ao ensino primário. Portanto, ao condicionar o ensino secundário como via exclusiva de acesso ao ensino superior, excluía-se grande parte da população brasileira, sobretudo as classes populares do campo e da periferia urbana, evidenciando que os esforços do governo Vargas em melhorar a educação estavam direcionando para uma pequena parte da população, a elite privilegiada brasileira: branca, masculina, cristã, urbana.

O ensino secundário direcionado aos jovens entre 12 e 18 anos foi ampliado para 7 anos de duração dividindo-se em: os primeiros cinco anos eram de currículo comum, os dois anos seguintes eram direcionados para áreas pré-jurídica, pré-médica ou pré-politécnica. Por ser inacessível às camadas populares, o ensino secundário foi direcionado às classes média e alta, objetivando o seu ingresso nos cursos superiores, criando uma elite intelectual e técnico-burocrática (MEDEIROS, 2020).

Quanto à educação para as classes populares, a reforma apresentou o ensino técnico comercial, que tinha o mesmo grau do secundário, com duração de 7 anos, porém os últimos dois anos eram destinados a formação em cursos de secretariado, guarda-livros, administrador, vendedor, atuário e perito-contador (DALLABRIDA, 2009).

Diante deste cenário, em 1932, é publicado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” fruto das mobilizações oriundas das Conferências Nacionais da ABE. Assinado por 25 intelectuais, o manifesto defendia o estabelecimento da educação como pública, em defesa de uma escola única, com formação igual para todos, laica e gratuita (SANFELICE, 2007).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1934, Getúlio Vargas é reeleito indiretamente (1934-1938) e, influenciado pelo movimento da Escola Nova, o texto constitucional estabelecia a educação nacional como de competência privativa da União (art 5º, XIV), passando a ser concebida como um direito de todos e um dever do Estado assegurando sua gratuidade (art 149); torna o ensino religioso facultativo nas instituições públicas de ensino (art 153); garante a liberdade de cátedra (art 155), dentre outras alterações bastante relevantes para o contexto

histórico da época.

Neste mesmo ano, começam-se a fundar as Universidades pelo país, com a criação da Universidade de São Paulo (1934), Universidade de Porto Alegre (1934) e a Universidade do Brasil (1937), no Rio de Janeiro. Essas instituições foram produtos da aglutinação das Faculdades que já existiam nesses estados, Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Direito. Para além destas fusões, Vargas investiu na Escola Nacional de Agronomia e na Escola Nacional de Medicina Veterinária, afim de transformar o padrão de ensino de agronomia no país (ARAUJO, 2007).

Nesse cenário, já em 1934, conforme apresenta Poerner (2004), o movimento estudantil brasileiro, por meio das mais diversas organizações estudantis, organizou o 1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil, com a participação preponderante de organizações de caráter socialista e com pautas e bandeiras de luta popular. Os estudantes e os operários promoveram um espaço para somar forças em defesa da garantia aos direitos sociais, a democratização da educação às camadas populares, a garantia de direitos trabalhistas e a luta política contra o avanço do nazifascismo eram suas principais demandas.

Figura 13 - UNE contra o avanço do nazi-fascismo no Brasil



Fonte: Instagram da UNE (2021)

O Congresso sofreu com grande repressão por parte do aparato militar do Governo Vargas, que devido à conjuntura mundial e nacional dividida em ideologias fascistas/capitalistas e socialistas/comunistas, agia de forma autoritária para impedir a proliferação de ideias socialistas e comunistas no Brasil (POERNER, 2004).

É em 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro, que ocorre o 1º Conselho

Nacional dos Estudantes que culmina na fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). A primeira diretoria da entidade estabeleceu, expressamente, a proibição de debates sobre temas políticos e, em novembro do mesmo ano, Vargas instaura o estado de sítio como medida de Segurança Nacional à “invasão comunista” descrita pelo Plano Cohen⁷, e inicia o período do Estado Novo.

O 2º Congresso Nacional dos Estudantes ocorreu em 1938, na vigência do Estado Novo, é neste congresso que a UNE foi solidificado com o apoio de 82 associações universitárias e secundaristas de todo o país e assume expressamente o seu caráter político (POERNER, 2004). A tese aprovada neste Congresso intitulada “Solução para o Problema Educacional” apresentava proposições como a obrigatoriedade da educação popular, criação de universidades populares, reduções gradativas das taxas escolares, eleição direta e paritária para reitores e diretores escolares, etc (JUNIOR, 1982).

4.2. UNE E O ESTADO NOVO (1937-1945)

Com o estabelecimento do Estado Novo e a instauração de um regime ditatorial, é elaborada uma nova Carta Magna, a Constituição de 1937. Esta apresenta novos parâmetros para a organização da sociedade brasileira. É durante esse período que Vargas fecha o Congresso Nacional, as câmaras legislativas, proíbe partidos políticos, limita as liberdades individuais, monopoliza a imprensa, dentre outras medidas autoritárias estabelecidas em prol da proteção do Estado desenvolvimentista conservador e autoritário frente à ameaça comunista (CAMARGO, 1999).

Em relação à educação, não foi diferente, é possível perceber forte influência de valores conservadores e eurocêntricos na proposição dos parâmetros da educação brasileira. A Constituição de 1937 ao estabelecer a competência privativa da União para determinar às diretrizes de uma educação nacional, afirma que esta será pautada na formação física, intelectual e moral (art 5º, IX), desloca o dever da educação para os pais, ficando estes responsáveis pela educação dos seus filhos e o Estado agindo de forma colaborativa, conforme descrito abaixo:

⁷ Documento apresentado pelo governo Vargas como um plano para a tomada de poder pelos comunistas, atribuído à Internacional Comunista. Anos depois foi comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração de um golpe e de implantar a ditadura do Estado Novo (Centro de Pesquisa e Documentação da FGV).

Art. 125 A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular (BRASIL, 1937).

A seção que trata sobre educação e cultura (art 128 ao art 134) flexibiliza a atuação do Estado não assegurando a educação como um direito fundamental e dever do Estado, mas estabelece que “são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares” (art 128), além de estabelecer a obrigatoriedade do ensino cívico, “disciplina moral e adestramento físico” (art 131 e 132) (BRASIL, 1937).

Além disso, a partir de 1942, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, iniciou uma reforma na educação que ganhou seu codinome: Reforma Capanema, que se constituiu de conjunto de leis orgânicas que reformularam a educação secundária e estabeleceram instituições de ensino profissionalizante e comercial. São elas: a Lei Orgânica do ensino Industrial (decreto lei n. 4.073/42), a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (decreto lei n. 4.048/42), a reforma da legislação para o ensino secundário (decreto lei n. 4.244/42), a elaboração da lei orgânica para o ensino comercial (decreto lei n. 6.141/43), Lei orgânica do Ensino Primário (decreto lei n. 8.529/46), Lei orgânica do Ensino Normal (decreto lei n. 8.530/46), Criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (decreto lei n. 8.621/46), e a Lei orgânica do Ensino Agrícola (decreto lei n. 9.613/46).

O Conjunto desses decretos é o que materializa a Reforma Capanema e estabelece mudanças na política de educação brasileira, regulamentando o ensino primário e secundário, estabelecendo o ensino profissional, diferenciando as formações propedêuticas das operacionais. E com forte influência das empresas, estabeleceu-se um sistema de ensino técnico paralelo (SENAI e SENAC), a fim de garantir formação célere de mão de obra qualificada exigida pela sociedade urbano-industrial que se modernizava.

Dessa forma, o modelo desenvolvimentista foi determinante na orientação para formulação de políticas e de parâmetros da educação brasileira, que conduziram à implementação do ensino técnico-profissionalizante, do ensino industrial e agrícola, de nível secundário; o *Sistema S* composto por Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), entre outros; e das primeiras Escolas Técnicas Federais.

No âmbito da educação superior, é na década de 40 que há uma nova expansão de universidades pelo país. As Faculdades Católicas de Direito e Filosofia se fundiram e formaram a Pontifícia Universidade Católica. O Governo Vargas cria a Universidade Rural, Universidade da Bahia, Universidade de Pernambuco, Universidade do Rio Grande do Sul. Nota-se que apesar de expandir pelo território, essa expansão ainda ocorre de forma eurocentrada, centralizada, hierárquica e desigual e excludente, na medida em que surgem somente nos locais “centrais” para as elites industriais e agroexportadora do país (CAMARGO, 1999).

Nos primeiros anos deste cenário, a UNE buscava sua regularização e reconhecimento legal por parte do Governo Vargas. Os encontros de 1939 e 1940 foram marcados pela luta para oficializar a entidade e buscar subsídios para seu funcionamento. Porém, em 1940, com a eclosão da Segunda Guerra e a proximidade do Governo Vargas com as forças nazifascistas estremeceram a relação com a entidade que até então mantivera o discurso de neutralidade frente a Segunda Guerra.

A partir de então, a UNE rompe com a Casa dos Estudantes de onde sai despejada e inicia, juntamente com os movimentos sociais populares, ligados à classe trabalhadora, uma ampla frente em defesa da entrada na Guerra em apoio ao grupo dos Aliados. Como uma das mais expressivas manifestações, o movimento estudantil construiu a passeata estudantil antitotalitária que contou com o apoio de diversos setores da sociedade, dentre eles destacam-se os professores, bancários, marítimos, etc. (JUNIOR, 1982).

Especificamente quanto ao âmbito educacional, a atuação da UNE neste período foi muito importante para unificar suas pautas nacionalmente por meio da aprovação das teses no congresso. Dentre as principais demandas, destacam-se a luta pela federalização das universidades, a reforma universitária, a luta contra o aumento abusivo das taxas nas faculdades, além de apontar a necessidade de investimentos no ensino primário e no combate ao analfabetismo (POERNER, 2004).

É em 1942 que a UNE ocupa o prédio do Clube localizado na Praia do Flamengo, nº 132, após Vargas autorizar ceder o espaço à entidade e o então Ministro Capanema postergar a ocupação do prédio. Sob o pretexto de uma vistoria

técnica no espaço, os estudantes se dirigem ao prédio e acabam por ocupá-lo permanentemente.

Figura 14 - Ocupação da sede do Clube Germânia



Fonte: Instagram da UNE (2021)

Neste ano também, durante o V Congresso Nacional dos Estudantes, que pela primeira vez na história da entidade contou com uma chapa “de direita” se inscrever a para disputar sua direção, perdendo a eleição com 12 votos de diferença (JUNIOR, 1982), evidenciando o crescimento do movimento conservador dentre os estudantes brasileiros.

Em 1943, o Ministro Capanema apresentou a portaria nº 225 que institui a Juventude Brasileira, uma instituição pautada nos modelos fascistas de organização juvenil, que buscava quebrar a hegemonia representativa da União Nacional dos Estudantes (POERNER, 2004), entretanto logo em seguida, com o descontentamento da direção da UNE e a pressão estudantil, a Juventude Brasileira foi extinta.

Nos anos 1944 e 1945, com o fim da Segunda Guerra, a UNE ao lado dos movimentos e organizações sociais populares, somam-se à luta pelo restabelecimento democrático e pela luta em favor da anistia. É neste período que Vargas, sofrendo com a pressão da oposição, decreta, em 1945, a eleição presidencial, entretanto, em outubro do mesmo ano, ele deixa de ser presidente (ARAÚJO, 2007).

Como forma de fomentar a reabertura democrática e a reorganização política brasileira, no início de 1945, Vargas incentivou a criação do Partido Social Democrático (PSD) ligado aos antigos interventores, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) associado às organizações e sindicatos trabalhistas. Além destes dois, surge a União Democrática Nacional (UDN), em oposição a Getúlio Vargas,

uma organização de tendência econômica liberal e ideologia política conservadora. Nos anos que se seguem estes três partidos serão protagonistas do cenário político brasileiro (ARAÚJO, 2007).

4.3. UNE NA DEMOCRACIA (1945-1964)

Após a destituição de Getúlio Vargas, o Brasil passa por um processo de redemocratização, forma a Constituinte com representantes eleitos para regular as eleições e formular a Constituição de 1946. A eleição de 1945 contou com o protagonismo dos partidos União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e elegeu Eurico Gaspar Dutra da chapa PSD/PTB.

Durante esse período de redemocratização, o Brasil viveu o antagonismo de duas correntes políticas-econômicas. Uma que visava o desenvolvimento industrial pautado no protagonismo da indústria nacional, e a outra que priorizava um desenvolvimento industrial associado/dependente da economia internacional. Dutra, com o apoio dos sindicatos, dos trabalhadores, de Getúlio Vargas, etc. inicia seu governo com o estabelecimento de uma Constituição mais democrática e liberal.

No âmbito educacional, a Constituição de 1946, influenciada pela Carta Brasileira da Educação Democrática⁸, voltou a estabelecer a educação como um direito fundamental e dever do Estado, livre a iniciativa privada, alicerçado nos princípios de liberdade e solidariedade humana.

Os encargos educacionais foram descentralizados para os Estados e Distrito Federal, e o sistema federal agindo de forma supletiva, o ensino primário obrigatório e gratuito, entre outras mudanças.

Quanto os parâmetros políticos, a Constituição de 1946 consagrou alguns avanços como a ampliação do acesso ao voto feminino, por outro lado o limitou para os analfabetos, sendo estes impedidos de votar, restringiu os direitos trabalhistas aos trabalhadores urbanos, além de assegurar a possibilidade de restringir o direito a greve e o combate a organizações “antidemocráticas”.

Com a instauração da Guerra Fria e a bipolarização entre capitalismo x comunismo, o governo Dutra escolhe se alinhar politicamente e economicamente

⁸ Organizada pela ABE e aprovada no Conferência Brasileira de Educação que ocorreu no Rio de Janeiro em 1945.

aos EUA. Com isso seu governo internamente se torna mais repressor, perseguindo organizações de cunho socialista/comunista, em 1947 decretou o fechamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e destituiu seus parlamentares, invadiu a sede da UNE a fim de coibir as manifestações estudantis, dentre outras medidas autoritárias que deslocaram o seu governo tido como “democrático” para um governo repressor (JUNIOR, 1982).

Durante esses anos, a UNE, após lutar pelo fim do Estado Novo e pela reabertura democrática brasileira, vivenciou a alta influência dos udenistas (UDN) que, com o discurso antigetulista, os levou ao comando da entidade em 1945 e 1946, porém com o avançar de posicionamentos tendenciando para uma política conservadora e moralista, perderam força política e em 1947 a direção da entidade passa ao Partido Socialista Brasileiro que permanecerá até 1950 no comando da UNE (POERNER, 2004).

Em sua fase de hegemonia socialista, a UNE protagonizou grandes mobilizações de caráter econômico, político e educacional, como a Campanha em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico que teve seu ápice na defesa pelo monopólio do petróleo brasileiro, a luta pela criação da Petrobrás, cuja palavra de ordem era “O petróleo é nosso!” (JUNIOR, 1982). Protestou também contra a perseguição a organizações de esquerda, ao fechamento do Partido Comunista Brasileiro e a cassação de seus parlamentares decretada em novembro de 1947.

Figura 15 - Campanha "O Petróleo é Nosso"



Fonte: Instagram da UNE (2021)

Em 1949, no congresso realizado na Bahia, o crescimento das forças reacionárias dentro do movimento estudantil levou a uma disputa interna bastante

conturbada. A Coligação Acadêmica Democrática (CAD), financiada pelo Estado norte-americano e pelo governo Dutra, visou tomar posse da UNE de qualquer forma, entretanto a esquerda unificada da entidade garantiu a eleição de Rogê Ferreira, membro do PSB, à presidência da UNE (JUNIOR, 1982).

O governo Dutra durou até 1951, e nos últimos anos a UNE protagonizou as lutas em prol da gratuidade do ensino universitário, a popularização do ensino primário e contra o aumento de passagens dos bondinhos. Com o desgaste da política do governo Dutra, Getúlio Vargas se elege democraticamente defendendo o nacional desenvolvimentismo. Seu governo visava retomar o crescimento industrial brasileiro de forma independente, porém enfrentou dificuldades econômicas que foram responsáveis pela crise que foi o seu segundo governo.

Com forte oposição da elite brasileira ligada ao EUA, os militares e as forças políticas antigetulista, Vargas pouco avançou na implementação de suas políticas, dentre os feitos mais importantes desse período destaca-se a criação da Petrobrás (1953), do Banco Nacional de Desenvolvimento (1952) e em 1951 foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A UNE durante o segundo governo Vargas viveu a fase de hegemonia direitista, o CAD com forte financiamento estadunidense aliado ao discurso antigetulista da UDN conseguiu assumir a direção da entidade até 1955, fazendo com que nesse período a UNE se omitisse do debate sobre a criação da Petrobrás, a luta pela soberania nacional, etc. Apesar da UNE vivenciar o comando udenista, as bases do movimento estudantil assumiram um papel combativo, utilizando-se das estruturas estaduais e regionais para difundir a luta em prol das demandas populares (ARAUJO, 2007).

Em seguida, Juscelino Kubitschek é eleito à presidência do Brasil (1956-1961) com a chapa PSD/PTB, visando o desenvolvimentismo cria o Plano de Metas com ênfase no desenvolvimento energético e transporte, constrói Brasília e destina 3,6% de recursos para a educação que tinha como meta formação de pessoal técnico. Em 1959 é publicado o manifesto dos educadores “Mais uma vez convocados” com influência do movimento da escola nova, buscavam apresentar parâmetros mais democráticos para a educação pública brasileira, principalmente quanto ao debate acerca da educação pública e gratuita a todos (AZEVEDO *et al.*, 1960).

Apesar do esforço político em assegurar o desenvolvimento independente do

Brasil, o EUA agiu fortemente na busca de conquistar espaço na economia brasileira. A UNE durante esse período protagonizou a luta pela soberania nacional, fazendo oposição ao estabelecimento de industriais estrangeiras e contra acordos internacionais de concessão a empresas estrangeiras.

Outra mobilização que marcou a atuação da UNE nesse período foi a greve contra o aumento das passagens do bonde, que gerou a formação da “União operária estudantil contra a Carestia” protagonista na luta contra a dependência econômica internacional. Quanto à educação, a campanha pelo debate da *Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional* promoveu seminários nacionais para garantir o ensino público e gratuito, o primeiro *Seminário de Reforma do Ensino* ocorreu em 1957 (ARAUJO, 2007).

Nas eleições de 1960, é eleito Jânio Quadros, candidato da UDN, com discurso conversador e moralista de combate a corrupção. Seu governo foi marcado por crises políticas que geraram sua renúncia e levaram a posse de João Goulart sob o regime parlamentarista que só teve fim em 1963, por meio do plebiscito popular que reestabeleceu o regime presidencialista.

Esta transição foi bastante conturbada, pois os militares acusavam Goulart de ser comunista e buscaram impedi-lo de assumir. Iniciou-se uma campanha a fim de garantir o respeito à legalidade constitucional. A UNE foi uma das protagonistas no processo de mobilização que culminou na posse de Goulart (ARAUJO, 2007).

Em dezembro de 1961, é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), promoveu a institucionalização do Conselho Federal de Educação, pôs fim a discriminação entre a educação propedêutica e a profissional, fomentou a elaboração periódica do Plano Nacional de Educação, etc. Por outro lado, manteve a estrutura de diferentes graus instituídos na Reforma de Capanema. O Projeto de lei da LDB passou por 13 anos em discussão e sua aprovação materializou uma conciliação entre as acepções progressistas e conservadoras.

O governo de Jango (apelido de João Goulart) foi marcado pela agenda das Reformas de Base que configuravam um conjunto de reformas estruturais da sociedade brasileira, a fiscal, a administrativa, a universitária e, principalmente, a reforma agrária.

Nesse processo, a UNE vivenciou o fortalecimento de sua atuação artística, cultural e política com a criação dos Centros de Cultura Popular (CPC's) que se descolavam pelo país promovendo espaços de debate acerca da defesa

democrática, combate ao analfabetismo, a luta pela reforma universitária e pela reforma agrária.

Sob o comando da Ação Popular (AP), que surgiu após divergência política com a Juventude Universitária Católica (JUC), a UNE assume a fase de hegemonia católica progressista. Nessa direção e de caráter revolucionário, a UNE propaga os Seminários Nacionais para debater a reforma educacional brasileira e produz a Declaração da Bahia e a Carta do Paraná com teses que defendiam a reforma universitária, apontavam para democratização do governo com ampla participação de organizações proletárias, e pela democratização da educação pública em todos os níveis (ARAUJO, 2007).

Esse período ficou marcado pela grande polarização entre direita e esquerda. Grandes pensadores como Paulo Freire e Florestan Fernandes lutavam em prol da educação popular, do ensino público e gratuito. A proliferação de movimentos sociais pelo país, a influência dos partidos comunistas, a atuação progressista dos movimentos católicos, a UNE sob o comando da unidade entre AP, PCB e Organização Revolucionária Marxista Operária (POLOP) rodou o país com a UNE Volante em luta pela participação de 1/3 estudantil nos espaços deliberativos das Universidades levou a uma Greve que paralisou 40 Universidades pelo país (JUNIOR, 1982).

Como forma de reação, os movimentos direitistas, aliados as Forças Armadas Brasileiras passaram a pressionar o governo, acusando-o de implementação do comunismo no Brasil e que teve seu ápice no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, quando João Goulart assumiu a implementação das reformas de base. Em 31 de março de 1964 foi deposto pelos militares (ARAUJO, 2007).

4.4. UNE NA DITADURA (1964-1985)

Figura 16 - Instauração da Ditadura Militar no Brasil



Fonte: Instagram da UNE (2021)

Com o golpe e a instalação da ditadura civil-militar, o Brasil atravessou 21 anos de regime ditatorial por meio de 5 mandatos militares e 17 atos institucionais que garantiram o funcionamento do regime. Como um dos seus primeiros atos de repressão, em 1º de abril de 1964, a sede da UNE foi incendiada pelos participantes do movimento político-militar e seus integrantes foram obrigados a se exilarem. Em 9 de novembro, com a Lei Suplicy de Lacerda, a UNE foi posta na ilegalidade e determinando que todas as instâncias da representação estudantil brasileira ficassem submetidas ao MEC (AARÃO REIS, 2000).

O primeiro presidente foi Castello Branco (1964-1967), durante seu governo foi decretado o primeiro Ato Institucionais (AI 1) que determinou o fim das eleições diretas, possibilitou aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos. O AI 2, decretado em 1965, determinou que fossem fechados os partidos políticos e adotado o bipartidarismo entre Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (MARTINHO, 2006).

Durante esse mandato, a UNE atuou dentro da ilegalidade, buscando organizar os estudantes em âmbito nacional para fazer oposição à ditadura militar e contra o avanço da intervenção norte americana na política e na educação brasileira, destacando a oposição aos acordos firmados entre o governo federal e a *United States Agency for International Development* (USAID), conhecido como Acordo MEC-USAID, que visava a privatização do ensino superior brasileiro (ARAUJO, 2007).

Em 1967 inicia-se o governo Costa e Silva, marcado pelo decreto do AI 5 que permitiu a restrição dos direitos políticos e liberdade de expressão, Suspensão do habeas corpus para determinados crimes, fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, autorização para o Presidente da República decretar estado de sítio por tempo indeterminado, suspender direitos políticos e cassar mandatos eletivos, permite confiscar bens privados e intervir em todos os estados e municípios, etc. (FAUSTO, 2000).

Durante esse período a UNE protagonizou a mobilização para a *Passeata dos 100 mil*, marcada pela insatisfação popular com as medidas autoritárias e repressoras adotadas pelo regime e pelo governo de Costa e Silva. A *Passeata dos 100 mil* foi uma das maiores expressões de mobilização popular em oposição à ditadura militar (POERNER, 2004).

Figura 17 - Passeata dos Cem Mil



Fonte: Instagram da UNE (2021)

Em outubro de 1968, a UNE sofreu uma de suas maiores derrotas, com a prisão do presidente eleito, Luís Travassos, de várias lideranças estudantis, tais como Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc van der Weid e de mais de setecentos delegados ao XXX Congresso da entidade, realizado clandestinamente em Ibiúna (SP). Na ocasião, a maioria dos estudantes foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional (POERNER, 2004).

Em seguida tivemos o Governo de Médici (1969-74), amplamente conhecido como o “milagre econômico” por promover o crescimento do PIB acima de 10% e grandes investimentos em infraestrutura. Entretanto esse crescimento custou ao

Brasil o endividamento externo por meio de empréstimos internacionais (FAUSTO, 2000).

No âmbito político, a repressão ainda mais acentuada com a promulgação de um decreto-lei que tornava ainda mais rígida a censura à imprensa e aos grupos de esquerda. Foram criados o Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operação da Defesa Interna (CODI), localizados nas principais cidades do Brasil, tinham por finalidade o aprisionamento e tortura de grupos que faziam oposição ao regime (MARTINHO, 2006).

Quanto ao âmbito educacional, o regime militar implementou a Reforma Universitária (lei n. 5.540/68) e a Reforma da Escola de Educação Básica (lei n. 5.692/71), ambas tinham como objetivo o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização pautada em uma educação essencialmente tecnocrática, conforme se evidência no documento que encaminhou o anteprojeto da lei n. 5.692/71.

Ao fim da adolescência, todos devem exigir condições de qualificação que lhes permita ingressar na força de trabalho, pretendam ou não prosseguir estudos em nível superior e tenham, ou não, capacidade ou motivação para fazê-lo (PASSARINHO, 1971, p.18).

Os governos de Geisel (1974-1979) e de Figueiredo (1979-1985) são marcados pela abertura política gradual que visava a transição do regime ditatorial para o regime democrático. Com grandes mobilizações populares, greves sindicais e atos em protesto ao regime, o governo em 1978 revoga diversos decretos-lei, dentre os quais o AI 5.

Em 1979 foi promulgada a Lei da Anistia que libertou os presos políticos e os exilados puderam voltar ao país, e permitiu o sistema pluripartidarista que possibilitou a criação dos partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – antigo MDB, Partido Democrático Social (PDS) — antigo Arena; Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (AARÃO REIS, 2000).

Figura 18 - Campanha Diretas Já!



Fonte: Instagram da UNE (2021)

A partir de então se inicia a campanha por eleições diretas, a UNE juntamente com vários movimentos sociais, partidos políticos e população em geral lança o “Diretas JÁ!” que se proliferou por todo país e contou com a adesão dos políticos de oposição, artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros, porém não foram atendidas. Tancredo Neves foi eleito por voto indireto e somente em 1989, após a promulgação da Nova Constituição que o Brasil volta a eleger seu presidente de forma direta (ARAUJO, 2007).

4.5. UNE E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

Figura 19 - Movimento "Caras Pintadas"



Fonte: Instagram da UNE (2021)

A ditadura militar findou, porém, deixou heranças para os anos seguintes. O “milagre econômico” vivenciado durante o regime deixou uma dívida econômica enorme com as agências internacionais, e que, com o final da Guerra Fria se fortaleceram e buscaram consolidar a hegemonia do sistema capitalista através de políticas neoliberais como marcos do processo de globalização hegemônica (SANTOS, 2002).

Foi assim que na última década do século XX as agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras, passaram a ditar as políticas públicas no mundo e no Brasil (LUNA & KLEIN, 2007).

Em 1989, como marca dessa globalização hegemônica, estabeleceram o “Consenso de Washington”, que consistia em um conjunto de diretrizes e medidas de políticas econômicas de austeridade fiscal, que deveriam ser aplicadas na América Latina. Um pacote de ações de teor neoliberal, como o ajuste fiscal, privatização das estatais, reforma tributária, reforma trabalhista, reforma previdenciária e, no âmbito educacional, a privatização gradual da educação.

No Brasil, os governos Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram os responsáveis pela implementação das medidas neoliberais estabelecidas pelo “Consenso de Washington”, pois os empréstimos e juros feitos aos Brasil ficaram condicionados às imposições do acordo, gerando assim o engessamento das políticas públicas brasileiras (SINGER, 2001).

Com a reabertura democrática brasileira, a UNE volta a legalidade e uma das principais campanhas mobilizadas pela entidade foi o “Fora Collor”. Durante as eleições de 1989 a UNE era contra a candidatura de Fernando Collor por este defender medidas neoliberais de precarização do trabalho, do setor público e privatização de estatais (ARAUJO, 2007). Em 1992, com a eclosão de denúncias de corrupção em seu governo, proliferaram-se manifestações estudantis por todo o território nacional e que impulsionaram o presidente a renunciar ao cargo.

Itamar Franco assume a presidência do Brasil e a UNE mobiliza os estudantes contra o programa governamental de privatização de empresas e a favor de uma campanha nacional pela alfabetização, além de defender a volta do controle das mensalidades escolares que foram liberadas no governo Collor e desde então houve aumentos elevados das mensalidades escolares, favorecendo o setor privado

da educação.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a educação pública brasileira passou por um período de grave sucateamento das Universidades Públicas, a UNE se posicionava contra a mercantilização da educação, em combate à política educacional de FHC que privilegiava as instituições particulares e impunha ao ensino público superior cortes orçamentários (POERNER, 2004).

A UNE lutou contra mensalidades abusivas e contra o sistema de avaliação institucional aplicado sobre as universidades, popularizado como “Provão”, realizou protestos contra a política educacional e as reformas constitucionais, contra as mudanças no currículo das escolas técnicas, em defesa da indenização para as famílias de 17 estudantes mortos em passeatas durante o regime militar, contra a privatização da Vale do Rio Doce, entre outras tantas bandeiras de lutas que situaram a atuação da UNE em oposição ao governo FHC, tendo como uma das suas campanhas o “Eu não aguento FHC” (ARAUJO, 2007).

Os Governos FHC, tomando as referências de Florestan (1966, 2010) recrudesceram uma modernização neolonial, abrindo um campo de “circuito fechado” para democratização da sociedade e universidade pública. Nos termos de Boaventura (2003, 2007), esse contexto reflete uma evidente “democracia de baixa intensidade” com um forte quadro de desigualdade e exclusão abissais.

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2002 a UNE realizou um seminário para debater os problemas do país, do qual resultou uma *Carta Compromisso* com dez pontos que foram apresentados aos candidatos à presidência. O Documento versava sobre o aumento dos investimentos em educação, a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, a regulamentação do ensino privado, ampliação das verbas destinadas à pesquisa, a regulamentação dos estágios, etc. No segundo turno das eleições presidenciais, a UNE declarou apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, após consulta por meio de plebiscito entre os estudantes nas universidades. Com a vitória de Lula, a UNE e os demais movimentos sociais passam por um período de forte diálogo entre a sociedade civil e o Poder Executivo.

Durante o governo Lula, a UNE realizou caravanas pelo país, fortalecendo suas bandeiras de luta em prol da reforma universitária, do aumento do número de vagas ao ensino superior, melhores condições de acesso e permanência nas universidades do país. Como fruto das reivindicações e negociações, surge o

PROUNI, programa que garante bolsas em universidades particulares para estudantes de baixa renda, e o Reuni, programa de expansão das vagas em universidades públicas, a Reforma Universitária, etc. (ARAUJO, 2007).

Ressalta-se que, nesse período, setores do movimento estudantil contrários à Reforma Universitária proposta pelo Ministério da Educação e aos programas implementados pelo governo Lula, organizaram um fórum com o intuito de debater acerca das políticas que estavam sendo implementadas. Em desacordo com a linha política defendida pelas forças majoritárias da UNE, os diretores da entidade filiados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) entregaram seus cargos para fundar outra organização, a Coordenação Nacional de Luta Estudantil – CONLUTE.

Em 2010, a UNE apoiou a candidatura de Dilma Rousseff, eleita primeira mulher presidente do Brasil. Durante seu governo, a UNE protagonizou grandes mobilizações em prol da ampliação dos direitos e garantias fundamentais, como por exemplo a PEC da Juventude que incluiu na Constituição Brasileira maiores direitos a juventude.

Durante esse período, a atuação da UNE se consagrou como ferramenta de integração entre os diversos setores de movimentos sociais, ampliando suas Jornadas de Lutas, e unificando as bandeiras em prol da democratização do ensino, do transporte, da moradia, dos meios de comunicação, etc. Com o seu ápice de mobilização em 2013, em defesa da desmilitarização da Polícia Militar e da reforma política no país, lutando pelo fim do financiamento de empresas a campanhas eleitorais.

Com vitórias como a implementação do prouni, Fies, Lei de Cotas, Plano Nacional de educação com destinação de 10% do PIB pra educação, destinação de recursos do Pre-Sal para educação, dentre outros avanços, o movimento estudantil chega ao ápice de incentivos e de garantias de melhorias à educação pública brasileira e ao estabelecimento de uma democracia mais participativa.

Figura 20 - Campanha "Não vai ter golpe!"



Fonte: Instagram da UNE (2021)

É após a reeleição da presidente Dilma Rousseff que se finda esse ciclo de ascensão das camadas populares. Inicia-se no Brasil a implementação de um golpe institucional (SANTOS, 2017), que, com o apoio do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, instaurou o *impeachment* e impôs uma ruptura ao projeto de sociedade vigente, objetivando interromper o avanço das políticas sociais e o fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil (SINGER, 2018; AVRITZER, 2019). Falaremos mais detalhadamente sobre isso daqui pra frente, dialogando com as entrevistas feitas, e buscando uma apresentação da conjuntura a partir deste olhar.

5. A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E O SEU LEGADO NAS LUTAS DOS DIAS ATUAIS

*Quando
Em nosso
Caminho
Só resta
Um imenso
Precipício
É hora de aprender
A voar.*

Clei de Souza

Nesta seção iremos expor as análises sobre a atuação da UNE entre os anos de 2015 a 2020. Para isso, vamos apresentar a sua composição interna, para compreender as forças políticas que em movimento dialético constroem a movência da entidade. Para além, vamos apresentar a conjuntura política e social brasileira que impôs as pautas da ordem do dia. Por fim, detalhamos as reflexões, aprendizagens e acumulos apontados pelos interlocutores.

5.1. A COMPLETUDE NA DIFERENÇA: A COMPOSIÇÃO DA UNE ENTRE 2015 A 2020

Como foi amplamente exposto acima, a composição da UNE é fruto de uma correlação de forças que compõe internamente a entidade e que também reflete organizações que estão para além da própria entidade, como são os casos de organizações de juventude que compõe na UNE e que fazem parte de partidos políticos, movimentos sociais, etc que disputam a política para além da entidade.

A Bruna Brelaz, militante da UJS e presidente da UNE (biênio 2021/2023), reafirma a pluralidade na composição da entidade, mas também informa a predominância de forças de esquerda:

Primeiro é importante dizer que a UNE pertence a todos os estudantes brasileiros que defendem a democracia, sejam eles de esquerda, de direita, de centro, etc. os que querem se organizar em um partido político e os que não querem se organizar em um partido político, mas querem ser do centro acadêmico, que querem ser da atlética, então todos esses estudantes, de todas

essas características eles são bem vindos a UNE. Agora é obvio que a UNE tem representações a partir de quem se mobiliza de quem faz o dia-a-dia do movimento estudantil e de fato a maioria que compõe hoje a direção da UNE faz parte de um viés de esquerda, apesar de que existem outros movimentos, inclusive até movimentos liberais, que disputam a UNE, que colocam sua opinião do que a UNE deve ser, movimentos mais ao centro como o MDB, o próprio PSDB que é de direita, que são partidos políticos e tem juventude, essas juventude já disputavam a UNE anteriormente e continuam disputando os espaços. Então a UNE é livre para que todos os estudantes que quiserem se organizar e participar possam estar presentes (BRUNA BRELAZ, 2022).

Essa diversidade política que forma a entidade é estruturada internamente através de mandatos de 2 anos, que elegem a composição da UNE. Essa composição se organiza em diretorias executivas e diretorias plenas, dentro das executivas tem-se a mesa diretora, composta pela presidencia, vice-presidencia e secretaria geral. Para disputar essas composições, as forças políticas submetem suas chapas a votação no Congresso Nacional da UNE, e então a distribuição das cadeiras é proporcional aos votos das chapas.

A proporcionalidade na composição da UNE é o que traz a dinamidade da entidade. Adriano Mendes, militante do *Juntos* e participante da gestão da UNE entre 2017 a 2021, afirma:

Sobre a disposição das forças, das organizações, na UNE, isso é muito dinâmico, não existe algo preso durante determinada gestão, as forças políticas muitas vezes tem posições que em uma reunião se aproximam e que daqui a 2 meses na reunião seguinte se afastam. Então as forças vivem se articulando o tempo inteiro, conversando entre si, trocando opiniões, fazendo bilaterais, e muitas vezes as leituras de conjuntura, por consequencia a definição de determinada ação que a UNE possa ter, mudam constantemente (ADRIANO MENDES, 2021).

Portanto é a partir dessa sistêmica de organização que a entidade se forja através do diálogo, da pluralidade e do fortalecimento de uma entidade com expressiva capacidade de mobilização estudantil. Durante os anos de 2015 a 2020, a entidade contou com três gestões e com duas dinâmicas de divisão das forças internamente.

Iago Montalvão, militante da UJS, presidente da UNE (biênio 2019/2021) e participante da entidade entre 2013 a 2021, relembra que na gestão de 2013 a 2015 havia uma disposição das forças em três campos políticos: A Majoritária, a Oposição de Esquerda e o Campo Popular. Conforme detalhado abaixo:

Durante o período da Dilma nós tínhamos uma composição, na verdade durante todos esses anos nós tivemos uma composição de chapa majoritária em que fazíamos aliança UJS, PDT, PT, mas nesse período do governo Dilma, na gestão de 2013 a 2015 havia o campo popular que era composto pelo Levante Popular da Juventude e algumas correntes do PT, tínhamos também o Campo de Oposição constituído pelas forças do PSOL, PCR e depois de um tempo surgiu o PCB, mas que nesse momento ainda não participava (IAGO MONTALVÃO, 2022).

Dentro dessa dinâmica, Jessy Dayane, militante do Levante Popular da Juventude, Vice-presidente da UNE (biênio 2017/2019) e participante entre 2013 a 2019, afirma que existia uma polaridade interna entre o campo majoritário e a oposição de esquerda,

foi na época (2013) em que a gente tava observando que a UNE tinha dois campos políticos que era o campo majoritário e o campo da oposição de esquerda, e na época a gente construiu uma leitura de que havia uma polarização despolitizada na entidade porque os dois campos demarcavam posições um com outro, mesmo posições que poderiam ser construídas em unidade mas pelo simples fato de disputar os estudantes os estudantes para os campos diferentes, então a demarcação de oposição era feita muito pelas disputas dos estudantes mais do que pela divergência política em si, tinham divergências óbvias até porque era num período dos governos petistas, então o campo majoritário era o campo mais alinhado ao governo e o campo da oposição de esquerda era totalmente crítico ao governo, então tinha divergências de fundo, óbvio, mas tinha pontos como a defesa das cotas que por exemplo podia ser uma bandeira unitária entre outras pautas estudantis que poderia ter sido construída na unidade, então a gente entra fazendo essa crítica a polarização despolitizada, puramente demarcatória e a gente entra com a proposição da construção de um novo campo político que é o Campo Popular da UNE (JESSY DAYANE, 2022).

Então é a partir de 2013 que a UNE organiza as forças políticas em três campos, essa composição permanece até 2017, quando o Campo Popular consegue

se estabelecer como a segunda maior força da UNE e conquista a vice-presidência da entidade, conforme expõe Jheny Rodrigues, militante do Levante e integrante da gestão de 2019/2021:

Quando a gente entra falando do campo popular, que a gente queria ser essa alternativa e tudo mais, a gente foi muito bem recebido pela comunidade, e tanto é que nosso primeiro CONUNE foi em 2013, foi pra olhar e conhecer, em 2015 a gente já teve uma cadeira na executiva e 2017 a gente conseguiu ter a vice presidência da UNE, a gente já era a segunda maior força da entidade (JHENY RODRIGUES, 2022).

Então em 2017, as configurações dos campos políticos mudam. A conjuntura política brasileira atravessava o estabelecimento do governo Temer, pós golpe parlamentar e a implementação de uma série de reformas neoliberais influenciaram para uma nova configuração interna na UNE.

aí chegando no congresso de 2017 a gente já chega no congresso pós golpe no Brasil que foi em 2016, que já tava sob o domínio do governo Temer, e no congresso de 2017 o Levante faz um giro na política e passa a ingressar o campo majoritário, não só o levante mais todas as forças do Campo Popular, com exceção da articulação de esquerda, todos os grupos passam a ingressar na majoritária, a gente tinha uma interpretação na época que desde o golpe de 2016, na UNE já não tinha mais grandes divergências, a agenda política era basicamente a mesma, “Não ao Golpe”, “defesa da democracia”, “defesa dos direitos”, foi um período que também se constituiu a Frente Brasil Popular todas as forças de esquerda passaram a compor esse campo, também se constituiu a Frente Povo Sem Medo que aglutinava ali as forças da oposição de esquerda, e foi nesse contexto de golpe, de defesa da democracia, de um reconhecimento de que havia uma correlação de forças extremamente desfavorável para a classe trabalhadora no Brasil, pra esquerda brasileira, foi nesse contexto que a gente decide constituir uma Chapa unitária que a gente decide chamar de Frente Brasil Popular, no congresso de 2017, disputando em unidade a UNE, uma grande composição, nessa perspectiva de passar uma mensagem pro conjunto dos estudantes brasileiros, pra esquerda e para a sociedade, de que esse campo democrático popular estava unificado no momento estudantil para combater o golpismo, para lutar pela democracia, e lutar pelos direitos no nosso país (JESSY DAYANE, 2022).

E assim, a UNE retorna a ter dois campos políticos, o Majoritário, agora

composto também pelas forças do Campo Popular, e a Oposição de Esquerda. Essa composição de forças inicia-se no congresso de 2017, com a eleição de Mari Dias, militante da UJS e presidente da UNE no biênio 2017/2019, em 2019 com a eleição do Iago Montalvão, militante da UJS e presidente da UNE no biênio 2019/2017 e, na mais recente eleição em 2021, estabelecendo a Bruna Brelaz, militante da UJS, como primeira mulher negra nortista presidente da UNE.

Nos períodos seguintes o levante popular da juventude passou a integrar esse campo da maioria, então participou conosco, com a juventude do PT, com o PDT, enfim, e aí a gente conseguiu formalizar esse campo de ampla maioria, que na gestão que me elegeram como presidente por exemplo, nós formalizamos aí 79% da diretoria, enquanto enquanto a oposição de esquerda que é o psol, pcb e pcr tinham quase 20%, ainda tinha alguns grupos ali liberais, de direita bem pequenos, o psb numa chapa própria, e outros grupos como o PSTU, MRT mais sectários que saíram sozinhos também (IAGO MONTALVÃO, 2022).

Apesar da expressiva diferença quantitativa entre os campos políticos, é importante destacar que internamente esses campos são extremamente diversos, por exemplo, dentro do campo majoritário há mais de 10 forças/correntes/coletivos políticos que compõem esse campo e trazem convergências e divergências na sua construção. Adriano Mendes traz à baila a importante reflexão da dinâmica dessas construções no dia-a-dia da entidade:

Então por exemplo, o Juntos faz parte de um campo político de oposição a direção majoritária da UNE, dentro desse campo político que o Juntos faz parte, existe diversas organizações que podem dividir cadeiras em determinado período de tempo ou não, então a gente é como fração da UNE. Assim que todas as forças se denominam, como fração da UNE, a gente disputava a nossa linha política que por muitas vezes coincidia com o campo em que a gente faz parte mas, mesmo dentro desse campo, nem sempre tudo era unanimidade, em alguns momentos esse campo estava mais coeso, em outros momentos ele atuava mais como um campo político para tentar disputar uma posição mais geral, mas internamente ele também funcionava de forma plural, entendeu. A mesma coisa no campo majoritário, tu acompanhou mais as posições políticas do levante dentro da UNE por exemplo, tu sabia que existia muitos conflitos internos na majoritária, então nós do JUNTOS muitas vezes já tivemos posições que fechavam mais com o campo da UJS, como por exemplo sobre diretas já em 2016, e

vocês tinham uma aproximação mais pro campo do PT que tinha uma linha política naquele momento relacionado ao Volta Dilma por exemplo, então isso nas conversas bilaterais, nas reuniões, as coisas se movem constantemente, mas os campos mesmo nas suas diversidades, eles acabam atuando conjuntamente, então funciona mais ou menos assim (ADRIANO MENDES, 2022).

Bruna Brelaz traz uma reflexão mais atual quanto aos posicionamentos dessas forças políticas internamente na UNE durante esse atual período de governo do Bolsonaro. Ela diz:

E óbvio que dentro da esquerda que está dentro da UNE, existem convergências e divergências, faz parte da democracia do movimento estudantil, mas eu sinto que nesse momento em que existe no poder do Brasil uma figura que é extremamente anti-democrática, que é o extremo daquilo que a gente não defende, eu sinto que a direção da UNE, as bases da UNE tem falado a mesma língua, no sentido de dizer: nós precisamos nos unir, as diferenças, aquilo que a gente diverge podem ficar para um momento adequado para a gente contrastar as nossas divergências, mas hoje nós precisamos ter muita unidade para derrotar esse poder de extrema direita que representa perigo a nossa existência dentro da universidade e a nossa existência em si mesmo falando da nossa própria vida (BRUNA BRELAZ, 2022).

Dessa forma, entre os anos de 2015 a 2020, a UNE teve duas formas organizativas internas que refletiram na sua composição. Entre os anos de 2015 a 2017, a UNE contava com um campo majoritário, um campo de oposição e o campo popular. A partir de 2017, o campo popular se incorpora ao campo majoritário e monta uma frente ampla intitulada Frente Brasil Popular, impulsionada pela conjuntura pós golpe, por uma agenda de lutas unitária que conduzisse a entidade a uma atuação unitária no enfrentamento aos processos anti-democráticos, contra a retirada de direitos sociais e em combate a política neoliberal.

5.2. A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA NOS ANOS DE 2015 A 2020

Em seu livro intitulado “À sombra do poder: Bastidores da Crise que Derrubou Dilma Rousseff.”, o cientista político Rodrigo Almeida, e então Secretário de Imprensa da Presidência da República no segundo mandato de Dilma Rousseff, elenca alguns fatores políticos, econômicos e sociais que conduziram ao

impeachment da presidente. Segundo ele expõe:

Ao longo daqueles meses, entre a Esplanada e o Palácio, o governo viveu e padeceu sob a versão brasileira das dez pragas do Egito. Liste: inflação de dois dígitos, desemprego também de dois dígitos, recessão econômica, o mar de lama deixado pelo rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais, o vírus Zika, a Operação Lava Jato, a delação premiada do senador Delcídio Amaral, preso no exercício do mandato, a polêmica sobre a compra da refinaria de Pasadena, a ação no Tribunal Superior Eleitoral que pedia a cassação da chapa Dilma Temer, e o processo de impeachment no Congresso (ALMEIDA, 2016, p. 09).

Esses fatores mais internos da conjuntura nacional montaram um pano de fundo de desgaste político no segundo mandato de Dilma Rousseff, mas Almeida (2016) afirma que a primeira fissura no sistema democrático brasileiro ocorreu com o ajuizamento de ação de “auditoria especial” no Supremo Tribunal Eleitoral (STE), em 26 de outubro de 2014, proposta por Aécio Neves, questionando o resultado das eleições que elegeram Dilma Rousseff para o segundo mandato presidencial.

Dilma se reelege com a difícil tarefa de dar continuidade a política neodesenvolvimentista implementada por Lula desde 2003, fundada no que Amaral (2016) chama de presidencialismo de coalização, que consiste em formar alianças entre executivo e legislativo através de coligações político partidárias para garantir a governabilidade, de tal forma que o legislativo funciona como um apoio que garante o funcionamento da agenda de governo.

Entretanto, conforme expõe Alves (2016), esse presidencialismo de coalização fratura-se em 2013. Dilma chega ao segundo mandato com uma pré-criação política constituída pelos seguintes partidos: PT, PMDB, PTB, PR, PSD, PDT, PCdoB, PRB, e PP (ALMEIDA, 2016).

E que tem seu apogeu em 02 de dezembro de 2015, quando o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment apresentado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reali Júnior e Janaína Pascoal, após sucessivas tentativas de chantagens, nas palavras de Almeida (2016, p. 115) “um processo deflagrado como um ato de retaliação, a reação indignada de uma presidente que não aceitou ser chantageada e expôs, com firmeza, uma comparação de biografias entre ela e Cunha”.

Em entrevista, Adriano Mendes, militante do Juntos, afirma que a ruptura democrática que ocorreu, foi uma ruptura de um pacto social de governabilidade que, inclusive manteve a influência da direita no governo do PT, e que coloca em crise a

democracia institucional:

[...] agora existiu um retrocesso ao pacto social constituído pela constituição de 1988, isso de fato a gente precisa debater porque as próprias regras do jogo, desse pacto constitucional, favoreceram com que a direita não perdesse espaço, então mesmo nos governos do PT, a gente via que a base social também dentro da câmara. Era grandes acordos com o centrão que manteve o funcionamento do estado, da mesma forma que antes a trocas de favores, balcão de negócios, favorecimento de grandes empresas, e a gente conseguiu ter mais capitação para algumas políticas públicas importantes como algumas transferências de renda relacionado ao bolsa família, fome zero, programas de acesso a universidade como o PROUNI e o programa de cotas foram grandes avanços dentro desse período, então tudo isso foi colocado em xeque, porque aquela instabilidade, porque aquela forma de condução do país, que era tido como natural, esse acordo se rompeu, no momento em que esse grande acordo se rompe, as denúncias começam a acontecer, e a disputa vai pra rua, então o impeachment da Dilma, por exemplo, foi ganho na rua, e ao mesmo tempo a gente parte pra denuncia, relacionado a defesa da democracia institucional que era o mínimo de democracia que também tava sendo tirado [...] (ADRIANO MENDES, 2022).

Wanderley dos Santos (2017) afirma que o golpe parlamentar nasce de uma correlação de forças políticas desalinhadas com o resultado das urnas, então há a expropriação constitucional do voto e a ruptura democrática que leva ao golpe parlamentar e a implementação do projeto político rejeitado nas urnas:

Sucessivas derrotas levaram a elite econômica do país, embora altamente compensada durante os governos trabalhistas, a associar-se aos setores preconceituosos da classe média no desespero de eleições como recurso para interromper a supremacia eleitoral trabalhista (SANTOS, 2017, p. 47).

Com o afastamento de Dilma concretizado em 31 de agosto de 2016, há a retomada da hegemonia política da burguesia e do padrão liberal que agora tinha na Presidência Michel Temer (PMDB). A partir de então é posto uma drástica redução das despesas públicas, de um Estado não intervencionista em detrimento do crescimento econômico concentrado na classe dominante (SANTOS, 2017).

Imediatamente, essa mudança política foi sentida pelos movimentos sociais, a redução dos espaços de participação popular, os desmontes nos espaços institucionais de construção popular, a diminuição gradual de uma democracia mais

participativa foi sendo sentida, conforme denuncia Iago Montalvão (2022) em entrevista:

Eu fui de várias gestões né, então eu consegui pegar desde o governo Dilma, o Temer e o governo Bolsonaro, inclusive na gestão em que houve o golpe, o impeachment da Dilma, eu estava no Conselho Nacional de Juventude, acompanhava como diretor de relações institucionais diversos órgãos de participação social ne, fórum nacional de educação, enfim. E foi gritante assim o desmonte, o Conselho Nacional de Juventude que é uma estrutura mais organizada mais consolidada conseguiu se manter, mas assim, perdendo muito espaço, muito orçamento, enquanto que vários outros mecanismos de participação foram completamente desmontados, desde o Conselho de Política de Drogas até o Conselho de Participação das Mulheres, de Direitos Humanos, enfim (IAGO MONTALVÃO, 2022).

Ellana, também em entrevista, afirma que a resposta do movimento foi organizar mobilizações,

fui diretora da UNE pós golpe, pós gestão da carina, pós golpe a uma presidenta democraticamente eleita e era muito duro a gente pensar e agora o que a gente vai fazer diante desse governo que tá aí, como a gente vai fazer pra resistir? E pra chamar esses estudantes para a responsabilidade de encarar essa luta e eu lembro que assim como em 60 foi através dos circuitos populares CPCs rodaram o Brasil pra resistir ao golpe, então assim como naquela época, a gente rodou por educação para todos, de qualidade, em defesa da democracia, puxando atos Fora Temer, etc. a gente reviveu esse momento difícil de ataque democrático ao Brasil e dizendo que a gente queria, defendia e acreditava no projeto de universidade e de sociedade que a gente construiu e que a gente não ia desistir dele (ELLANA SILVA, 2022).

Então, se inicia grandes mobilizações de toda a sociedade civil contra o Governo Temer. A UNE através de ações como a UNE Volante, passou pelas universidades do país, convocando os estudantes para o enfrentamento. Internamente na UNE, as forças políticas divergiam entre estratégias para o enfrentamento como defender eleições gerais ou defender o reestabelecimento da Dilma Rousseff a Presidência, mas o que unificou as forças foi a retirada de Michel Temer, agitada pela bandeira “Fora Temer!”.

Tu acompanhou né gabi as posições políticas naquele momento existiam muitos conflitos internos na UNE, então nós do JUNTOS muitas vezes já tivemos posições que fechavam mais com o campo da UJS, como por exemplo sobre DIRETAS JÁ em 2016, e vocês tinham uma aproximação mais pro campo do PT que tinha uma linha política naquele momento relacionado ao VOLTA DILMA por exemplo, então isso nas conversas bilaterais, nas reuniões, as coisas se movem constantemente, mas os campos mesmo nas suas diversidades, eles acabam atuando conjuntamente, como foi o Fora Temer, então funciona mais ou menos assim (ADRIANO MENDES, 2022).

Como saldo das posições das forças políticas internas da UNE, a entidade construiu atos de rua, paralisações, debates políticos com a bandeira unificadora do “Fora Temer!”.

Figura 21 - Ato Fora Temer!



Fonte: Instagram da UNE

As mobilizações populares contra o governo Temer logo se mobilizaram contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241) intitulada pelo governo como “PEC da Transição” e pela oposição como “PEC da morte”, largamente conhecida como “PEC do Teto de Gastos”, a proposta consistiu em estabelecer um novo regime fiscal ao governo que limitava por 20 anos o crescimento de despesas. Sandra Brandão (2021, p.16) Afirma,

A Emenda do teto de gastos assinala o fim dessa sobreposição e, portanto, do pacto de 1988, impondo uma gestão orçamentária tipicamente neoliberal. Seu objetivo é não deixar espaço algum para que qualquer alternância de poder, ao longo de 20 anos, possa recorrer ao uso de instrumentos estranhos aos neoliberais.

Com impactos significativos na educação, conforme pontua:

As medidas de estrangulamento da educação pública evoluíram rapidamente a ponto das mais tradicionais universidades federais do país estarem em risco de fechar as portas. Ainda, o esvaziamento do caráter social e a redução de oferta de vagas de bolsas integrais do Prouni e dos financiamentos do Fies atuam diretamente para a retomada do status quo do período que antecede os governos petistas no ensino superior brasileiro, transformando o acesso à universidade em sonho distante ou impossível para a imensa maioria dos jovens brasileiros (BRANDÃO, 2021, p. 140).

Diante dessa conjuntura, a UNE com limitada ou quase nula participação institucional, buscou por mobilização nas ruas, nas universidades, escolas, etc. formas de fazer oposição a política neoliberal, a retirada dos direitos sociais e em defesa da educação pública. Adriano Mendes, inclusive afirma que essa posição da entidade, fortaleceu sua capacidade mobilizadora,

[...] a cadeira que a UNE sempre teve no MEC, de poder dar a sua opinião, de poder também pautar o debate já não existia, então era uma luta pra conseguir reunir com o ministro da educação. Já não era mais a mesma coisa ser ouvido pela institucionalidade, esse espaço institucional que até as vezes acostuma mal, burocratiza os movimentos, foi negado pra UNE, então a UNE de forma unificada precisou se realocar na disputa política por fora, na denúncia mesmo, foi algo muito interessante que também ajudou a entidade a se fortalecer cada vez mais (ADRIANO MENDES, 2022).

E assim, a UNE em conjunto com outras entidades estudantis, centrais sindicais, movimentos sociais, partidos políticos e diversos outros setores da sociedade civil iniciam uma série de mobilizações nas ruas contra a PEC 241. A frente estudantil protagonizou uma das maiores ocupações de instituições estudantis, foram mais de 2000 escolas, universidades, institutos tecnológicos ocupados pelos estudantes.

Figura 22 - Atos e Ocupações contra PEC 241



Fonte: Instagram da UNE

Ellana traz um relato da sua experiência durante esse processo de forte enfrentamento estudantil:

A gente lutou muito contra a emenda constitucional 95, fizemos muitos atos nas ruas, muita ocupação, tu tava lá né gabi, cosntruímos muita luta aqui em belém, me lembro que você era Coordenação do DCE e tava rodando o Pará inteiro, foi muito difícil. Eu lembro que quando saiu a aprovação dessa PEC a gente tava ocupando o IFPA, e foi um choque sabe, quase uma facada que a gente sofreu no coração, a gente achava que podia reunir forças e ter essa vitória, mas foi o primeiro de muitos retrocessos que o Brasil viveu nesse período (ELLANA SILVA, 2022).

Apesar de todo o esforço popular, a PEC foi promulgada em 15 de dezembro de 2016, e passa a compor o ordenamento jurídico como Emenda Constitucional nº 95. Em 2017, o governo Temer anuncia outras reformas como a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. Essas reformas também foram recebidas com muita resistência pelos setores populares que no decorrer do mesmo ano organizou Greves Gerais por todo o país.

Figura 23 - Atos contra as reformas da previdência e trabalhista



Fonte: Instagram da UNE

Tais reformas foram recebidas como grandes ataques a direitos sociais conquistados historicamente, Jheny Rodrigues, em entrevista, afirma que foi uma ampla mobilização da sociedade civil, a UNE se soma a diversas organizações que de forma mais ampla se organizaram em Frente Brasil Popular e Povo sem Medo. Conforme exposto abaixo:

Sobre as reformas do Temer, essa luta em Belém se deu muito devido a conjuntura política de forte retirada de direitos. Nacionalmente e em Belém também quem conduziu essa construção aqui foi a frente Brasil Popular, aí tem as forças levante, PCdoB, todas as forças do PT, os sindicatos, MAB, MST, MAM, Consulta, etc em conjunto com a Frente Povo Sem Medo, aglutinando as forças do PSOL, PCR, etc. Esse período da luta contra as reformas foi o período de muitas perdas acentuadas, a nossa luta era quase pra nada, a gente ia pra rua, brigava brigava e brigava e a reforma era aprovada, outra reforma era aprovada (JHENY RODRIGUES, 2022)

E pontua os reflexos para região norte do país,

Isso era muito custoso pro norte, porque se pro resto do país era ruim, pra gente sempre vai ser 2 vezes pior, pq a gente é uma região relativamente grande e com várias lacunas sociais e quando

se dá aqui sempre sente mais, o exemplo disso é o aumento aqui do trabalho análogo ao da escravidão depois de aprovada a reforma trabalhista, aqui na região norte. Então essas reformas chegam pra gente de forma muito mais dolorida e que massacra nosso povo (JHENY RODRIGUES, 2022).

Nesse cenário de grande retirada de direitos sociais é que em 2018, inicia-se as aglutinações políticas em torno das eleições gerais e, com isso, a prisão do Lula. Jessy Dayane, que foi vice-presidente da UNE durante esse período, aponta para a entidade construir mobilizações em defesa de um processo eleitoral democrática, e em defesa da candidatura de Lula.

Então especialmente na gestão que eu conduzi a vice-presidência, foi um momento bem complexo da conjuntura brasileira, então a gente já tinha sofrido um golpe, já tinha um ano de golpe, a gente estava com início da ameaça da prisão do Lula, e vivi a prisão do Lula, as vigílias, as caravanas pelo nordeste, no sudeste, as caravanas que já eram um movimento de mobilização no país, se preparando para esse possível ataque a democracia e a perseguição ao Lula, então participei das caravanas do Lula, fizemos a UNE volante rodando o país justamente com essa pauta em defesa da democracia, pela lisura do processo eleitoral e em defesa de um projeto que pautasse o fortalecimento das universidades públicas (JESSY DAYANE, 2022).

O cenário das eleições de 2018 foram bastante conturbadas devido alta polarização que se encontrava o Brasil. Com o desgaste político do PT e, por consequência, da esquerda brasileira, há um fortalecimento das correntes políticas conservadoras, de direita, que ganham espaço e propõe a candidatura de Bolsonaro à presidência.

[...] então se fortaleceu uma extrema direita que na instabilidade política e institucional, na insegurança jurídica que passou a fazer parte da rotina brasileira, setores que reivindicavam a ditadura, que o Bolsonaro faz parte disso, que reivindicavam até mesmo de forma saudosa o passado que existia durante a ditadura, tiveram mais visibilidade, colocaram a cara a tona, muito porque a gente teve uma lei da anistia que foi um grande erro porque não puniu nossos torturadores, que não puniu agentes da ditadura militar e essas mesmas pessoas voltaram ao palco principal depois de anos ilesas de tudo que aconteceu, voltaram a se articular politicamente, então a gente viveu muito esse período de grandes polarizações (ADRIANO MENDES, 2022).

Então, diante desse cenário, Lula foi preso em 7 de abril de 2018, em Curitiba. E Bolsonaro é eleito em outubro de 2018, consagrando um novo período de implementação da agenda neoliberal, agora integrada com o grupo de conservadores religiosos, milícias paramilitares e por segmentos militares da alta oficialidade das Forças Armadas, orientados ideologicamente por valores de extrema-direita (BRANDÃO, 2021).

Com a consagração da agenda neoliberal, Bolsonaro inicia sua gestão com a aplicação das denominadas “reformas neoliberais” “com a desregulamentação da previdência, do meio ambiente, da economia, das finanças, a retomada das privatizações.” (BRANDÃO, 2021, p. 23). Há uma postura muito mais marginalizadora dos movimentos sociais, especialmente o movimento estudantil. Bruna Brelaz detalha,

Eu acho que desde a ruptura dos últimos governos democráticos a gente sente uma resistência do poder público em ouvir nossas pautas estudantis, porque na prática, sendo muito mais entendível, a gente não tá ali pra ser amigo de ninguém, o que a gente quer é garantir que as nossas reivindicações sejam atendidas, ouvidas, discutidas e que a gente consiga fazer com que o Estado ouça o que os estudantes querem pra educação, e atualmente a gente sente uma dificuldade extrema. Hoje a gente não tem nenhum tipo de relação especificamente com o governo federal, porque o governo federal colocou a UNE e os estudantes em uma posição de inimigos, de seus inimigos, que isso é o extremo, representa o que é muito ruim, as primeiras falas do atual presidente da república foi chamar os estudantes de ninho de rato, que os centros acadêmicos, o segundo ministro da educação dizia que a universidade era uma balbúrdia, e desrespeitando totalmente o que a universidade significa para essas pessoas (BRUNA BRELAZ, 2022).

Iago Montalvão também aponta que,

[...] Isso que a gente viu durante esse processo de governo Bolsonaro, o estrangulamento total da democracia e a concentração absurda de poderes, tomada dos estados por grupos de interesse ne, como religiosos, militares, e do ponto de vista mais ideológico o grupo dos Olavistas, então eles tomaram pra si de fato o poder do Estado, e a democracia ficou completamente estrangulada, e isso repercute na vida do povo ne, na periferia, no

fortalecimento do braço armado do estado, na violência, no silenciamento de manifestações e organizações, é a democracia sendo estrangulada de fato (IAGO MONTALGÃO, 2022).

Assim, em 2019, o movimento estudantil organizou uma série de protestos que foi conhecido como Tsunâmi da Educação. O primeiro protesto ficou conhecido como 15M, ocorreu em 15 de maio de 2019, após o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciar bloqueios no orçamento da educação e da pesquisa científica. Iago Montalvão, em entrevista, pontua as dificuldades enfrentadas durante esse período:

Bom, quando estive na UNE foi um dos momentos mais difíceis da conjuntura nacional e mundial né, eu ingressei já sabendo das dificuldades que tínhamos em enfrentar o governo Bolsonaro, no início da gestão que foi uma gestão de muito enfrentamento, porque a gente tava no meio do tsunami da educação, lutando contra os cortes no orçamento e tinha proposta do future-se e a gente lutava contra isso também, e ao mesmo tempo o governo vinha com muita força pra cima do movimento estudantil, com aquela proposta de documento estudantil digital que era uma forma de desmonetizar, de tirar recursos, tirar estrutura das entidades estudantis. Então a gente tinha que enfrentar essas pautas principais e ao mesmo tempo essa perseguição que se tinha ao movimento estudantil (IAGO MONVALVÃO, 2022).

Sobre a importância do Tsunâmi da Educação, Jessy Dayane complementa,

[...] O tsunami foi a primeira luta, a primeira reação massiva ao governo Bolsonaro foi do movimento estudantil, foi o tsunami da educação, quando o governo corta 30% do orçamento das universidades e a gente começa a convocar assembleias estudantis em todas as universidades, departamentos e centros, e as assembleias começam a ser lotadas e massivas e acontece o primeiro ato do tsunami da educação no dia 15 de maio de 2019, que foi o 15M, loucura, massa, muita gente na rua no Brasil inteiro, depois a gente convoca o segundo tsunami para 30 de maio também muito massivo (JESSY DAYANE, 2022).

Assim, o Tsunami da Educação se concretizou na conjuntura brasileira como um conjunto de protestos estudantis que ocorreram em 15 de maio, 30 de maio e 13 de agosto, com a principal reivindicação acerca dos cortes na educação do ensino básico ao superior, nas áreas de pesquisa científica e tecnológica. O bloqueio das

despesas anuniados pelo MEC chegou ao valor de 7,4 bilhões de reais (BRASIL, 2019).

Figura 24 - Tsunami da Educação



Fonte: Instagram da UNE

Muitas mobilizações, em todos os estados do país, mostraram a capilaridade que o movimento estudantil é capaz de aglutinar e movimentar as forças políticas. Como resultado dessa grande oposição feita aos cortes orçamentários e a própria proposta do *Future-se*, apresentada pelo governo como uma alternativa a construção de uma autonomia financeira das instituições de educação pública, em 18 de outubro, o Ministério da Educação anuncia o descontingenciamento do orçamento da educação, liberando cerca de 1 bilhão de reais para a educação básica e superior. O movimento Estudantil sai desse enfrentamento, com uma vitória significativa.

Com o tsunami da educação, o movimento estudantil foi o primeiro setor que reagiu com força, foi o da educação, com ampla presença da juventude estudante, esse momento foi chave pra dizer que era possível se mobilizar contra esse governo, é possível e necessário se mobilizar massivamente contra essas retiradas de direitos, tanto é que no fim do ano de 2019 a gente conquistou a retomada dos recursos das universidades, que foi uma vitória bastante simbólica mas que representa mais que a luta pela educação, representa a luta dessa juventude, desse povo indignado contra essa política de retirada de direitos que o Bolsonaro já vinha começando a implementar (IAGO

MONTALVÃO, 2022).

Jheny Rodrigues também pontua,

[...] nunca vi manifestações tão massivas em favor da educação, tão grandiosas, que mexeram com parcelas da sociedade que outras coisas que aconteceram no governo que não tinha mexido ne, mexer com a universidade pública, de chegar ao ponto de dizer que elas não iriam funcionar por não ter condições básicas para estarem abertas, repercutiu a indignação da sociedade que fez a gente fazer gigantescas manifestações, muito bonitas, nacionais, sincronizadas, colocando em evidencia que quem tava a frente daquilo tudo era a UNE, era a UNE que tinha puxado, tanto é que o future-se não foi pra frente por conta dessas manifestações, foi barrado, foi uma das grandes vitórias no governo Bolsonaro foi por conta do movimento estudantil (JHENY RODRIGUES, 2022).

Em seguida, em 2020, o Brasil e o mundo vivenciam uma pandemia mundial ocasionada pela disseminação do Corona-vírus, onde a principal forma de combate era o isolamento social e a vacina. Conforme expõe Brandão (2021), durante esse período o governo Bolsonaro atuou de forma negacionista, criticando fortemente a medida de isolamento social e foi omissa na compra das vacinas, o que gerou inclusive a CPI da COVID, com a finalidade de investigar irregularidades e omissões do poder público nas medidas de combate ao covid-19. Nesse período a UNE lança a campanha “Vacina no braço e comida no prato!”

Figura 25 - Campanha Vacina no braço, comida no prato



Fonte: Instagram da UNE

Nesse período a UNE direcionou suas táticas na construção de mobilizações online através de lives, posicionamentos em redes sociais, fomento a grupos virtuais de frente ao combate a desigualdade social que se intensificou grandemente no período pandêmico, assumindo diversas campanhas de caráter mais emergencial/assistencial. Adriano Mendes relembra,

Então tudo passou a acontecer de forma online, de forma muito delicada, a entidade se voltou para campanhas de solidariedade, para arrecadação de alimentos, e todas as organizações participaram desse processo porque de forma imediata as pessoas estavam passando fome, então aconteceu muitas coisas parece que durou uns 3 anos em 2, porque foi muito delicado e a gente viveu uma pandemia que tirou a vida de muita gente. [...] e tiveram intervenções massivas que tiveram repercussão nacional, então isso de alguma forma também disputou opiniões, e influenciou alguns setores como os de juventude (ADRIANO MENDES, 2021).

Assim, a entidade estudantil permaneceu em constante enfrentamento ao governo Bolsonaro, as políticas neoliberais, a ideologia conservadora e neofascista que marcaram a trajetória do Brasil desde o golpe parlamentar osquestrado contra Dilma Rousseff. Bruna Brelaz denuncia o ataque ao regime democrático,

Hoje a gente vive uma situação que o presidente da república não consegue transparecer para o povo brasileiro uma seguridade democrática, muito pelo contrário, é um presidente que trabalha para desmontar todos os processos democráticos que o Brasil viveu pra conseguir ser um país soberano. A democracia no Brasil é muito jovem, então quando você tem chefes de estado que não são comprometidos com a luta democrática, isso tende a retroceder. E no Brasil há muitas gerações que tentam, seja de esquerda e de direita, que tentam estabelecer um modelo democrático ao Brasil, de estabilidade, de segurança democrática para que a gente não repita a história, para que a gente não repita histórias como aconteceu na ditadura militar (BRUNA BRELAZ, 2022).

Ellana Silva pontua os reflexos para dentro da educação,

Eu acredito que pra todo mundo que convive e luta em defesa da educação sabe que a cada ano tem diminuído mais o orçamento das universidades e hoje elas estão funcionando de forma muito precária para além daquelas que estão sendo conduzidas por

interventores, onde o presidente nomeou o menos votado da lista tríplice, reitores que perderam a vida diante de ataques e adoecimentos psicológicos, enfim, diversos tipos de violência, vivemos muitos escândalos, nesse ultimo período e acredito que a maior responsabilidade que a gente tem é derrotar o Bolsonaro e o bolsonarismo, isso precisa ta no nosso radar, e a partir disto ter um plano de desenvolvimento e reconstrução do nosso país (ELLANA SILVA, 2022).

Por fim, Bruna Brelaz traz à baila o entendimento mais atual da UNE sofre o seu principal desafio posto na atualidade e de como o movimento estudantil pretende agir para a construção de um novo horizonte democrático para o Brasil.

Então a UNE ela ta nesse momento de processo de ruptura democrática, mas também uma possibilidade de transição governamental e isso é algo muito importante e esperançoso pra gente, a possibilidade de derrotar Bolsonaro é algo que é uma tarefa importante para os estudantes, para que a gente consiga eleger governos democráticos para que a gente possa rediscutir a democracia, pra gente rediscutir a educação, então tudo isso é muito mais importante do que discutir somente uma coisa eleitoral, vai muito mais além, é uma questão que a gente vai precisar repensar a sociedade brasileira, vai precisar repensar tudo de novo, então nós estamos nesse momento crucial e a gente tem levado essa missão para as universidades brasileiras, na minha opinião, o papel da universidade precisa ser entendido como o papel de formulação para o que a gente quer para o Brasil (BRUNA BRELAZ, 2022).

Ante o exposto, foi possível compreender o cenário político brasileiro entre os anos de 2015 a 2020, a crise democrática instaurada através do golpe parlamentar em desfavor de Dilma Rousseff, o pacote de reformas neoliberais implementadas por Temer e por fim, a vigência de um governo ultraconservador, orientado economicamente pelo neoliberalismo. Disto resulta-se uma crise no sistema democrático brasileiro e na educação pública.

Por fim foi possível identificar as contribuições que a UNE fez durante todo esse processo, na disputa da esfera pública, em defesa da democracia brasileira e em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

5.3 LIMITES E PONTUALIDADES DA ATUAÇÃO DA UNE: APONTAMENTOS SOBRE TRANSGRESSÕES NECESSÁRIAS

5.3.1 O norte do país no centro do debate

Durante o processo das entrevistas, muito se falou sobre a deficitária atenção despejada para as questões e pautas da região norte do país. Muitas reflexões importantes para pensar em como a entidade pode avançar nesse sentido. Jheny Rodrigues traz apontamentos sobre o déficit de integrar a região norte na construção política da entidade.

Como é que vocês vão pensar projeto de país se vocês não pensam o norte do país? Só pensam no norte do país quando se fala de Amazônia, e quando se fala, pensam somente em florestas, um imaginário totalmente distorcido da realidade daqui; ou só pensam quando veem notícias catastróficas como o apagão no amapá, o colapso no Amazonas, o desmatamento no Pará (JHENY RODRIGUES, 2022).

Adriano Mendes também traz isso em algumas falas, apresenta a crítica à entidade em ser ainda muito centralizada na região sul do país. Conforme exposto abaixo:

Sobre a participação da UNE no norte do Brasil, eu acho que como todas as organizações políticas, a UNE não é diferente em relação a esse debate do norte, eu vejo com muita crítica, não só a UNE mas a todas as organizações políticas, sobre um eixo muito centrado no sul e sudeste do país, principalmente no sudeste do país, tanto que a sede da UNE é em São Paulo. Entendo que a maior classe trabalhadora, que os maiores conflitos de classe, o maior número de pessoas, a economia que circula em volta de São Paulo, mas a gente tem muitos processos no norte do país, por exemplo relacionado a território de diversos povos que nesse governo Bolsonaro, tiveram conflitos mais aparentes, conflitos com mais visibilidade, então é importante a atuação também da UNE nesses espaços (ADRIANO MENDES, 2022).

Em outra oportunidade, relatou problemas enfrentados por ele, ao compor a diretoria executiva e por estar em Belém, ter muitas dificuldades em acompanhar a dinâmica da entidade.

[...] Eu fui diretor da executiva da UNE e tinha problemas relacionados a passagens por exemplo, porque quando tinha reunião da executiva, as passagens daqui eram sempre muito caras, eu tive que começar a me organizar pra que as coisas acontecessem com mais antecedência. Já aconteceu de simplesmente não ter o recurso para ter uma passagem pra eu participar da reunião, e claro eu contestei, e isso só demonstra como a UNE ta muito presa no eixo sul/suldeste, e lembro que já ate recebi resposta “ah tens que te organizar pra vir morar pra São Paulo” e não era essa a ideia, a ideia de eu ser da executiva da UNE nunca foi de eu mudar meu domicílio pra São Paulo, mas que por ser um diretor do norte e ter base social aqui, a ideia era que eu pudesse acompanhar a disputa nacional do movimento estudantil mesmo eu morando em Belém, e te confesso que tinha muitas limitações pra isso, e muitas dificuldades estruturais mesmo que não é só culpa da UNE, as passagens caras era uma dessas limitações, mas também de conseguir acompanhar, muitas vezes por estar em Belém, eu acompanhava mais pelo whatsapp, porque não tinha como algo que vai acontecer amanhã eu estar presente amanhã sendo que eu to em Belém hoje, então tinha essas dificuldades e acabava que me dava mais trabalho para conseguir articular com a minha organização, pra conseguir ter uma linha política correta, para me desdobrar, pra fazer ligações para as forças políticas para entender a síntese do processo para que a gente se posicionasse de forma correta, e conseguir conduzir também a nossa militância para ter uma linha política de intervenção para UNE, então tinham essas dificuldades (ADRIANO MENDES, 2022).

Bem como denuncia que, apesar de atualmente o norte estar mais inserido na pauta do movimento estudantil e da entidade, nos anos anteriores, algumas pautas como os impactos da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, foi invisibilizado propositalmente, por as forças majoritárias da UNE estarem mais alinhada politicamente com os governos petistas.

Mas também antes disso, tinha uma certa invisibilidade proposital política de alguns debates como por exemplo o Belo Monte, o governo petista contraditoriamente construiu Belo Monte e topou enfrentar as contradições em relação a belo monte, então as juventudes mais alinhadas com eixo político do partido que tava no governo que no caso era o PT, muitas vezes acabavam não dando centralidade pro debate de belo monte por exemplo, então são contradições que não queriam dar tanta visibilidade assim a algo que pudesse trazer contradições evidentes pro governo que tava no poder naquele momento, então essas contradições

também perpassavam por essa entidade (ADRIANO MENDES, 2022).

Atualmente, a presidência da UNE está com a Bruna Brelaz, mulher, negra e nortista, que acaba dando muito mais visibilidade as pautas dessa região, traz o debate sobre a Amazônia, sobre assistência e permanência estudantil, etc. Tel Guajajara relata:

E aí entra agora ne, na figura da Bruna que é daqui, da Amazônia, que entende a realidade, dá aquela virada de chave, com uma mulher do norte do país, que vê de perto a realidade dos colegas de sala dela que eram indígenas, quilombolas, etc e levar pra UNE e isso casa muito com a formação da diretoria executiva dela, não é atoa que nosso primeiro evento presencial se dá com o Encontro dos Estudantes da Amazonia, que eu fui coordenador do evento, lá no Maranhão. Coordenei esse evento, nós tivemos a primeira reunião com o núcleo e apresentamos essa como a prioridade, o debate ambiental que hoje é muito em foco, é pela crise climática que tá apertando muito e que o movimento estudantil não faz esse debate ne, antes não fazia, achava que era menor, acha que a evasão do estudantes só se dava pq não tinha como ir pra sala de aula, mas por muitas das vezes se dá pq a casa do cara tá coberta de lama, por conta da mineração, por conta do crime ambiental ne, então tem que entender a raiz desse problema (TEL GUAJAJARA, 2022).

E, em entrevista, Bruna Brelaz traz a importância dessa mudança de postura da UNE ao encarar o debate do norte de outra forma. Afirma que aos poucos a entidade e a universidade pública vão ganhando a cara do povo brasileiro que em sua maioria é negra, é indígena, é mulher, é pobre, é periférica, etc.

Eu sou presidenta da União nacional dos estudantes, sou a primeira nortista, mulher negra a assumir a entidade, sendo eleita, nesses 84 anos de entidade isso é um marco importante da nossa geração porque a universidade reflete o que é a direção da UNE ne, quando a universidade ainda era elitizada, quando a universidade tinha um papel de formar somente as elites brasileiras, a UNE ainda não tinha representatividade de fato das pessoas mais pobres ou se tinha era muito escasso. E do último período pra cá a gente consegue enxergar a universidade de hoje na direção UNE, portanto, construir essa representatividade é muito importante para as estudantes e para os estudantes, então tenho muito orgulho de fazer parte desse momento e construir um caminho para que eu não seja a única, para que mais gerações

possam presidir a UNE, possam dirigir a UNE e que representem as características do Brasil, são povos indígenas, os mais pobres, os negros, que tem direito a ter acesso a universidade (BRUNA BRELAZ, 2022).

Ante o exposto, percebe-se que a atuação da entidade voltada para as demandas apresentadas pelos estudantes nortistas é muito recente, além do esforço destacado pelos interlocutores de conseguir incluir as peculiaridades na proposta de projeto construído pela entidade.

A Bruna Brelaz foi eleita em 2021 para comandar a entidade pelos próximos dois anos e apesar de estar abrindo os caminhos para uma construção mais comprometida com as demandas daqui, como por exemplo a construção do 1º Encontro dos Estudantes da Amazônia, ainda há muito a se avançar.

5.3.2 Luta institucional x Luta nas ruas

Outra questão que se coloca para a reflexão é a condução da entidade por dentro da institucionalidade quando a conjuntura política é favorável essa integração, geralmente isso acontece quando as forças políticas que estão na direção da entidade são de partidos políticos que compõe a base do governo.

A dissertação de Karina Santos (2007) traz também essa crítica, afirma que em 2004, a ala hegemônica da UNE (PT, PCdoB e PDT) foi duramente criticada pela oposição por apoiar medidas neoliberais adotadas pelo governo petista. Como resultado houve uma tentativa de fundação de uma outra entidade a CONLUTE que depois veio a desfazer.

Adriano Mendes analisa que nos últimos anos, após a retirada dos governos petistas, há uma cisão na via de luta institucional que acabou impulsionando a UNE a direcionar suas forças para as mobilizações nas ruas, na denúncia popular. Conforme expõe:

Bom na gestão em que eu fiz parte era o governo temer em seguida o governo Bolsonaro, e a gente teve muitas limitações também, a UNE passou a ser muito mais ativa porque os espaços institucionais que a sociedade civil e a própria UNE participavam foram totalmente limitados, muitos desses espaços deixaram de existir, então essa linha mais institucional foi retirada como possibilidade o que forçou o movimento a fazer mais denúncia pública na rua (ADRIANO MENDES, 2022).

Tel Guajajara em sua entrevista faz uma comparação da diferença que é sentida, justamente por essa ruptura com a institucionalidade, ele diz:

E hoje a gente tá na disputa de tomar o Brasil de novo, é muito radical pra geração passada. Eu não vivi o que a galera que tava na UNE a 10 anos atrás viver, é outra dinâmica, naquela época fazia-se evento na MTV, com o próprio ministério de cultura do país, a UNE participava de vários conselhos nacionais, tinha abertura de apresentar as demandas aos ministérios e hoje a gente tá cavando espaço pra UNE entrar pelo menos no Conselho Nacional de Cultura, sabe tipo assim, é realmente isolar a gente (TEL GUAJAJARA, 2022).

Bruna Brelaz, em sua entrevista, traz uma visão sobre essa relação da entidade com o governo institucional, apontando para o papel de cada um nessa relação.

A gente tem aliados, pessoas que ouvem as nossas pautas, e tem hoje um executivo muito resistente a UNE, que odeia a UNE, e isso é muito ruim para fazer essa ponte né, porque a UNE traz o que o movimento estudantil reivindica, estado brasileiro executa, então essa ponte que é rompida, ela atrapalha nossa capacidade de efetivar as pautas dos estudantes (BRUNA BRELAZ, 2022).

Esses apontamentos trazidos em contrapontos entre a percepção de quem compõe o campo da oposição e observa que a entidade quando constrói por via institucional acaba negligenciando as mobilizações e lutas nas ruas e, a visão de quem compõe o campo majoritário e traz a importância de ter essa “ponte” para conseguir a efetivação das pautas estudantis.

Adriano Mendes cita a conduta do Movimento Sem Terra (MST) como exemplo educativo a ser seguido, pois apesar de durante a vigência de um governo mais a esquerda, de compor ministérios e estar na base do governo, o MST não deixou de construir as lutas por fora da institucionalidade.

[...] então se tu for pegar em qualquer governo a participação das pessoas nunca foi de forma igual, sempre foi muito desigual, por isso a necessidade de sempre fortalecer os movimentos sociais por fora da institucionalidade e isso o MST sempre cumpriu esse papel de forma muito educativa, de forma muito exemplar para as

organizações, porque independente de ter um governo com um alinhamento a esquerda, o MST continua sua formação de quadros, suas ocupações, continuou seus enfrentamentos com os latifundiários, por que? Porque essa luta que vai ter mudanças reais (ADRIANO MENDES, 2022).

Considerações importantes para que o movimento estudantil, as suas entidades, os movimentos sociais no geral, possam refletir sobre a melhor forma de integrar essas duas vias de ação, tanto a institucional quanto a mobilização para além da institucionalidade. A participação popular na construção dos governos é algo fundamental, ocupar esses espaços de tomada de decisões e construções de políticas públicas efetivam uma democracia mais participativa.

Porém, deve-se ter muito cuidado para que essa via não se torne a única estratégia adotada pelo movimento, havendo outros espaços de pressão popular que devem permanecer sendo ocupados. Tanto para a disputa do estado, quanto para a disputa da sociedade em geral. O equilíbrio dessas duas frentes de atuação faz com que o movimento contribua para o estabelecimento de um Estado mais democrático e, também, continue atuando nas suas construções internas, nas disputas políticas em outros setores, na formação de quadros, etc.

5.3.3 Pluralidade na composição da entidade

Em diversos momentos das entrevistas foi falado sobre a pluralidade da composição da UNE, sobre a importância das eleições serem proporcionais e todas as chapas conseguirem estar na gestão da entidade. O Iago Montalvão afirma que essa forma organizativa que é capaz de fortalecer a UNE como essa força mobilizadora dos estudantes. Ele diz,

Aqui eu só acho importante destacar que o que garante a UNE ser essa entidade única né, dos estudantes do Brasil, o que não acontece em todos os países, é importante ressaltar isso, a maioria dos países aqui da América Latina, eles tem várias entidades nacionais ou não tem uma entidade forte como a UNE e eu acho que aqui a gente conseguiu manter isso muito em caráter dessa divisão proporcional de diretoria e da capacidade política também de manter as relações, os diálogos, propostas, debates, nessa diversidade assim. O congresso principalmente tem muita tensão, muita disputa mas é importante que tenha essa quantidade de

forças e esse espaço para toda essa diversidade de organização senão você pulveriza o movimento e aí teriam várias entidades. Então a UNE segue sendo a única legitimamente organização de representação política dos estudantes e eu acho que é muito em fruto dessa proporcionalidade e dessa capacidade de gestão política nessa diversidade (IAGO MONTALVÃO, 2022).

Essa gestão política da diversidade de forças contribuí para que a UNE tenha essa capacidade de aglutinação de forças, o que a torna a maior entidade de representação estudantil na América Latina. Mas há também as implicações e aprendizados que essa dinâmica traz para a própria militância, Jessy Dayane diz,

[...] na UNE se aprende muito sobre aliança, sobre construção de unidade, sobre o conjunto das relações políticas. Eu acho que foi um dos grandes aprendizados para minha vida, porque ali você precisa necessariamente lidar com o conjunto de organizações políticas, e construir decisões na diferença, são grandes escolas de políticas, coisa que a UNE ensina muito. (JESSY DAYANE, 2022)

Adriano Mendes também pontua,

a gente se sente valorizado por estar participando desse espaço tão plural, tão amplo, de forma nacional, então isso é bom porque a gente contribui muito com a entidade, com a nossa militância, com a nossa visão de mundo, com os debates, com a síntese que precisa se construir, o direcionamento que o movimento estudantil nacional, então isso é muito importante e isso faz com que a gente consiga se deparar com diversas realidades, com diversos debates, com diversos confrontos de ideias, isso é muito bom. Sem dúvida, a entidade contribui muito pra vida de como funciona a política, de como lidar com diversas relações políticas, com o confronto de ideias, lidar com o contraditório, isso é muito importante, eu sem dúvida acredito que a UNE contribuiu muito pra minha vida, da forma como eu vejo a atuação política no país, e o acúmulo que a UNE tem também serviu pra enriquecer meu debate, enriqueceu para a sensibilidade que eu tenho para olhar para os processos e disputas, enxergar as forças nacionais como forças que movimentam de fato a política brasileira, a renovação de quadros, a conexão entre o passado e o presente, pra mim foi muito enriquecedor, sem dúvidas, uma parte da minha vida que eu não vou esquecer, toda esse debate, toda essa agitação para defender ideias e fazer com que essas ideias se tornem realidades (ADRIANO MENDES, 2022).

Por fim, o organismo vivo e diverso que compõe a UNE faz da entidade uma

experiência única de organização popular, de debate político, de construção democrática, do respeito ao diálogo, às diferenças, etc. fazem da entidade uma “grande escola política”, tão importante que como pontua Bruna Brelaz, para formação de cidadãos, de quadros políticos, de pessoas que mais tarde vão estar nos mais diversos setores da sociedade.

[...] agora por outro lado, quando nós pegamos o poder legislativo quando a gente pega até o próprio poder judiciário existe uma conformação ali que é interessante que é um congresso muito conservador, a gente tem eleito sequencialmente nessas duas últimas remessas de eleições pra deputados, congressos muitos conservadores, mas existe uma ala importante do congresso que já foi do movimento estudantil e que eles não são só de esquerda, eles são de esquerda, direita, de centro, e que gostam da UNE, e que quando a gente fala das reivindicações existe um acolhimento, e isso é uma característica importante de uma entidade de 84 anos, tem gerações que passaram por ali, que estão fazendo parte da política e que procuram de certa forma ajudar. A mesma coisa no judiciário, a gente sente, muitos ministros ali foram de centros acadêmicos, foram de diretórios acadêmicos, foram de centros políticos importantes, portanto tem uma afeição interessante ao movimento estudantil. Isso traz até uma esperança pra gente, pra essa geração possa ocupar esses espaços no futuro né, com a diversidade que hoje é a universidade. Vai ser muito interessante ver um futuro ministro que passou pelo movimento estudantil da nossa geração (BRUNA BRELAZ. 2022).

E assim, o movimento estudantil, a UNE e as mais diversas organizações, vão construindo uma nova sociedade a cada passo dado, a cada pessoa alcançada, a cada novo ciclo, novas histórias vão sendo construídas, novas lutas e trincheiras vão sendo divididas e nesse movimento de auto construção e construção do outro, a realidade brasileira vai se constituindo.

5.3.4 A luta educacional como via de construção de um Brasil democrático, livre e soberano.

É importante destacar esse espaço para expor a perspectiva que a educação assume para os estudantes militantes que constroem a União Nacional dos Estudantes. Em uma reflexão muito importante Tel Guajajara afirma:

A educação impacta diretamente na economia, em todos os lugares que vc vê ne, ela muda a realidade de fato. Uma coisa que eu falo para os secundaristas a cara da escola mudou e a cara da Universidade muda, portanto o mercado de trabalho muda, e, portanto, a sociedade muda. É uma cadeia ne. O sistema pede que tenha educação, enfim, graduação, pós-graduação, etc. Então eu falo muito, o fortalecimento da UBES é o fortalecimento da UNE amanhã, e depois de amanhã é o fortalecimento da ANPG, porque essa galera ta escola, depois vai ta na universidade, depois vai ta na pós-graduação, dai é eles que vão ver se vão continuar, se vão ser sindicalistas, enfim, formar pra frente, essa é a responsabilidade, formar esses três eixos aí. (TEL GUAJAJARA, 2022).

Então a UNE parte dessa compreensão do papel central da educação para o projeto de país, e entendo-a como um espaço de formação de engajamento político e social, o movimento estudantil busca através da democratização desse acesso, possibilitar que a população preta, pobre, indígena, etc. tenham acesso a esses espaços e possam construir coletivamente o Brasil do futuro.

E aí tudo isso fica entrelaçado com a necessidade de popularizar a Universidade. Quando nós entendemos que a Universidade é um desses processo de formulação para o Brasil, nós entendemos que é preciso ter negros, que é preciso ter indígenas, pessoas mais pobres, mulheres, que consigam formular isso, sem essas pessoas é impossível. Por muito tempo a universidade formulou somente por pessoas brancas, por isso que a gente fala sobre cotas, porque cotas não só uma questão de reparação, mas uma questão de garantir que negros e indígenas possam falar por si, porque negros e indígenas por muito tempo só eram estudados e nunca puderam falar por si, escrever por si, pesquisar por si, e por todo um território, por toda uma ancestralidade, enfim, essa universidade vai ter esse papel, um papel de mobilização porque a gente não pode ficar inerte as questões de ruptura democrática que tem acontecido a muito tempo e também de reposicionamento sobre o que nós queremos para a educação, nós vamos precisar repensar a educação e todos os democratas que tiverem a disposição de assumir um papel político, de representação política no âmbito institucional, vão precisar ouvir os estudantes e a universidade (BRUNA BRELAZ).

A disputa da sociedade por via da educação é o caminho que é traçado pela UNE e pelo movimento estudantil como um todo. O lago Montalvão, em uma das suas falas, pondera sobre o projeto de nação que a UNE defende, na oportunidade,

ele analisa a importância da educação para estabelecimento da autonomia e soberania do Brasil através da ciência e tecnologia.

Eu acho que a UNE sempre apresentou um projeto de nação desde as suas lutas mais antigas como a da construção da Petrobrás, como a da reforma universitária, entendendo, inclusive, a educação e a universidade como sendo elementos chave desse projeto de nação, porque tem a ver com o desenvolvimento, tecnologia, inovação para solução dos problemas e, o fortalecimento da autonomia e soberania nacional. Então esse é o projeto que a UNE sempre defendeu, quando houve o golpe por exemplo, a gente entendia que aquilo ali era algo articulado justamente para tentar desestruturar esse projeto de país que vinha se construindo, que é um projeto de país que leva em consideração o seu desenvolvimento soberano, e tinha muito aquele debate do pré-sal pra educação, isso é projeto de nação, você extrair das suas riquezas naturais, do seu processo de produção dessas riquezas, recursos que vão ser utilizados para o fortalecimento da educação, da ciência e tecnologia num país, isso é muito profundo de projeto de nação. Na luta por um país em que povo possa ter participação permanente e direta, e foi assim que os estudantes resistiram na ditadura, como a gente resistiu ao golpe, e como a gente vem resistindo nesse governo Bolsonaro. Então o projeto que a UNE pauta é orientado para a construção de um país livre, soberano, desenvolvido, com a Universidade no centro desse projeto (IAGO MONTALVÃO, 2022).

Por fim, Bruna Brelaz, ao resgatar a conjuntura atual brasileira, de enfrentamento ao projeto de nação posto pelo bolsonarismo, convoca os estudantes a transformar essa revolta em esperança, transformar em mobilização, transformar em luta coletiva.

Eu acho que nesse momento em que a gente tá vivendo, a gente precisa entrelaçar a nossa revolta a revolta de tudo que o Brasil tá vivendo, a um sentimento de esperança, e uma esperança que é ação, ou seja, tudo que é possível se construir coletivamente, na mobilização em defesa da universidade, da mobilização em defesa da educação, tem que se tornar um sentimento de esperança, que deve ser um verbo. Se nós queremos conquistar um sentimento de esperança vamos precisar de toda a mobilização dos estudantes, então para que hoje a gente pudesse ter direito ao acesso ao ensino superior, para que hoje a gente pudesse ter acesso a inúmeros direitos dentro da universidade foi por conta das lutas coletivas que aconteceram ao longo das décadas, e isso não vai ser diferente para a nossa geração, então eu confio muito na nossa

geração, eu espero que quando as pessoas lerem esse texto elas possam entender que é só a luta que muda a vida e que a gente possa se engajar ainda mais para que o nosso país seja um país com a cara do povo brasileiro (BRUNA BRELAZ, 2022).

Nesse sentido, apresenta-se a proposição da UNE, do movimento estudantil, para a disputa de projeto de país. Em defesa da educação, do Estado Democrático de Direito, do fortalecimento do nosso regime democrático, dos nossos direitos sociais, etc. E, apesar da entidade ser composta por uma variedade de forças políticas, a própria vivência que essa experiência proporciona, fortalece as pautas e as bandeiras de luta para fora da entidade, para a sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*[...] Regamos o deserto da consciência
E um novo ser nasceu
É hora de ir em frente, companheiro,
Você é o guerrilheiro que a história nos deu.*
Ademar Bogo

Esta pesquisa buscou analisar a contribuição da UNE, na atualidade, para a elaboração/disputada de um projeto de universidade pública e de democracia na sociedade brasileira entre os anos de 2015 a 2020. Para isso, buscamos compreender como essa entidade se posicionou na conjuntura política brasileira, quais foram suas bandeiras de lutas, suas reivindicações, suas construções políticas, etc.

O cenário econômico, social, político, cultural, educacional atual do Brasil, assim como do mundo, tem passado por transformações profundas com consequências significativas para a sociedade e educação, e exigem um esforço interpretativo crítico conjuntural, estrutural e (inter)subjeto.

Entre os anos de 2015 a 2020, vivenciou um cenário político, social, econômico, cultural e educacional de grandes mudanças (retrocessos): a interrupção do mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011 – 2016) em 2016, por meio de um golpe parlamentar (SANTOS, 2017).

A instauração de um governo interino (Michel Temer) de direita e conservador, e a ascensão de um governo populista de extrema direita, em 2018, conservador e reacionário do Presidente Jair Bolsonaro. Este cenário político gerou inúmeras mudanças significativas para a nossa história, muitas consequências para a democracia e para a educação pública do país.

Dessa forma, mostrou-se extremamente necessário promover um esforço pesquisador e se debruçar no estudo da construção política da educação do sistema democrático brasileiro. Assim, buscamos identificar a contribuição da UNE em diversos momentos da história brasileira, com enfoque no debate da universidade pública e democracia. Bem como analisar o posicionamento da UNE, em face da conjuntura de crise na atualidade, no tocante ao debate da universidade pública e da democracia no país e, apontar avanços e limites na atuação da UNE em relação à

defesa da universidade pública e da democracia nessa conjuntura brasileira.

Ao encarar o contexto histórico brasileiro atual e a atuação do movimento estudantil universitário progressista nesse cenário, identificando a urgência e a necessidade de refletir sobre a conjuntura que se impõe com a queda de um governo progressista, a instauração de um governo transitório de caráter conservador/liberal/direita e que propiciou a ascensão de um governo populista de extrema direita, liberal, ultraconservador e reacionário.

Assim, primeiramente apresentamos um panorãma histórico da trajetória da UNE até os dias atuais, essa retomada foi importante para reconhecer o suor e o sangue que constituem a nossa história de resistência, contextualizando a existência dessa entidade, compreendo os processos históricos que a forjaram.

Foi possível perceber que a UNE se posiciona na defesa de um projeto de nação que tem como centralidade o debate da educação brasileira. Dentre os mais diversos cenários políticos que a entidade atravessou esta sempre buscou lutar por políticas de democratização da educação, por políticas de assistência estudantil que possibilitasse a permanência dos estudantes nesses espaços.

Além de que o resgate histórico da entidade com foco nos processos democráticos e educacionais brasileiros nos possibilitou também entender como projetos de governo influenciam nos caminhos da educação brasileira. Foi possível perceber que de acordo com as maleações políticas sempre orientadas por projetos econômicos, a educação sempre sofre modificações, tanto orçamentária, como de forma ideológica.

A postura de um governo estadista ou de um governo não intervencionista e neoliberal influencia diretamente no comprometimento do Estado em assegurar direitos sociais e, nisso, inclui-se a educação. Portanto, a luta de pautas educacionais levantadas pelo movimento estudantil atravessam diretamente as pautas políticas e sociais da sociedade em geral, pois a educação compõe um projeto de governo e a forma como ela vai ser tratada durante a vigência do governo é o que se busca disputar.

Nos anos entre 2015 e 2020, que foi o recorte temporal desta pesquisa, foi possível analisar grandes rupturas políticas que enfraqueceram a democracia brasileira, instaurando uma instabilidade jurídica, social e política no Brasil. Como foi apontado pelos autores utilizados como Almeida (2016), Carvalho (2016), Brandão (2021), Santos (2017), entre outros, houve uma ofensiva de forças políticas

neoliberais que osquestraram o golpe parlamentar na presidente Dilma Rousseff e implementaram uma série de reformas que visavam diminuir a participação do estado na prestação de direitos sociais, destacando-se a PEC 241, do teto de gastos, a reforma da previdência e reforma trabalhista, etc. e a grande retirada orçamentária de setores estratégicos como a educação, saúde, assistência social.

O desmonte estruturado pelo projeto neoliberal implementado pós-golpe, projeto este rejeitado pelo voto popular, foi denunciado e combatido pela UNE diariamente nesses anos, conforme foi exposto na construção de grandes mobilizações como foram as ocupações das escolas e universidades em 2016, os atos contra as reformas em 2017, as greves gerais, e por fim, em 2019 a construção massiva dos Tsunamis da Educação, grandes atos por todo país organizados pelas entidades estudantis em protesto aos cortes orçamentários, a invasão na autonomia universitária, dentre outros fatores.

Em 2020, o Brasil e o mundo vivenciaram a pandemia da covid-19 que nos condicionou ao isolamento social, nessa conjuntura a UNE se voltou a militância virtual, na disputa da narrativa política através das redes sociais e mecanismos virtuais. Implementou campanhas assistenciais pois o cenário intensificou a desigualdade social e a negligência do governo federal condenou a morte milhares de pessoas.

Dentre as lutas travadas pela UNE destaca-se a campanha “Vacina no braço, comida no prato!” que mobilizou diversas organizações na distribuição de alimentos por todo país, além de pressionar o governo federal na compra e distribuição das vacinas contra a covid-19.

Por fim, a pesquisa traz alguns apontamentos identificados durante as entrevistas com os interlocutores, a fim de pensar as limitações que a entidade apresenta e as potencialidades que ela constrói. Dentro dessa proposição, apresentamos o déficit histórico da entidade em incluir as demandas do norte da região, apesar de atualmente conseguir potencializar as demandas, por exemplo, dos povos tradicionais, ribeirinhos, debate ambiental, etc.

Outro apontamento é sobre a luta com a construção de lutas por dentro e por fora da institucionalidade, pauta bastante levantada pelo campo de oposição da UNE que defende que a entidade não pode se restringir somente na via institucional e, por outro lado, o campo majoritário traz o debate de que a presença nos espaços institucionais é muito importante, pois cabe ao Estado executar as demandas

apresentadas pelos estudantes. Esse aparente antagonismo deve ser superado internamente pela entidade, que deve buscar um equilíbrio para que possa ter espaço nas construções democráticas institucionais sem que isso comprometa o seu caráter combativo.

Ao final traz as potencialidades provenientes na formação política plural que compõe a gestão da UNE e fortalece ela como um entidade de unidade e de alta capacidade de gestão democrática. Essa característica potencializa a capilaridade mobilizadora da entidade e a consolida como a maior entidade de representação estudantil da America Latina, além de possibilitar aos militantes um profundo aprendizado sobre o diálogo político, as regras democráticas e políticas, a convivência com a diferença e a construção política da unidade.

Essas características reverberam na dimensão mais subjetiva da formação política dos militantes e, de forma mais externa quando geram uma cultura de fortalecimento democrático para além dos espaços de disputa da entidade, e avança para outros setores da sociedade brasileira. E tem como resultado da atuação da entidade a defesa do fortalecimento do funcionamento do Estado brasileiro orientado pelo Estado Democrático de Direito, pela soberania popular, pela independência científica e econômica, tendo como centro o fortalecimento da educação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, D. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ALMEIDA, R. de. **À sombra do poder: Bastidores da Crise que Derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.
- ALVES, G. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em 07/07/2022.
- AMARAL, R. **A serpente sem casca: da 'crise' à Frente Brasil Popular**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ARAÚJO, M. P. N. **Memórias Estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos tempos atuais**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARROYO, M. G. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.
- ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ. Vozes: 2012.
- AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. Todavia, 2019.
- AVRITZER, L. **Política e antipolítica: A crise do governo Bolsonaro**. Todavia, 2020.
- AZEVEDO, F. et al. Mais uma vez convocados (Manifesto ao povo e ao Governo). **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 74, p. 03-24, abr./jun. 1960.
- BALESTRIN, L. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago., 2013.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, S. **Brasil: 5 anos de golpe e destruição**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- BRANQUINHO, J. *et al.* **Enciclopédia de termos lógico filosóficos**. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/17626/1/Enciclop%C3%A9dia%20de%20Termos%20.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- BRAGHINI, K. Z.; CAMESKI, A. S. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945-962, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302015000400945&script=sci_abstract

&lng=pt. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição (1934)** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. **Constituição (1937)** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Decreto nº 19.850**, de 11 de abril de 1931. Cria Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 de abril 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 04 de set 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Regulamenta o Ensino Superior. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 de abril 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 de set 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.941**, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 de maio 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 de set 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.890**, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 01 de maio 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 04 de set 2021.

BRASIL. **Decreto nº 20.158**, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 de fevereiro 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 04 de set 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.073**, de 30 de junho de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 de fevereiro 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 de set 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.048**, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 de fevereiro 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm . Acesso em: 04 de set 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.141**, de 28 de dezembro de 1943. Lei orgânica do ensino comercial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dezembro 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del6141.htm. Acesso em: 04 de set 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em: 04 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 04 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.684 de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2008. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm acesso em 04 nov. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746 de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-mpv/126992#:~:text=Determina20no%20ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em 04 nov. 2022.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra**: escola é mais escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMARGO, A. Do Federalismo Oligárquico ao Federalismo Democrático. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 35, nº 3 (140), pp. 440-460, julho-setembro/2015.

CHAUI, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia - a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

CRUZ, S. C. V. Teoria e método na análise de conjuntura. **Educação e Sociedade**, ano XXI, n° 72, Agosto/2000.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DE PAULA, G. C. C. A atuação da União Nacional dos Estudantes - UNE: do inconformismo a submissão ao Estado (1960 a 2009). 2009. **Tese de doutorado**. (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade federal de Goiás, Goiânia, 2009.

FAGUNDES, P. E. Da Colônia à Reforma Francisco Campos (1931): análise histórica do ensino secundário no Brasil. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 327-338, jul./dez. 2011.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2000.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dôminus, 1966.

FERNANDES, F. **A Força do Argumento**. São Carlos: Ed. UFSCar, 1997.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2020.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 4. Ed. São Paulo: Globo, 2010.

FERRARO, K. P. **Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade**. 2011, 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

FOUCAULT, M. Les Anormaux. **Cours au Collège de France**. Paris, Gallimard, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, P. **O Movimento estudantil revisitado**: uma análise da prática social, da ideologia e da hegemonia no gênero entrevista. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFSJ, São João Del Rei, 2010.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- HALL, S. Estudios culturales y sus legados teóricos. **Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh e Víctor Vich (editores), 1 ed., Lima -Peru, Instituto de Estudios Peruanos, 2010.
- HALL, S. "The West and the rest: dis-course and power", in Hall et al. (orgs.), **Modernity: introduction to the modern societies**, Oxford, Blackwell, p. 185-227, 1996.
- HERKENHOFF, J. B. **Direito e Utopia**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
- HOOKS, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- JUNIOR, A. M. **Movimento Estudantil no Brasil**. 2. ed, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: EDUSP, 1972.
- FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- KOZIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LACERDA, G. E. de. **O movimento estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida**. 2015. 216f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.
- LEFEBVRE, H. A Filosofia Marxista. In. **Marxismo**. Porto Alegre-RS: L&PM, 2009.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **O Brasil desde 1980**. São Paulo: A Girafa, 2007.
- MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2010.

MARINI, R. M. Los movimientos estudiantiles en América Latina, un marco de referencias. **Ciencia Social, Concepción**, p. 110-122, 1970. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/soc/v23n68/v23n68a7.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MARTINHO, F. C. P. (org.) **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

MARX, K. **A miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. v. 1. 16. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTOS, A. L. R. de R. **Radicalismo de Esquerda e Anticomunismo Radical**: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964. 2013. 403 f. Dissertação. (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

MAY, T. **Pesquisa Documental**: escavações e evidências. Pesquisa Social: questões, métodos e processos. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

MEDEIROS, G. S. L. de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. Id **Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 835-853. ISSN: 1981-1179.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 66, p. 117-149, out. 2003.

MINAYO, M. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2019.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo. 2010.

MORAES FREIRE, S. Movimento estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Boyacá, v. 11, p. 131-146, 2008. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Revistahistoriadelaeducacionlatinoamericana/2008/vol11/6.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MOTA, M. Q. de. A UNE volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e o Congresso de reconstrução da UNE (1969-1979). **Dissertação**. (mestrado em história) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

NETTO, J. P. **O serviço social e a tradição marxista**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, 1989.

NEVES, J. P. das. **Consciência política do movimento estudantil: a UNE no período da ditadura civil-militar e os congressos em Piracicaba**. Dissertação. (mestrado em educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

PAIVA, G. de A. G. de. UNE e os partidos políticos no Governo Lula (2003-2010). 2011. **Dissertação**. (mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011.

PASSARINHO, J. Exposição de motivos do Senhor Ministro da Educação e Cultura. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Grau**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1971.

PEREIRA, T. V. As contribuições do paradigma pós-estruturalista para analisar as políticas curriculares. **Espaço do Currículo**. v. 3, n. 1, p. 419-430, 2010.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PITTS, B. “O sangue da mocidade está correndo”: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 39-65, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a03v34n67.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

QUEIROZ, A. A. **Análise de Conjuntura: como e por que fazê-la**. Série Educação Política DIAP - Brasília, DF: 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**,

perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, p. 73-119, 2010.

RODRIGUES, P. A.; GUGLIANO, A. A. Processos de participação e representação no movimento estudantil brasileiro (2002-2012), **JURIS**, vol. 27, nº 2, p. 87–118, dez. 2017.

ROMAGNOLI, L. H.; GONÇALVES, T. **A volta da UNE: De Ibiúna a Salvador**. Editora Alfa-omega, 1979.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte”. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set. 2006.

SAID, E. **Orientalism**. Nova York: Vintage, 1978.

SANFELICE, J. L. Breves reflexões sobre juventude, educação e globalização. In: MACHADO, O. L. (org.). **Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania**. Frutal: Prospectiva, 2013.

SANFELICE, J. L. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, 2007.

SANTANA, F. de A. **O movimento estudantil e o ensino superior no Brasil: A reforma Universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60**. Tese. (doutorado em história) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em História Social, São Paulo, 2014.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, B. S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. In: **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo, Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Afrontamento, 2006.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo – A afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. Porto, Afrontamento, 1994.

SANTOS, B. S.; MENESES, P. M. **Epistemologias do sul**. Cortez Editora, 2014.

SANTOS, B.S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São

Paulo. Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S. (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 2004.

SANTOS, G. E. N. dos. **Colonialidade legal: Uma análise pós-colonial do Direito no Brasil**. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário FIBRA, Belém, 2022.

SANTOS, L. K. M. dos. A união nacional dos estudantes e a “reforma universitária” do governo lula: A educação pública em debate. 2007. **Dissertação**. (mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, 2007.

SANTOS, T. dos. **Evolução histórica do Brasil: colônia à crise da Nova República**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Alínea, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados. São Paulo: 2008.

SILVA, E. C. H. da. Formando profissionais do comércio: uma análise do ensino comercial brasileiro na Era Vargas (1930-1945). **XIII Encontro Estadual de História da ANPUHR: Ensino, Direitos e Democracia**, UNISC, Santa Cruz do Sul, 18 a 21 de julho de 2016.

SIMÃO, C. R. P. O movimento estudantil na produção acadêmica no campo da educação: uma lacuna a ser preenchida? 2015, 166f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SINGER, P. Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, I. *et al.* (Orgs.) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Editora Companhia das Letras, 2018.

SOUSA, A. R. L. de. O teatro no Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes: O povo, a nação, o imperialismo e a revolução (1961-1964). **Dissertação**. (mestrado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2001.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. 34. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SPAREMBERGER, R. F. L.; RODRIGUES, I. C. Movimentos Sociais Agrários: teoria do etiquetamento e criminalização. **PUBLIUS**, p. 397-408, 2015.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVEIRA, V. de R. Conhecendo o discurso da une nos dias atuais: o éthos em foco. 2013. **Dissertação**. (mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013

TEIXEIRA, W. da S. Educação em tempos de luta: História dos movimentos de educação e cultura popular (1958 a 1964). **Tese**. (doutorado em história) – Universidade Federal de Fluminense, Programa de Pós Graduação em História, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **Sobre a UNE**, s.d. Disponível em: <https://www.une.org.br/a-une/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

WALSH, C. Interculturalidade, crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

ZITKOSKI, J. J., MORIGI, V. **Educação Popular e Prática Emancipatória:** Desafios Contemporâneos. Porto Alegre – RS: CORAG, 2011.



**Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA
<http://ccse.uepa.br/mestradoeducacpeixao>**